

ATA DA OCTOGÉSIMA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, EM 1º-9-2021.

---

Ao primeiro dia do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e um, reuniu-se virtualmente, nos termos da Resolução nº 2.584/20, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Aldacir Oliboni, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Bruna Rodrigues, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Comandante Nádia, Daiana Santos, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jonas Reis, José Freitas, Laura Sito, Leonel Radde, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Mônica Leal, Pablo Melo, Pedro Ruas, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a sessão, registraram presença Airto Ferronato, Conselheiro Marcelo, Jessé Sangalli, Karen Santos, Matheus Gomes, Mauro Zacher, Moisés Barboza, Professor Franzen e Roberto Robaina. A seguir, foi aprovado requerimento de autoria de Márcio Bins Ely, solicitando licença para tratar de interesses particulares no dia primeiro de setembro do corrente, tendo Idenir Cecchim assumido a presidência da Câmara Municipal de Porto Alegre, em substituição. Também, foi apregoado requerimento de autoria de Kaká D'Ávila, solicitando licença para tratamento de saúde do dia primeiro ao dia cinco de setembro do corrente, tendo o Presidente declarado empossado na vereança, em substituição, pelo mesmo período, Conselheiro Marcelo, informando-o que integraria a Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Pedro Ruas, Aldacir Oliboni, Giovane Byl e Psicóloga Tanise Sabino. Os trabalhos foram suspensos das quatorze horas e cinquenta minutos às quinze horas e quarenta e um minutos. Foi apregoado requerimento de autoria de Gilson Padeiro, solicitando licença para tratamento de saúde do primeiro ao dia seis de setembro do corrente, tendo o Presidente declarado empossado na vereança, em substituição, pelo mesmo período, após a entrega de seu diploma e de sua declaração pública de bens, bem como a indicação do nome parlamentar e a prestação do compromisso legal, Professor Franzen, informando-o que integraria a Comissão de Urbanização, Transporte e Habitação. Em continuidade, o Presidente concedeu a palavra, nos termos do artigo 12, § 8º, do Regimento, a Professor Franzen. Às quinze horas e cinquenta e dois minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a ORDEM DO DIA. Foi aprovado requerimento verbal formulado por Comandante Nádia, solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria constante na Ordem do Dia, por VINTE E UM VOTOS SIM e DEZ VOTOS NÃO, após ser encaminhado à votação por Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Pedro Ruas e Roberto Robaina, tendo votado sim Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Claudio Janta, Comandante Nádia, Conselheiro Marcelo, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Jessé Sangalli, José Freitas, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pablo Melo, Professor Franzen, Psicóloga

Tanise Sabino e Ramiro Rosário e votado não Aírto Ferronato, Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Jonas Reis, Karen Santos, Laura Sito, Matheus Gomes, Pedro Ruas e Roberto Robaina. Em discussão geral e votação, esteve o Projeto de Lei do Executivo nº 016/21 (Processo nº 0695/21), após ser discutido por Laura Sito, Karen Santos, Leonel Radde, Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Matheus Gomes, Pedro Ruas, Claudio Janta, Cassiá Carpes, Aldacir Oliboni, Roberto Robaina e Jonas Reis. Foi rejeitado requerimento de autoria de Pedro Ruas, solicitando o adiamento, por duas sessões, da discussão do Projeto de Lei do Executivo nº 016/21, por ONZE VOTOS SIM e VINTE E UM VOTOS NÃO, após ser encaminhado à votação por Matheus Gomes, Jonas Reis, Daiana Santos e Roberto Robaina, tendo votado sim Aírto Ferronato, Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Jonas Reis, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Matheus Gomes, Pedro Ruas e Roberto Robaina e votado não Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Comandante Nádia, Conselheiro Marcelo, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Moisés Barboza, Pablo Melo, Professor Franzen, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário. Foi aprovado requerimento de autoria de Cláudia Araújo, solicitando a retirada de tramitação das Emendas nºs 01, 02 e 03 apostas ao Projeto de Lei do Executivo nº 016/21, por VINTE E UM VOTOS SIM e OITO VOTOS NÃO, após ser encaminhado à votação por Roberto Robaina, Pedro Ruas, Aldacir Oliboni e Daiana Santos, tendo votado sim Aírto Ferronato, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Comandante Nádia, Conselheiro Marcelo, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Jessé Sangalli, José Freitas, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Moisés Barboza, Pablo Melo, Professor Franzen, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário e votado não Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Matheus Gomes e Pedro Ruas. Foi aprovado requerimento de autoria de José Freitas, solicitando a retirada de tramitação da Emenda nº 04 aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 016/21. Foram apregoadas as seguintes emendas ao Projeto de Lei do Executivo nº 016/21: nº 05, assinada por Claudio Janta; nºs 06 e 11, assinadas por Cláudia Araújo; nºs 07 e 12, assinadas por Roberto Robaina; nºs 08 e 09, assinadas por Aldacir Oliboni; nº 10, assinada por José Freitas. Foram apregoados os seguintes requerimentos, deferidos pelo Presidente, solicitando votação em destaque para emendas apostas ao Projeto de Lei do Executivo nº 016/21: de autoria de Roberto Robaina, para as Emendas nºs 05, 06, 07, 08, 09 e 12; de autoria de José Freitas, para a Emenda nº 10; de autoria de Cláudia Araújo, para a Emenda nº 11. Foi votada destacadamente e aprovada a Emenda nº 05 aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 016/21, após ser encaminhada à votação por Pedro Ruas, Laura Sito, Cassiá Carpes, Karen Santos e Claudio Janta. Foi votada destacadamente e aprovada a Emenda nº 06 aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 016/21, após ser encaminhada à votação por Cláudia Araújo, Jonas Reis, Comandante Nádia, Matheus Gomes e Bruna Rodrigues. Em verificação de votação, foi aprovado requerimento verbal formulado por Comandante Nádia, solicitando a prorrogação dos trabalhos da presente sessão, por

VINTE E DOIS VOTOS SIM e DEZ VOTOS NÃO, após ser igualmente aprovado em sua votação simbólica, tendo votado sim Airto Ferronato, Alexandre Bobadra, Alvoní Medina, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Comandante Nádia, Conselheiro Marcelo, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Jessé Sangalli, José Freitas, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Moisés Barboza, Pablo Melo, Professor Franzen, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário e votado não Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Jonas Reis, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Matheus Gomes, Pedro Ruas e Roberto Robaina. Foi votada destacadamente e rejeitada a Emenda nº 07 aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 016/21, por ONZE VOTOS SIM e VINTE E DOIS VOTOS NÃO, após ser encaminhada à votação por Roberto Robaina, Laura Sito, Pedro Ruas e Daiana Santos, tendo votado sim Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Jonas Reis, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Matheus Gomes, Pedro Ruas e Roberto Robaina e votado não Alexandre Bobadra, Alvoní Medina, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Conselheiro Marcelo, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pablo Melo, Professor Franzen, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário. Foi votada destacadamente e rejeitada a Emenda nº 08 aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 016/21, por ONZE VOTOS SIM e VINTE E TRÊS VOTOS NÃO, após ser encaminhada à votação por Pedro Ruas, Jonas Reis, Daiana Santos, Roberto Robaina e Idenir Cecchim, tendo votado sim Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Jonas Reis, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Matheus Gomes, Pedro Ruas e Roberto Robaina e votado não Alexandre Bobadra, Alvoní Medina, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Conselheiro Marcelo, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pablo Melo, Professor Franzen, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário. Foi votada destacadamente e rejeitada a Emenda nº 09 aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 016/21, por ONZE VOTOS SIM e VINTE E DOIS VOTOS NÃO, após ser encaminhada à votação por Laura Sito e Matheus Gomes, tendo votado sim Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Jonas Reis, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Matheus Gomes, Pedro Ruas e Roberto Robaina e votado não Alexandre Bobadra, Alvoní Medina, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Conselheiro Marcelo, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pablo Melo, Professor Franzen, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário. Foi votada destacadamente e aprovada a Emenda nº 10 aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 016/21, por VINTE E QUATRO VOTOS SIM e DEZ VOTOS NÃO, após ser encaminhada à votação por Pedro Ruas, José Freitas, Leonel Radde e Roberto Robaina, tendo votado sim Airto Ferronato, Alexandre Bobadra, Alvoní Medina, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Conselheiro Marcelo, Felipe Camozzato, Fernanda

Barth, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pablo Melo, Professor Franzen, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário e votado não Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Jonas Reis, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Matheus Gomes, Pedro Ruas e Roberto Robaina. Às vinte e uma horas e trinta e seis minutos, esgotado o prazo regimental da presente sessão, a Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para sessão extraordinária a ser realizada a seguir. Os trabalhos foram presididos por Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim e Comandante Nádia. Do que foi lavrada a presente ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

---

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** Boa tarde a todos. Solicito que o diretor legislativo faça a chamada nominal dos vereadores para iniciarmos esta sessão.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Vinte e seis Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras responderam a chamada nominal.

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** Há quórum. O Ver. Márcio Bins Ely solicita Licença para Tratar de Interesses Particulares no dia 1º de setembro de 2021. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que aprovam o pedido de Licença permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** O Ver. Kaká D'Ávila solicita Licença para Tratamento de Saúde no período de 1º a 5 de setembro de 2021. A Mesa declara empossado o Ver. Conselheiro Marcelo, nos termos regimentais, que integrará a Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana - CEDECONDH.

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** Registro a presença do Ver. Sérgio Alexandre Airolói (Canário), do município de Santo Antônio da Patrulha – Rio Grande do Sul, do Partido dos Progressistas; seja bem-vindo.

O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

**VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL):** Ver. Idenir Cecchim, Presidente da Casa, em exercício no dia de hoje, vereadoras e vereadores, público que nos dá a honra, meus companheiros rodoviários que estão aqui, um abraço forte, se sintam em casa, nem sempre é fácil se sentir em casa, não é? Estejam em casa. Amigos e amigas, nós, Ver. Oliboni, líder do PT, Ver.<sup>a</sup> Bruna Rodrigues, líder do PCdoB, Ver. Robaina, líder do PSOL, temos tido, como oposição, uma postura firme e que mantém sempre aberta a

porta do diálogo. E temos tido, em momentos mais recentes - Ver. Idenir Cecchim agradeço a V. Exa. -, uma postura sempre aberta e leal, que nós podemos conversar, acertar, cumprimos agora os nossos acordos, então, quero agradecer a Vossa Excelência. Quero dizer que de nossa parte, da oposição, nunca faltou e nem vai faltar, isso é compromisso assumido agora - inclusive devemos ter reunião com prefeito Sebastião Melo nos próximos, talvez amanhã -, disposição para o diálogo. Agora, as nossas posições são firmes, conhecidas, assumidas, sérias. Nós não concordamos com a privatização da Carris. Nós não concordamos, Emerson, com a demissão dos cobradores. São posições que nós temos há muitos e muitos anos! Isso não vai ser modificado agora. Eu já disse aqui que há problemas com a Carris, mas quais são os problemas? Vamos resolvê-los! Vamos trabalhar juntos! Há esse espaço, e é isso que eu quero dizer, Presidente Idenir Cecchim. Há esse espaço para negociação, para conversas, para resolvermos as questões, mas, por conta de várias dificuldades por que passa a Carris no momento, ela não pode ser destruída e o povo de Porto Alegre perder esse patrimônio histórico. Lá fora, as pessoas lembram de Porto Alegre pela Estátua do Lançador, pelo Rio Guaíba, pelo pôr do sol e pela Carris - pela Carris! Ver.<sup>a</sup> Laura Sito são quase 150 anos, 149 anos, desde que eram caixotes puxados por burricos, no século XIX. Essa é a Carris dos nossos antepassados e que a nossa geração de legisladores tem a obrigação de preservar. Há problemas? Vamos resolvê-los - essa é a grande questão. Não é uma situação onde, por argumentos X ou Y, em relação às despesas, empresa pública não tem que dar lucro, mas, ainda assim, se há problemas com isso, vamos resolvê-los, há uma disposição para o diálogo. Nós somos uma oposição firme, forte, fiscalizatória, mas que quer o bem de Porto Alegre. Quantos e quantos projetos do Executivo, Ver. Idenir Cecchim, líder do governo, nós já votamos aqui de forma unânime? Quantos e quantos projetos? O que nós queremos, rodoviários aqui presentes - eu disse ao presidente Abbade - é o diálogo, mas um diálogo produtivo, um diálogo que tenha conclusões, que sejam parte das ideias de uma posição e da outra, não é um diálogo de ouvir apenas. Um diálogo de produzir! Na definição de Erich Fromm, o diálogo de produzir é aquele que produz uma síntese entre posições antagônicas. E nós queremos buscar essa síntese e não valer apenas a maioria matemática de plenário que beneficia circunstancialmente o Executivo. Nós queremos esse diálogo sério, e somos responsáveis, com absoluta fidelidade, com que acordamos.

Portanto, concluo por aqui, Sr. Presidente, agradecendo este período, Ver. Idenir Cecchim, dizendo que estamos à disposição para dialogar nas próximas horas, inclusive, estamos encaminhando um documento ao prefeito municipal. E a solicitação que ele nos fez de uma reunião será atendida. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT):** Saúdo o nosso Presidente em exercício, Ver. Idenir Cecchim, colegas vereadores e vereadoras, público que acompanha a nossa sessão desta tarde, de modo especial, aqui no plenário, os rodoviários, são muitos cidadãos e cidadãs que se fazem presentes. Em nome da nossa bancada do Partido Trabalhadores - Ver.<sup>a</sup> Laura, Ver. Leonel, Ver. Jonas e eu - queremos aqui também referendar o que o nosso colega, Ver. Pedro Ruas, líder da oposição, levantou a ideia de que, à medida que o prefeito municipal de Porto Alegre está nos convidando para uma reunião de conversa sobre os projetos de mobilidade, a esquerda, a oposição possa apresentar ao governo a sua opinião, e a nossa opinião será documentada. Tivemos uma reunião muito produtiva hoje, pela manhã. Depois, tivemos uma reunião muito importante também com os líderes dos partidos desta Casa, e que se entrou em um consenso, inclusive, de, até segunda-feira, ter sessão, mas não ter votação, não ter Ordem do Dia. Então, nesse sentido, creio que a movimentação de hoje, como também a de segunda-feira, será pacífica, sem nenhum atropelo e surpresa de querer alguém encaminhar algo no plenário para votar algo que não foi combinado. Acordos devem ser mantidos - essas são as grandes palavras.

Nesse sentido, queria elogiar a audiência pública de ontem, quando discutimos o projeto das isenções no transporte público, ou um projeto de mobilidade, que foi trazido para Câmara, que acaba tirando uma infinidade de isenções. Isto é, de 14 isenções, ficariam apenas cinco, e que tanto o governo quanto as lideranças tiveram a oportunidade de ouvir todos os segmentos, e creio que muitos ajustes temos que fazer. Muitos ajustes temos que fazer, vou levantar aqui alguns deles, por exemplo, o governo diz que a prioridade das prioridades para o passe livre só ficará duas datas: a data de Nossa Senhora dos Navegantes e a outra data, se eu não me engano, é um dos feriados especiais do Município de Porto Alegre. E nós achamos que é impossível não incluir, por exemplo, o passe livre no dia das eleições, o dia das eleições do Conselho Tutelar, das eleições para escolher os seus representantes, e principais festas da cidade, como, por exemplo, o Natal, a Páscoa, o Dia das Crianças. Hoje, a lei determina que tenha uma vez por mês passe livre, isso são 12 vezes. Tirar todas elas e não baixar o valor da passagem, seria um verdadeiro desequilíbrio, prejudicando que o cidadão possa, nos seus domingos e feriados, ter os passeios com a família, e os onerando consideravelmente sem nenhum abate no valor da passagem.

Veja, por exemplo, com relação à gratuidade do transporte público, como que as pessoas vão ficar sem o passe livre ou a gratuidade para as pessoas deficientes? Não é possível! Como que as pessoas portadoras de HIV/Aids vão ficar sem a gratuidade do transporte público? Como que as pessoas idosas vão ficar sem a gratuidade do transporte público? Mas, mais do que isso, como o governo vai querer tirar o Tri dos estudantes e dizer que vai impactar apenas R\$ 0,21 na baixa do valor da passagem? É impossível! Precisamos abrir um debate maior. A Câmara de Vereadores quer abrir esse debate maior, com uma comissão que será constituída, agora, na próxima semana, quando virá todos os segmentos: os estudantes, as pessoas com deficiência, mas, mais do que isso, as pessoas acamadas, as pessoas que hoje passam por enormes dificuldades, como, por exemplo, os portadores de HIV/Aids.

Nós temos que também chamar aqui para saber o porquê, por exemplo, que as concessionárias não abrem o caixa-preta. Nós queremos saber por que o governo quer entregar a Carris, privatizar a Carris, sem nenhum estudo do impacto econômico e social para sociedade. Queremos saber do governo o que ele vai fazer após a liquidação da Carris. Por que não fazer, por exemplo, PDV antes mesmo de votar esse projeto de lei? Por que o governo não discute uma possível transição sem antes, açodadamente, querer votar o projeto também da extinção dos cobradores? Ora, ora, não dá para ficar ameaçando! Não dá para ficar dizendo: “Se vocês fizerem greve, vamos votar o projeto de lei” - isso é um direito constitucional dos trabalhadores. E a greve é legal, obedecendo o acordo estabelecido na Delegacia do Trabalho.

Portanto, é fundamental que nós tenhamos posição firme para que possamos também dar tempo ao tempo e poder encontrar uma saída, porque o transporte público é um processo geral e não apenas parte dele. Por isso, nós, da bancada do PT, achamos oportuno a abertura do diálogo e que possamos também entregar esse documento ao prefeito municipal para saber da nossa sugestão nesse processo de discutir a viabilidade do transporte público mais adequado à dura realidade que passamos em tempo de pandemia. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** O Ver. Giovane Byl está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADOR GIOVANE BYL (PTB):** Boa tarde colegas vereadores, público que nos assiste pela TVCâmara, Presidente Idenir Cecchim. Assumo a tribuna aqui com muita alegria no dia de hoje. Hoje, nós temos dois momentos simbólicos, pois hoje é o dia do profissional da Educação Física, esse importante profissional que leva o esporte, os exercícios físicos, e todos sabemos que esporte é vida, esporte é saúde e também é inclusão social. Então fica aqui os meus parabéns a todo profissional da Educação Física que desempenha esse importante trabalho.

Também não posso deixar de falar que hoje se inicia o mês de setembro, então, já estamos no Setembro Amarelo - essa importante pauta. Temos colegas aqui que defenderam e sempre defendem essa causa de setembro, que é o combate e a prevenção ao suicídio. E esse tema, mais do que nunca, se torna pungente na nossa cidade de Porto Alegre, que é a saúde mental dos nossos jovens. Nós devemos falar sobre esse assunto. Nós devemos nos preocupar com esse assunto. Um assunto que é, muitas vezes, invisível, mas que pode estar dentro do nosso lar, nas pessoas com quem convivemos, nos jovens e adolescente. Por isso, eu protocolei aqui, na Casa, o projeto de indicativo ao governo para criação da Clínica de Atendimento à Saúde Mental do Jovem. Os nossos jovens vêm sendo vítimas da depressão, da automutilação e do suicídio. E nós precisamos de uma política pública que vá de encontro a esses problemas que, muitas vezes, são invisíveis, mas, segundo a OMS a ONU, será a próxima grande pandemia que a humanidade vai enfrentar. Estamos aqui também

usando a camiseta do Ponto e Vírgula, o que significa que a história ainda continua e representa a todos aqueles que, em algum momento, atentaram contra sua vida, felizmente, não conseguiram, mas conseguiram continuar com a sua vida e a sua caminhada. Mais uma vez, eu quero ressaltar para a importância de nós darmos atenção para este mês de setembro, que é o combate e a conscientização ao suicídio; e devemos ter um olhar especial para política pública de saúde mental dos nossos jovens, das nossas crianças e dos nossos adolescentes. Muito obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** A Ver.<sup>a</sup> Psicóloga Tanise Sabino está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pelo governo.

**VEREADORA PSICÓLOGA TANISE SABINO (PTB):** Boa tarde, saúdo o nosso Presidente em exercício, Ver. Idenir Cecchim, colegas vereadores, nossos colegas de bancada, do PTB, e público que nos assiste. Eu venho a esta tribuna, no dia de hoje, registrar que hoje, dia 1º de setembro, damos início ao mês conhecido como Setembro Amarelo, que é o mês de prevenção ao suicídio. Eu estou movida pelo sentimento de que precisamos fazer mais pelas pessoas e mais pela sociedade. No próximo dia 10 de setembro, é o Dia Mundial de Combate ao Suicídio, e é sobre esse tema que eu quero falar hoje com os nobres colegas.

Como presidente da Frente Parlamentar de Prevenção ao Suicídio e Automutilação, eu quero divulgar, então, a campanha do Setembro Amarelo. O Setembro Amarelo foi criado, no Brasil, em 2015, pelo Centro de Valorização da Vida - CVV, o Conselho Federal de Medicina - CFM e Associação Brasileira de Psiquiatria. Essa é uma campanha de extrema importância uma vez que o suicídio é um problema grave de saúde pública e que muitas vezes pode ser evitado. Durante o mês de setembro, nessa campanha do Setembro Amarelo, é comum a iluminação de prédios públicos ou turísticos na cor amarela; é comum caminhadas de valorização da vida; distribuição de *folders*; utilização de bótons na cor amarela e também usar roupas na cor amarela. Todas essas ações têm como objetivo, então, chamar a atenção, despertar a atenção das pessoas para esse assunto. É necessário acabarmos de vez com o tabu de não se falar sobre esse tema do suicídio, mas precisamos também falar da forma certa, da forma correta, falando também sobre os fatores de risco, fatores de proteção, sinais alerta, como ajudar, o que falar e o que não falar nesse momento. E também é necessário falar sobre a saúde mental. Na verdade, mais do que falar sobre suicídio, é necessário falar sobre qualidade de vida, sobre a promoção da saúde mental. E como ter uma vida mais saudável em dias como esses que nós estamos vivendo? Precisamos sempre ter a superação e a resiliência. Sabemos que os casos de suicídio poderiam ter sido evitados, se tivessem sido falados, mas é preciso falar da forma certa, sem julgamento.

Portanto é imperioso debatemos o tema a exaustão, a fim de minimizarmos o número de casos de suicídios. Os dados, Sr. Presidente, são alarmantes, cerca de 800



mil a 1 milhão de pessoas morrem por suicídio no mundo por ano, uma média de 10 tentativas a cada suicídio. O total de mortes por suicídio supera a soma de todas as mortes causadas por homicídios, acidentes de transporte, guerras e conflitos civis. O suicídio é a segunda causa mais frequente de morte entre os jovens de 15 a 29 anos. Preste a atenção, sempre associamos o suicídio com a juventude, mas outro público de risco também é de idosos, pessoas acima de 60 anos também é um grupo de risco. A cada 41 segundos uma pessoa morre por suicídio no mundo, a cada 45 minutos uma pessoa morre por suicídio no Brasil. As mulheres realizam duas vezes mais tentativas de suicídio do que os homens, entretanto os homens morrem mais de suicídio do que as mulheres. Conforme estudos, de 90 a 95% dos casos, o suicídio sempre estava relacionado com uma doença mental, e a principal delas é a depressão. Trata-se, portanto, de um sério problema de saúde pública. É vital, então, desenvolvermos estratégias de promoção à saúde. Como presidente da Frente Parlamentar de Prevenção ao Suicídio e Automutilação, eu quero salientar algumas ações que a nossa Frente vem desenvolvendo. Hoje, pela manhã, a nossa equipe esteve na frente da Câmara distribuindo um folder do Setembro Amarelo e um pin, esse *folder* que nós distribuimos e também um pin de conscientização do Setembro Amarelo. Também solicitei a esta Casa, Câmara de Vereadores, a iluminação do prédio, a iluminação da Câmara na cor amarela, o que foi prontamente atendido pelo nosso Presidente e a Mesa Diretora, e eu já agradeço, gratidão por esse entendimento. Além disso, o Presidente da Câmara também se comprometeu a fazer um *outdoor* aqui na frente da Câmara com uma divulgação do Setembro Amarelo. Além disso, fizemos também alguns pedidos para o nosso prefeito de Porto Alegre, fizemos 12 pedidos, na verdade, ao nosso prefeito, tais como, primeiro, a iluminação do Paço na cor amarela; colocação de publicidade na parte traseira dos ônibus; criação de um comitê de prevenção ao suicídio; elaboração de folders, de cartilhas; realização de palestras para os servidores públicos sobre a valorização da vida e realização de palestras para os servidores da SMED. Sugerimos também, incentivo por parte dos gestores de utilização de roupas na cor amarela, e ter no *site* da Prefeitura um *link* sobre a prevenção do suicídio. Saliento que estamos organizando também uma caminhada, no próximo domingo, de valorização da vida, Todos Juntos Pela Vida. Para finalizar, Presidente, quero dizer que a pessoa que está pensando sobre suicídio, ela não quer tirar a sua própria vida, na verdade, ela quer desesperadamente viver. Para concluir, então, convido os nobres colegas vereadores, a sociedade porto-alegrense como um todo para combatermos esse mal e evitarmos que muitas vidas sejam perdidas. Que Deus abençoe a nossa Porto Alegre. E meu muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** Obrigado, Ver<sup>a</sup>. Psicóloga Tanise. Cumprimentos pela sua luta.

(Tumulto no plenário.)

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** Tirem este homem daí!  
Mandem embora!

Retirem esse exaltado, retirem do recinto! Retirem do recinto! Vou suspender a sessão para retirar os baderneiros daqui. Estão suspensos os trabalhos.

(Suspendem-se os trabalhos às 14h50min.)

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB) – às 15h41min:** Estão reabertos os trabalhos. Queria saudar o Sr. Adroaldo Rodrigues.

O Ver. Gilson Padeiro solicita Licença para Tratamento de Saúde no período de 1º a 6 de setembro de 2021.

Em razão da Licença para Tratar de Interesses Particulares do Ver. Gilson Padeiro, no período de 1º a 06 de setembro de 2021, e, em razão da impossibilidade de os suplentes Helen dos Santos Machado Calleya, Pai Ricardo d'Oxum e Luiz Fabiano de Souza assumirem a vereança, o suplente Professor Franzen assumirá a vereança. Solicito ao suplente Professor Franzen que entregue seu Diploma e a Declaração de Bens a esta Mesa.

(Procede-se à entrega do Diploma e da Declaração de Bens.)

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** Solicito aos presentes que, em pé, ouçam o compromisso que o suplente Professor Franzen prestará a seguir.

**SUPLENTE PROFESSOR FRANZEN (PSDB):** "Prometo cumprir a Lei Orgânica do Município de Porto Alegre, defender a autonomia municipal, exercer com honra, lealdade e dedicação o mandato que me foi conferido pelo povo." (Palmas.)

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** Declaro empossado o Ver. Professor Franzem. O nome de V. Exa. já está aqui consignado, Professor Franzen, V. Exa. integrará a Comissão de Urbanização, Transporte e Habitação - CUTHAB.

O Ver. Professor Franzen está com a palavra, nos termos do art. 12 do Regimento.

**VEREADOR PROFESSOR FRANZEN (PSDB):** Sr. Presidente; colegas vereadores, senhoras e senhores, boa tarde. Hoje é um dia muito importante na minha vida porque estou sendo empossado vereador de Porto Alegre e tenho que agradecer primeiramente a meu pai aqui presente, Dr. Cláudio Franzen, ex-presidente do Conselho Regional de Medicina, que inspirou a minha família a trabalharmos, lutarmos e sermos pessoas do bem, Presidente Cecchim. Este mês, setembro, como já disse a Ver.<sup>a</sup> Tanise, é o mês do Setembro Amarelo, com isso fiz uma homenagem simbólica no meu cabelo, para que a gente tenha muita atenção nisso porque a pandemia e a situação econômica que nós estamos vivendo estão trazendo essa depressão da nossa população, e nós, como vereadores de Porto Alegre, como profissionais que somos, temos que tentar

caminhos para que essas pessoas não entrem nesse abismo. Hoje, dia 1º de setembro, é o Dia Nacional do Profissional de Educação Física, eu sou o professor de educação física, sou membro do Conselho Federal de Educação Física e aqui, representando a minha classe, deixo os meus parabéns a todos esses meus colegas que transformam desde crianças, jovens adolescentes e pessoas de mais idade, pessoas com deficiência e pessoas de todos os gêneros, a viverem melhor. Sabemos que a educação física tem uma relevância muito importante na nossa sociedade, que faz parte da saúde. Nós, seres humanos sem saúde não somos ninguém, pessoal. O debate sempre será saudável, a polêmica sempre será saudável, mas se nós, seres humanos não tivermos saúde, é por isso que eu luto, nós não conseguiremos dar nem um passo à frente. Entrando aqui hoje, na Câmara de Vereadores, eu prometo muita ética nas minhas palavras, nas minhas decisões porque esta Casa é a Casa do Povo. Eu obtive 1.397 votos na última eleição, uma eleição muito difícil, muito árdua para todos aqui que concorreram e para os mais de 600 candidatos a vereadores deste Município. Eu espero que consiga aqui representar muito bem a população de Porto Alegre, as pessoas que me colocaram aqui, o meu partido, PSDB, que está me homenageando neste momento, e nisso eu gostaria de agradecer aqui ao Ver. Moisés Barboza, como presidente da bancada, e ao Ver. Gilson Padeiro, que, por motivo de saúde se ausentou me dando esta oportunidade de seguir na sua cadeira aqui neste período. Muito obrigado, Presidente, e que a Câmara Municipal de Porto Alegre possa cada dia mais melhorar a vida da nossa população. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** Obrigado, Vereador. V. Exa. ajuda a engrandecer a nossa Câmara de Vereadores. Parabéns pelo seu dia, profissional de educação física. Foi uma coincidência muito boa.

**VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (DEM) (Requerimento):** Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem dos trabalhos, para que possamos, imediatamente, entrar na Ordem do Dia. Após retornaremos à ordem normal.

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** O requerimento não tem objeto possível, visto que o próximo período é o da Ordem do Dia. Solicito ao Diretor Legislativo que proceda a chamada nominal para verificação de quórum para ingressarmos na Ordem do Dia.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Vinte e seis Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras responderam a chamada nominal.

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB) – às 15h52min:** Há quórum. Passamos à

## ORDEM DO DIA

**VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (DEM) (Requerimento):** Sr. Presidente, solicito a inclusão do PLE nº 016/21 na priorização da Ordem do Dia da presente sessão e que seja a primeira matéria a ser apreciada.

**VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT) (Requerimento):** Sr. Presidente, solicito que seja mantida a ordem de apreciação das matérias constantes na Ordem do Dia que foi acordada na última reunião da Mesa Diretora com o colégio de líderes.

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (DEM):** Primeiro será apreciado o requerimento de autoria da Ver.<sup>a</sup> Comandante Nádia. Se aprovado, prejudicará o requerimento do Ver. Aldacir Oliboni.

Em votação o requerimento de autoria da Ver.<sup>a</sup> Comandante Nádia. (Pausa.) O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

**VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT):** Nobre Presidente em exercício, Ver. Idenir Cecchim, colegas vereadores e vereadoras, público que acompanha nossa sessão nesta tarde, bastante preocupante. Por que preocupante? Porque o governo usa esses artifícios que a Ver.<sup>a</sup> Nádia acaba de fazer, um artifício de encaminhar um requerimento para modificar a Ordem do Dia, ao contrário do que nós combinamos no colégio de líderes. Isso é falta de ética, de transparência. É lamentável que se adota aqui um sistema igual ao do governo anterior. Lamentavelmente, a sociedade, quanto mais distante para eles mais fácil para dar um punhal no peito dos trabalhadores, dos cidadãos. Imaginem, vocês, cidadãos e cidadãs, neste momento, o governo faz um requerimento para extinguir 3.500 cargos dos cobradores do transporte público de Porto Alegre, 3.500 empregos, 3.500 famílias. É justo? É desumano, é tamanha irresponsabilidade, Ver. Aírton Ferronato, vocês, nós, Vossas Excelências vão compactuar com essa deslealdade com o trabalhador que está trabalhando, está trabalhando e não sabe que querem votar este projeto de lei. Isso é um golpe contra a cidade, não é só contra o trabalhador, isso é um golpe que o cidadão que está inclusive afastado porque pegou a covid-19, porque, na questão do transporte público, nem sequer a vacina ainda foi concluída, mas o governo acha que tem que apressar o passo das maldades, as maldades não conseguiram ser concluídas no governo Marchezan e estão sendo concluídas pelo governo Melo. Um desastre na política em Porto Alegre, é mais que um desastre, é algo inconcebível, Ver. Ruas, perceber tamanha ousadia e tamanha deslealdade com esses cidadãos, trabalhadores do transporte público que podem perder, nesta tarde, 3.500 postos de trabalho. Nós não estamos indignados, a nossa bancada do PT está mais que indignada, ela está decepcionada com tamanha ousadia do prefeito. Prefeito Sebastião Melo, se V. Exa. está ouvindo, ligue para o líder do governo, ligue para o presidente em exercício e diga que hoje não é dia de votar. Porque não estava no acordo. Não estava no acordo nem com eles, nem com o

Ministério Público do Trabalho. Tinha um prazo de dez dias, Sérgio. Os dez dias vencem amanhã e não hoje. Os dez dias que o Melo deu no acordo com o Ministério do Trabalho vence amanhã e não hoje. Portanto, está cometendo aqui uma enorme ilegalidade, um desrespeito aos trabalhadores e com a cidade. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** Solicito que os convidados tomem assento, não é para ficar de pé. Tomem assento nos lugares. (Pausa. Se não o senhor vai sair, se o senhor não sentar, o senhor vai sair. Não vai ofender ninguém aí não. Além de tudo, o senhor está mentindo, não são três mil e quinhentos. O senhor se acalme, senão eu vou pedir para o guarda retirar o senhor das galerias. O senhor não está na garagem do seu ônibus. Por favor, vão sentar nas galerias, foi esse o combinado. Dez para cada lado para evitar aglomeração. Vamos sentar.

(Manifestações nas galerias.)

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** Do povo educado. Vocês são todos educados, por favor, vamos sentar. São convidados da Câmara para permanecer no plenário. (Pausa.) Sérgio, nos ajuda aí, vamos manter a distância para não ter aglomeração: são dez para cada lado. (Pausa.) Assim está bem.

A Ver.<sup>a</sup> Bruna Rodrigues está com a palavra para encaminhar a votação do requerimento de autoria da Ver.<sup>a</sup> Comandante Nádia.

**VEREADORA BRUNA RODRIGUES (PCdoB):** Primeiro, sem cumprimentos, porque o que acontece hoje aqui... Eu não estou vendo a transmissão da TVCâmara, não sei se está transmitindo a partir daqui, mas é bom que o povo veja o que acontece nesta Câmara de Vereadores, quando o povo adentra nela, o que acontece em toda sessão e o que uma parcela dos vereadores da base do governo faz para retirar o direito do povo: se acomodou a votar de galeria fechada, se acomodou sem ter que olhar para os vereadores, sem ter que olhar para a cara do povo e sustentar seu voto, se acomodou. E não se sensibiliza, nesse período de crise, em desempregar tantos homens e mulheres, nesse período de crise econômica, nesse período em que a cesta básica é uma das mais caras do país, nesse período em que as nossas sinaleiras estão cheias de crianças, nesse período que nós temos a segunda passagem mais cara do país. É nesse período que o governo escolhe ter como centralidade do seu projeto a retirada dos direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras. Porque vai demitir vocês; não é para solucionar os problemas do transporte da cidade. Porque R\$ 0,21 centavos são uma vergonha. Esse deveria estar sendo o subsídio que a Prefeitura deveria estar dando ou buscando com a iniciativa privada, que não apresenta os gastos e que tem inúmeras isenções. Se vocês acompanharem as votações, vocês vão ver inúmeras isenções que beneficiam os grandes empresários, mas, quando se trata de povo, quando se trata de combater o desemprego, aí é *spray* de pimenta, aí é a Guarda Municipal. Isso aqui é

uma vergonha, os 36 vereadores que compõem esta Câmara foram eleitos, bateram na porta de cada porto-alegrense e não disseram que iam vir aqui fazer esse trabalho, não disseram que iam vir aqui votar de porta fechada, não disseram que iam deixar milhares de famílias sem garantia do sustento. Porque Porto Alegre vai ser a capital dos desempregados, porto Alegre vai ser a capital dos miseráveis; já é a capital das crianças na rua, das crianças pedintes, das crianças nas sinaleiras. Eu não vejo futuro nesta cidade com esse projeto liberal, com esse projeto que tira, a cada dia, o pão da mesa do trabalhador. Esses vereadores que sustentam isso aqui deveriam ter vergonha. Hoje tivemos uma reunião de líderes, a qual foi rompida aqui. A Ver.<sup>a</sup> Comandante Nádia, depois que acabou a reunião, veio aqui e fez completamente o contrário, o inverso do que foi decidido, do que foi combinado. É uma vergonha. Na sessão anterior, chamou os vereadores de crianças mimadas, mas não passa de um papagaio do governo, não passa de um papagaio do Executivo que vem aqui só cumprir maldade, só cumprir ordem. Eu não compactuo com esse projeto. Nós votaremos contra e a resistência está sendo feita pelos trabalhadores e pelos vereadores e vereadoras da oposição. É importante que a cidade veja, é importante que a cidade acompanhe. Porque esta Casa não é a casa do povo. Não se enganem, ela não é a Casa do Povo, ela vota de porta fechada, ela garante que os bacanas entrem lá na porta, mas quando é o povo, eles barram, quando é o povo, chegam cheios de critério aqui, botam a Guarda Municipal, trabalhador contra trabalhador. Então é importante que vocês vejam. A nossa bancada, que é formada por duas mulheres pretas, sabe o papel que vocês cumprem, sabe que mulher sofre menos assédio sexual com o cobrador dentro do ônibus, sabe que assalto vai aumentar ou quem pega o ônibus passadas às 20h horas da noite vai chegar como em casa? A nossa bancada sabe que o motorista vai adoecer mais, que vai ter mais acidente, mas eles não andam de ônibus, eles não andam de ônibus. E façam isso, marquem cada um e cada uma que votar nesse projeto, marquem e cobrem, porque estão acostumados ao povo não cobrar. Estão acostumados e se acomodarem, mas eleição é feita de dois em dois anos, de quatro em quatro anos. Se a gente começar a cobrar, certamente o posicionamento muda e nós precisamos abrir essas galerias, Ver. Cecchim. É inadmissível. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

**Vereadora Karen Santos (PSOL):** Vou cobrar um pouco de coerência, minha questão de ordem é que no dia LGBT, aqui em Porto Alegre, as vereadoras foram obrigadas a retirar as bandeiras da vitrine. Aqui a gente tem bandeira do Brasil do mesmo campo político que fez aquele debate hipócrita naquele dia. Por mim, põe a bandeira onde quiser, mas como tem dois pesos e duas medidas, nesta Casa, eu acho que é importante retirar aquela bandeira dali também.

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** Só para esclarecer, Vereadora, a bancada do PSOL já entrou aqui enrolada na bandeira da Palestina e não teve problema nenhum.

**Vereador Mauro Pinheiro (PL):** Presidente, eu só queria fazer uma pergunta para a Ver.<sup>a</sup> Karen: se ela tem algum problema com a bandeira do Brasil?

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** Está registrado.

**Vereador Alexandre Bobadra (PSL):** Presidente, a Constituição da República do Brasil... Se na Bahia são símbolos nacionais, o hino, os selos e a bandeira... Isso aqui está na Constituição Federal. Vamos respeitar a Constituição Federativa do Brasil!

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** Só para esclarecer para plateia, quando cada vereador terminar o seu pronunciamento, vocês podem aplaudir ou vaiar, sem problema nenhum. Eu acolho a reclamação do Ver. Pedro Ruas, tem muita aglomeração aqui no corredor. É um assessor por bancada e aqui nós temos muito mais assessores. Isso vale para todos os partidos. Tem que ter o crachá da bancada. Se nós temos que identificar quem está nas galerias, temos que dar exemplo aqui dentro.

O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para encaminhar a votação do requerimento de autoria da Ver.<sup>a</sup> Comandante Nádia, pela oposição.

**VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL):** Obrigado, Ver. Idenir Cecchim, Presidente em exercício, vereadoras e vereadores, público que nos assiste na TVCâmara, meus prezados companheiros rodoviários, meu caro Sérgio, Boneca, estava aqui há pouco o presidente Abadde, está lá o Emerson, o Balinha, eu sei que são lutadoras e lutadores, guerreiros de uma causa que vai além deles. Porque eles, pessoalmente, nem são prejudicados, mas eles têm compromisso histórico com a categoria que representam. Compromisso histórico, porque há dez anos eram eles, há 20 anos, eram eles, há 30 anos, eram eles. É ou não é, Sérgio? Eu lembro disso. Por isso, vereadores e vereadoras, nós temos que encaminhar contra a votação dessa barbaridade, porque esse projeto é, acima de tudo, cruel, ele cria um problema de extinção de profissão em plena pandemia. Vejam bem, eu não estou dizendo o emprego direto, para alguém vir dizer que não está no projeto. Extinção de profissão em plena pandemia, criando um pânico para servidores, para servidoras, empregados, sem nenhuma necessidade, porque isso não tem qualquer influência na tarifa. O Roberto Robaina sabe, nós temos a ação do PSOL, de 2013, eu era advogado e parte. Naquela ação, Sérgio, em que nós conseguimos a diminuição dos R\$ 0,20 centavos, ali vocês sabem bem que o que nós descobrimos é que o que impactava a tarifa não é o cobrador, não é o motorista, não são as isenções, o que impacta a tarifa é a máfia do transporte coletivo, é a ATP e aquela frota reserva que eles criaram que não existia de verdade, que cobravam valores, faziam cálculos tarifários em cima de um pneu que nunca rodou, de um banco onde ninguém sentou, de uma carroceria que nunca saiu da garagem. Era isso que impactava a tarifa! Então é crueldade acabar com a profissão dos cobradores. Isso aí é exatamente que o governo quer para criar um caos no sistema, para justificar depois a privatização da Carris, para fazer todas as maldades que quer fazer, agradando sempre o

empresariado, agradando sempre quem detém o capital, agradando sempre essa direita que se incrustou ali no Paço Municipal e que comanda esta cidade de uma maneira cruel, bárbara, contra os interesses da cidade. Não é apenas a questão dos trabalhadores e das trabalhadoras que já seria muito, mas pensem no caso do cadeirante, pensem no caso daquela pessoa idosa que não consegue subir no ônibus. Quem é que faz subir? Quem é que ajuda a descer? Como é que vai ficar apenas o motorista responsável por tudo isso? Como é que vai ficar apenas um trabalhador, sendo que demora muito mais em cada viagem, não garantindo a segurança de quem está lá dentro? Então nós temos que encaminhar contra a votação, e, se for votado, contra o mérito do projeto. O bom senso nos indica que jamais poderia ser votado hoje, porque nós tivemos uma reunião de lideranças e ali poderia ter sido priorizado, mas não foi. Então não tem motivo para votar hoje, não muda não votar hoje, mas se formos obrigados a votar, nós temos que ser contra. Porque eu repito: isso é uma crueldade sem sentido e isso não pode ficar impune! Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** Obrigado, Vereador Pedro Ruas. Eu acho que esse é o local realmente para fazer esse tipo de pronunciamento.

O Ver. Roberto Robaina está com a palavra encaminhar a votação do requerimento de autoria da Ver.<sup>a</sup> Comandante Nádia.

**VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL):** Boa tarde, sabe que, Pedro Ruas, às vezes até desanima falar aqui. Sabe por quê? Porque a Câmara de Vereadores, às vezes, é tão alheia aos reais problemas do povo que passa a ser uma instituição que realmente acaba não servindo para o povo de Porto Alegre. E essa discussão que nós estamos fazendo agora é a prova disso. A maioria que o Sebastião Melo constituiu aqui na Câmara estabelece um tipo de relação, no Parlamento, onde as reuniões que combinam a pauta, por exemplo, não servem para nada, porque o governo trata de utilizar a sua maioria para, às vezes, inclusive, isso é o mais grave, enganar a oposição, enganar a sociedade, fazer de conta que não vai votar e depois vai lá e põe para votar. O Sebastião Melo, o prefeito, disse que dialoga muito. Olhem o diálogo do Sebastião Melo! O Presidente da Câmara entrou de licença, o líder do governo assumiu a presidência da Câmara, já tivemos um tumulto aqui hoje, e a vice-líder do governo faz um requerimento que é o requerimento de nós vamos votar dizendo para que hoje se volte o projeto dos cobradores. Um projeto que foi polêmico em 2019, que dividiu, foi a maior batalha política da Câmara na legislatura passada, e o governo que passar, sim, manobrando a toque de caixa, sem avisar previamente a sociedade. Saibam que isso aí é gravíssimo, porque a palavra do prefeito Sebastião Melo que eu, sinceramente, sou obrigado a dizer: eu não confiei, não confiei. Não confiei, por exemplo, quando o governo disse: na semana que vem está tudo tranquilo. Eu desconfiava que uma sessão como essa era uma sessão perigosa, em que o governo, caso tenha os votos, poderia colocar para votar. Não sei se o governo tem os votos, mas tudo indica que, se eles



tiverem, esse é o objetivo da Vereadora Nádia que não está nem aí para os rodoviários, não tem nenhum respeito pelos rodoviários, nenhum respeito pelos cobradores. É uma vereadora bolsonarista, de extrema direita, que quer saber só de derrotar a classe trabalhadora, de quebrar a espinha dorsal da classe trabalhadora. Querem derrotar os rodoviários! Amanhã, Vereadora Mônica, vai ter uma paralisação na Carris. Os trabalhadores da Carris estão mobilizados. O prefeito falou no Tribunal que não votaria o projeto da Carris, mas votar o projeto de cobradores hoje é também faltar com a palavra, porque quando o prefeito falava da Carris, ele estava evidentemente falando para as pessoas que estavam de interlocutoras, que estavam confiando na palavra dele, ele estava falando do conjunto do pacote ligado ao transporte. Eu não confiei na palavra do prefeito, por isso sempre mantive um alerta para categoria: se mobilizem, se organizem. Se precisar, façam greve, se for para defender os seus empregos e os seus interesses. Porque são os empregos dos cobradores que estão em jogo com esse projeto. É algo gravíssimo que vereadores que apoiam o Melo votem, nesta sessão, um projeto como esse. Porque votar, em uma sessão, onde a sociedade saiba que a Câmara vai votar, a gente pode até perder, o debate a gente pode perder. A Câmara teve uma eleição, teve uma composição; agora, votar sem avisar previamente é uma deslealdade completa. Isso é o que ficou claro nesse requerimento da Vereadora Nádia para votar o projeto dos cobradores no dia de hoje. Espero que não votem, mas o sentido do requerimento é para votar no dia de hoje.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE IDENIR CECHIM (MDB):** Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Pedro Ruas, o requerimento de autoria da Ver.<sup>a</sup> Comandante Nádia.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** (Após a chamada nominal.) **APROVADO** por 21 votos **SIM** e 10 votos **NÃO**.

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** Declaro aprovado o requerimento de autoria da Ver.<sup>a</sup> Comandante Nádia.

**Vereador Aldacir Oliboni (PT):** Presidente, nós estamos encaminhando duas emendas da bancada e estamos tendo dificuldades com o SEI. Então eu queria pedir cinco minutos de suspensão até a DL ter a viabilidade de receber as emendas.

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** Ver. Oliboni, certamente serão atendidas. Nós vamos encaminhando a discussão, e, se for necessário, a gente suspende. Pode ir encaminhando as suas emendas.

## **DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO**

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;**

**encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

**PROC. Nº 0695/21 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 016/21**, que institui, no Município de Porto Alegre, o programa de extinção gradativa da função de cobrador de transporte coletivo por ônibus do Município de Porto Alegre, determinando a adoção de ações que viabilizem a transposição dos profissionais para outros mercados de trabalho e revoga o § 4º do art. 1º da Lei nº 7.958, de 8 de janeiro de 1997, e o § 2º do art. 34 da Lei nº 8.133, de 12 de janeiro de 1998. **(SEI 118.00202/2021-68)**

**Parecer:**

- da **CCJ**. Relator Ver. Ramiro Rosário: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto, das Emendas nºs 01, 02, 03 e 04 e da Subemenda nº 01 à Emenda nº 02.

**Observações:**

- com Emendas nºs 01, 02 e 03, da Ver<sup>a</sup> Cláudia Araújo;
- com Emenda nº 04, do Ver. José Freitas;
- com Subemenda nº 01 à Emenda nº 02, do Ver. José Freitas;
- incluído na Ordem do Dia em 01-09-21 por força do art. 81 da LOM.

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** Em discussão o PLE nº 016/21. (Pausa.) A Ver.<sup>a</sup> Laura Sito está com a palavra para discutir a matéria.

**VEREADORA LAURA SITO (PT):** Eu poderia falar uma boa tarde ao Presidente Idenir Cecchim, aos colegas, àqueles que nos acompanham aqui, mas, infelizmente, a nossa tarde não é boa. A truculência virou rotina nesta Casa, a truculência, que se justifica na retirada de direitos dos trabalhadores. Penso eu que a reunião das 11 horas, das quartas-feiras, do Colégio de Líderes, já não faz mais sentido, se toda semana nós teremos uma reunião para definir a pauta desta Casa e depois virá, neste Parlamento, um requerimento para atropelar os debates da cidade, para retirar direito dos trabalhadores, para esfacelar o que resta de democracia em Porto Alegre, infelizmente esta é a prática semanal. Nós estamos falando aqui de mais de 3.000 famílias que perderão os seus postos de trabalho. Infelizmente aqui a gente ouve uma série de argumentos hipócritas dizendo que o projeto de extinção gradativa dos cobradores não se trata da extinção, do desemprego desses. Ora, quem não conhece o mundo do trabalho, o que as empresas farão com esses e essas que trabalham nestas funções se a sua função de cobrador será extinta? Tem muitos colegas vereadores aqui que não fazem ideia do que é pegar o ônibus, não fazem ideia do que é viver com um salário mínimo, que não sabem o que foi atravessar o período de pandemia recebendo, muitas vezes, R\$ 200,00 na conta para sustentar três, quatro filhos. Eu, na minha família, tenho vários rodoviários, vários cobradores – primos, tios – sei o que foi para quem trabalhava nas empresas privadas nesse período, ter que fazer escalas de horário, tendo redução de salário e não conseguindo nem fazer um mercado no final da semana,

no final do mês. Tem vereador que não sabe o que é isso, e o pior, não saber, às vezes, é uma questão de nascença, mas o pior é não tem um mínimo de empatia e, o pior ainda, não ter a disposição de discutir com a cidade algo que vai, de fato, mudar brutalmente a organização do serviço de transporte público ofertado na cidade.

Já debatemos nesta Casa o impacto sobre a população com deficiência, já debatemos nesta Casa o impacto sobre a própria organização de uma cidade que não é composta por corredores de ônibus ininterruptos, onde os cobradores e cobradoras ajudam inclusive na sinalização de trânsito; já falamos nesta Casa da própria organização interna do transporte; já falamos nesta Casa do quanto irá onerar os motoristas de ônibus que já têm uma carga extremamente puxada de trabalho. Mas, aqui, nada, nada, sensibiliza; a única coisa que sensibiliza aqui sabe o que que é? É o choro dos empresários de ônibus. O choro dos empresários de ônibus sensibiliza aqui muitos vereadores, aqueles e aquelas que compreendem que nós temos, de fato, um problema instalado em relação à mobilidade urbana de Porto Alegre, mas que não querem tocar no centro do que é o problema. O centro do que é o problema são as empresas que têm uma caixa preta; o centro do problema é a bilhetagem que está sob o controle dos empresários; o centro do problema não são as isenções; o centro do problema não são os trabalhadores, cobradores de ônibus; o centro do problema não é a nossa empresa pública de transporte. Nós debatermos o tema da mobilidade urbana de Porto Alegre somente pelas suas faltas tangenciadas fará apenas nós afetarmos, mais uma vez, a população trabalhadora pobre desta cidade. Porto Alegre, no último ano, teve empobrecimento de 74%. Tem vereador que não sabe o que que é, não sabe o que que é porque ganha R\$ 15.000,00, não faz ideia do que é ter que ir até o supermercado e comprar um pedaço de carne por R\$ 70,00, ou melhor, não poder comprar. Tem gente que não sabe o que que é ter que estar na capital que tem a cesta básica mais cara do Brasil, a mais de R\$ 1.200,00; não faz ideia do que que é, não faz. Inclusive, tem Vereador aqui que acha até simpático quem tem que ir até a fila do osso para poder ter algum contato com a carne. Nós estamos falando aqui de um problema que não pode ser discutido de maneira isolada e precisa, principalmente ser discutido com a cidade não a toque de caixa.

Para concluir, simplesmente o fato de nós estarmos aqui debatendo esse tema por requerimento, de forma atropelada, já mostra a perversidade contida na intenção do debate. Nós aqui acreditamos que nós não podemos votar esse projeto hoje, nós inclusive achamos que esse projeto deve ser debatido com a sociedade. Por que não um plebiscito? Por que não ouvir o que Porto Alegre pensa, o que o usuário do ônibus pensa? Só usa ônibus nesta cidade quem precisa, e o que que esse usuário vai achar de, mais uma vez, o transporte ser mais uma vez que o sucateado, e nós termos mais de 3.000 desempregados na cidade?

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (DEM):** Queria cumprimentar o meu amigo Everson, que já foi vereador aqui na Casa. Bem-vindo, Everson, nós somos amigos lá da Zona Norte.

(A Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal assume a presidência dos trabalhos.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** A Ver.<sup>a</sup> Karen Santos está com a palavra para discutir o PLE nº 016/21.

**VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL):** Boa tarde todos e todas, queria iniciar a minha fala dizendo que esse é um projeto desnecessário, vinculado à máfia da associação dos transportadores privados desta cidade, que segue dando as cartas na relação da mobilidade urbana, que é um direito constitucional. Transporte coletivo é direito, não é mercadoria, não pode ser negociado. E a gente vai seguir dando cartas brancas para uma péssima gestão, ilegal, fraudulenta, e com consenso da Câmara de Vereadores de Porto Alegre; isso é um escândalo. E, para, a população que está nos assistindo, guardem bem o nome dos vereadores que não tiveram coragem de vir aqui votar esse projeto e colocaram os seus suplentes; guardem bem porque esse tipo de manobra não é uma manobra só arquitetada pelo campo do governo, é falta de coragem de decidir e ir afundo no enfrentamento, hoje, desses superprivilegiados que garantem os seus superlucros em contrato oferecendo um péssimo serviço para a população.

Vem me falar em Setembro Amarelo, vereador? Setembro Amarelo com 3.500 cargos que vão ser extintos, garantindo ainda mais insegurança para essas famílias em plena pandemia, em plena crise econômica, vocês vêm promovendo política de desemprego em massa para nossa capital. Quem planta fim de posto de trabalho colhe desemprego, e desemprego em massa, numa crise em que a gente não tem perspectiva de resolução. E para onde vão esses cobradores? Com certeza, vão para os aplicativos, aprofunda ainda mais a lógica do transporte privado em detrimento de um transporte massivo coletivo, digno. Isso não está sendo debatido, eu não vi uma fala de vereador aqui debatendo a volta da tabela pré-pandemia, eu não vi uma fala falando da necessidade da volta dos articuladores, uma fala dizendo que a gente precisa garantir gestão pública, que é o que está em contrato, que está em lei e todo mundo sabe aqui que hoje a gestão se dá de forma ilegal; a Prefeitura tem em relação a isso. Qual a necessidade de votar esses projetos dessa forma acelerada? Por que que não se audita? Por que que não se cria a comissão especial de acompanhamento do transporte aqui na Câmara de Vereadores? Já foi encaminhada, só falta ser instaurada. Qual a necessidade de se votar esse projeto às pressas desse jeito? Qual a necessidade de uma manobra como foi feita essa porque não admira a manobra do campo que veio, mas me admira é o consenso de vários vereadores aqui, que se colocam dentro do campo do diálogo, da construção, mas é muito papo e pouca ação. Para governar o Município tem que ter coragem, não dá para governar de joelho para máfia dos transportadores privados. A gente precisa, em última instância, terminar com esse tipo de política, política que fica afrontando o trabalhador, política que se sobrepõe, querendo fazer manchete e

polarização, que acha que ser nacionalista é estar agarrada numa bandeira. É disso que nós estamos falando, é não garantir qualidade de trabalho, dignidade para a população de Porto Alegre, mas não estamos derrotados, a gente está derrotado aqui dentro desta Câmara de Vereadores, mas ainda assim o Melo ainda tem que sancionar esse projeto, ou seja, amanhã é fundamental que as privadas se somem na luta da Carris e declarem greve. Greve é o único instrumento que a gente tem para ser respeitado. Participando de audiências públicas, participamos das reuniões de comissão e não se resolve. Não tem estudo de impacto técnico, não tem resoluções em relação às auditorias que foram contratadas. Há... (Problemas de conexão.) ...inquéritos hoje abertos no Ministério Público e no Ministério Público de Contas investigando a crise do transporte, mas, não, a gente coloca todas essas evidências para o lado e segue tocando as nossas vidas como se nada disso estivesse acontecendo. É uma vergonha, uma vergonha esse tipo de manobra que aconteceu aqui hoje na Câmara de Vereadores; é fundamental que os vereadores do governo parem de provocação se não querem conflito aqui dentro da Casa do povo, é importante o Ver. Bobadra parar de provocar os trabalhadores que estão aqui acompanhando esta sessão. Não vamos permitir nenhum tipo de esculacho, nenhum tipo de desrespeito com aqueles e com aquelas que garantem o direito constitucional ao transporte coletivo. É uma vergonha a forma com que o povo de Porto Alegre é tratado aqui dentro dessa Casa, as pessoas estão sendo impedidas de acompanhar as votações. É uma vergonha a população, além de ser desrespeitada, esculachada por vereadores – os vereadores, muitas vezes, esquecem que quem paga os nossos salários são esses contribuintes que estão tentando acompanhar uma votação que vai ter desdobramento direto na qualidade de vida, de trabalho, de humanidade desses sujeitos.

Assim, então, o que está acontecendo aqui hoje na nossa Casa mostra muito do que corresponde a política do governo Melo, não podemos ceder, nela ainda tem que analisar... (Problemas de conexão.) ...amanhã a fundamental greve; greve nas privadas e greve na Carris.

(Não revisado pela oradora.)

**Vereador Jonas Reis (PT):** Uma questão de ordem nobre Ver.<sup>a</sup> Mônica, que preside esta sessão.

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** Pois não, vereador.

**Vereador Jonas Reis (PT):** Eu queria pedir aos vereadores que estão indo até a arquibancada provocar, são as pessoas estão assistindo não dá. Eu acabei de presenciar o Ver. Bobadra pegar uma bandeira, chacoalhar e agitar. Vamos ter postura de vereador, nós somos eleitos para estarmos aqui, mas não para ter esse tipo de postura, vereador.

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** Feito o registro. Eu gostaria só de falar como filha, orgulhosa, de militar que sou, que a bandeira do Brasil, para mim, não deveria estar como um pano no vidro e nem amarrada como canga; eu gostaria que a bandeira do Brasil fosse usada de forma diferente. Esta é uma opinião, e é muito difícil para eu presidir a sessão olhando o símbolo nacional dessa forma. Pois, não, Ver.<sup>a</sup> Nádia.

**Vereadora Comandante Nádia (DEM):** Pois o Ver. Jonas veio reclamar – eu estava passando para ir para minha mesa e fui xingada. Aliás, com palavras de calão por duas pessoas que estavam aqui; não é isso o que nós queremos. O respeito deve primar nesta Casa. Pessoas que não têm respeito não deveriam estar na Câmara de Vereadores. Muito obrigada.

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** Eu peço às pessoas que estão nas galerias, por favor, respeitem; acompanhem a sessão com educação, com calma, com equilíbrio para nós chegarmos ao final dessa votação com tranquilidade. Pois, não, Ver. Bobadra.

**Vereador Alexandre Bobadra (PSL):** Presidente, eu como professor de direito constitucional, eu quero ler aqui o art.13, da Constituição da República Federativa do Brasil: “A língua portuguesa é o idioma oficial da República Federativa do Brasil. § 1º: São símbolos da República Federativa do Brasil a bandeira, o hino, as armas e os selos nacionais. E eu fui agredido por manifestante do pessoal ali que impulsiona a bandeira, mas visando o bem-estar social, a tranquilidade eu não vou registrar um boletim de ocorrência contra aquele rapaz ali que puxou a minha bandeira, mas foi registrado pelas câmeras. A minha assessoria jurídica já está analisando as imagens, e nós vamos tomar os procedimentos cabíveis.

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** Feito o registro, Ver. Bobadra. Ver.<sup>a</sup> Laura.

**Vereadora Laura Sito (PT):** Só uma questão de ordem. O próprio Ver. Bobadra que acabou de se auto intitular professor de direito constitucional, a forma como um símbolo nacional – que a nossa bandeira – foi tratada aqui nesta sessão, está de uma forma equivocada. Portanto, eu queria pedir à Mesa que, se pudessem pedir a solicitação que os colegas pudessem resguardar sua bandeira e tratar da forma adequada, conforme a nossa própria constituição orienta.

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** Feito o registro, Ver.<sup>a</sup> Laura.

**Vereador Aldacir Oliboni (PT):** Nobre Presidente, Ver.<sup>a</sup> Mônica, o Ver. Bobadra foi ali provocar os nossos convidados. E aí não quer que haja reação, vamos

parar com isso, aqui não é local de brincadeira. Vamos respeitar as pessoas que estão aqui, como respeitar quem está na tribuna.

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** Feito o registro, Ver. Oliboni.  
O Ver. Leonel Radde está com a palavra para discutir o PLE nº 016/21.

**VEREADOR LEONEL RADDE (PT):** Boa tarde, Presidenta; boa tarde colegas vereadores e vereadoras, o que nós estamos vendo aqui nessa Casa é a cara do Brasil. Aqueles que se utilizam da bandeira nacional trabalham para prejudicar brasileiros e brasileiras, trabalhadores e trabalhadoras; aqueles que se apropriam do discurso patriótico são os primeiros a passar pano para corrupção e fazer votações na calada da noite para prejudicar aqueles que deram a sua vida durante a pandemia. Do que adianta utilizar símbolos nacionais, se não têm amor pelo seu País e pelos brasileiros e brasileiras? Se não respeitam o mais básico direito de se alimentar, de poder ter um plano de saúde decente, de ter um SUS que funcione, vem aqui utilizar símbolos nacionais de uma forma hipócrita, de uma forma cínica? E eu lembro, colegas da Guarda Municipal e da Brigada Militar – Nádia, Bobadra – que instigam vocês contra os trabalhadores que vão perder o seu emprego votaram contra a previdência dos servidores públicos municipais e não aceitaram a aposentadoria especial dos guardas municipais. E, quando o Sartori atrasou salários no nível estadual, a Nádia debochou dos policiais que recebiam o salário atrasado, e agora ela quer ser a liderança para fazer aqui o combate aos trabalhadores.

(Aparte antirregimental da Ver.<sup>a</sup> Comandante Nádia.)

**VEREADOR LEONEL RADDE (PT):** Pode gritar, Nádia, aqui tu não comandas nada; tu não comandas nada aqui nessa Casa. Não apontes para mim, que eu não sou da mesma instituição que tu, não faço parte da tua laia, entendeste? Tu atacas os trabalhadores e trabalhadoras. Ela quer ser vice-governadora ou deputada, saibam colegas da segurança pública, do serviço público, trabalhadores e trabalhadoras, ela adora ir à vila mentir, e o que ela está fazendo aqui é desempregar milhares de trabalhadores, pessoas que têm dificuldade muitas morreram durante a pandemia trabalhando. Vem aqui e quer, com uma pastinha embaixo do braço, acabar com o emprego dessas pessoas. É uma vergonha utilizar bandeira nacional para cometer esse tipo de crime, porque é um crime nesse momento de desemprego – 15% de desempregados – colocar mais pessoas à margem. Tenham vergonha e respeito por quem dedicou a sua vida ao serviço! É muito fácil a gente fazer discursos aqui muito técnicos, discursos em defesa da economia, enquanto as pessoas não têm um prato de comida, não têm feijão na mesa, e nós seguimos nessa cartilha genocida bolsonaristas aqui nesta Casa também. Isso tem que ser lembrado em 2022, nas próximas eleições: quem invariavelmente vota contra o povo é a direita, são os representantes do PSL, do DEM, do MDB, lembrem-se disso. Não caiam na mentira de sempre; eles viram cordeiros na época de eleição, mas são lobos agressivos, covardes, que não respeitam o

sangue desta Casa, fazem açodadamente para que as pessoas não possam se mobilizar quem está aqui defendendo a sua categoria. Instigam violência contra os trabalhadores e trabalhadoras, porque o seu está garantido, os seus cargos de confiança estão garantidos, os seus benefícios estão garantidos, a sua propaganda em 2022 está garantida pelo bolso desses grandes empresários que financiam as suas campanhas. Chega! Peço que esse projeto não seja aprovado nesta Casa porque ele prejudica toda população de Porto Alegre, não só esses trabalhadores.

Eu tenho vergonha de estar aqui neste dia, vergonha de dizer o que está sendo feito com essas pessoas que não tiveram nem o direito de se manifestar. E que o prefeito Melo fique ciente do que ele fez hoje é autoritarismo, é uma pseudo ditadura, e nós não vamos aceitar. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** A Ver.<sup>a</sup> Bruna Rodrigues está com a palavra para discutir o PLE nº 016/21.

**VEREADORA BRUNA RODRIGUES (PCdoB):** Mais uma vez, eu venho à tribuna, Ver.<sup>a</sup> Mônica, para discutir o projeto e já coloquei aqui que a nossa opinião é que, nesse momento, o Executivo municipal deveria estar dedicado a construir soluções e saídas para o povo da cidade, que vive um drama grande muito grande, que passa para um aprofundamento da pobreza, que tem se encontrado todos os dias com a fome, Ver.<sup>a</sup> Mônica.

Mas eu também venho denunciar na tribuna um vereador que se acha no direito dizer para uma vereadora que ela tem tesão por ele, que ela tem tesão, afinal de contas, esta Casa, este Parlamento deveria, não só deveria – Ver.<sup>a</sup> Mônica, que conduz os trabalhos nesse momento –, esta Casa deveria ter uma comissão de ética, esta Casa deveria ensinar esses vereadores, que acham que podem tudo, que não é exatamente nesse dessa forma. Uma mulher como eu, Ver.<sup>a</sup> Mônica, para chegar até aqui, não pode só ter tesão, tem que ter muita base, tem que construir muito no dia a dia. Ver. Bobada, eu não tenho tesão por ti, aliás, eu tenho repúdio e desrespeito ao que tu representas, porque eu venho contrapor aqui nesta tribuna. Tu vais ter respeito pelas mulheres, tu vais precisar ouvir as tuas colegas exatamente neste momento, no momento que nós conversávamos ali, o vereador se achou no direito de dizer que eu tinha tesão por ele! É inadmissível, Ver. Ramiro porque nós sempre nos respeitamos, sempre. Sempre respeitei, Ver. Moisés, e tenho muito respeito pelos vereadores meus colegas, inclusive pelos que não compõem a base da oposição. E podes perguntar a cada um, Ver. Pablo, ao Ver. Cecchim, que é meu colega de comissão, mas eu não vou aceitar, Ver. Bobadra, em nenhum momento, tamanho desrespeito. O senhor é vereador, eleito como eu, e que precisa se portar. Tu falaste que eu tinha tesão por ti, não vai só pedir desculpa, vai precisar de medidas eficientes desta Casa, afinal de contas, eu sou mulher e preciso ser desrespeitada a todo tempo. Fui impedida três vezes, três vezes na minha primeira sessão de entrar no plenário, e hoje, um dia de votação tensa, um dia de votação que nós



respeitamos os colegas e olhamos para cada um respeitando o projeto que representa, e que cada um, Ver. Camozzato, precisa, cada um de nós. Temos muitas divergências, mas jamais a tu me dirigiste tamanho desrespeito, como o Ver. Bobadra fez exatamente neste momento. É muito difícil vir a esta tribuna falar isso, é muito difícil, precisa ter muita coragem, mas eu sou uma mulher que já enfrentou muita batalha nesta vida, e não é um tesão por um homem que se acha no direito de falar isso para uma parlamentar dentro de uma sessão que vai impedir que eu venha esta tribuna fazer um bom debate, de dizer que nós não aceitaremos e que vai ter que aprender a se portar aqui, vai ter que aprender a lidar com mulher preta, porque meu corpo não está exposto, meu corpo não é mercadoria. E não pode nenhuma mulher, Ver.<sup>a</sup> Mônica, nenhuma de nós. Nós somos a capital com mais mulheres deste País, nenhum dos homens aqui deveriam ou poderiam desrespeitar uma vereadora, uma parlamentar, uma mulher eleita pelo voto popular dessa forma.

Então, eu venho inclusive, Ver.<sup>a</sup> Mônica, que conduz o trabalho nesse momento, venho solicitar que a gente tenha medidas, nós precisamos de uma Procuradoria da Mulher atuante, nós precisamos de uma comissão de ética, porque daqui para diante, Ver.<sup>a</sup> Comandante Nádia, nenhuma de nós pode ser desrespeitada dessa forma. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** Ver.<sup>a</sup> Laura Sito.

**Vereadora Laura Sito (PT):** Presidenta Mônica, caros colegas, o depoimento da Ver.<sup>a</sup> Bruna é muito sério e se relaciona a prática de assédio, é isso. O art. 217 do nosso Regimento expressa no inciso primeiro: “considera-se atentatório ao decoro parlamentar usar em discurso ou proposição expressões que configuram crimes contra honra e contenham incitamento à prática de crime”. E o Ver. Alexandre Bobadra perguntar se a nossa Ver.<sup>a</sup> Bruna tinha tesão nele, quero dizer esse registro, quero encaminhar isso à Mesa Diretora para que medidas sejam tomadas, porque é algo inadmissível. Na Assembleia Legislativa de São Paulo nós acompanhamos um caso como esse; isso é inadmissível no Parlamento brasileiro. Nós não aceitaremos isso.

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** Ver.<sup>a</sup> Bruna, feito o registro. Eu solicito que façam a representação formal, que a Mesa tomará as providências cabíveis. Pois não, Ver. Jonas Reis.

**Vereador Jonas Reis (PT):** Quero aqui me solidarizar com a vereadora que se pronunciou. Isso é muito grave, nós vereadoras e vereadores devemos ter bons tratos entre nós, nós representamos o povo e não os interesses individuais aqui. Esse tipo de postura é uma postura que sequestra a democracia, sequestra o Parlamento para o desrespeito que existe na sociedade. Nós devemos dar o exemplo e combater qualquer

tipo de preconceito ou assédio; isso é inadmissível. Esta Casa vai ter que se pronunciar, a Mesa Diretora vai ter que se pronunciar sobre isso.

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** Feito o registro; já informei, como presidente em exercício, solicito que façam a representação formal que a Mesa tomar as providências cabíveis. Ver. Pedro Ruas?

**Vereador Pedro Ruas (PSOL):** Presidente, na mesma linha do que já foi dito, eu consulto V. Exa. se nós podemos também encaminhar junto com a ver.<sup>a</sup> Bruna esse pedido. Esse pedido de exame e punição exemplar ao comportamento da natureza, se pode apenas a vereadora, ou se nós também podemos.

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** Ver. Pedro Ruas, quem desejar assinar essa representação fique à vontade.

**Vereador Pedro Ruas (PSOL):** Muito obrigado.

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** A Ver. Daiana Santos está com a palavra para discutir o PLE nº 016/21.

**VEREADORA DAIANA SANTOS (PCDOB):** Presidenta, colegas, todos aqueles que estão aqui assistindo, quero iniciar, Ver.<sup>a</sup> Bruna, falando que certamente como tua camarada e como procuradora adjunta da mulher desta Casa, eu vou me posicionar de forma muito enfática para que isso não aconteça mais. Isso é um absurdo descabido do machismo que impera neste espaço e que também já atingiu a, agora então, presidenta Mônica, que está aqui como coordenadora desta Mesa. Nós sabemos muito bem que isso é uma prática, mas isso não vai perdurar, não vai permanecer porque, definitivamente, a violência política de gênero não está dentro do escopo daquilo que nós consideramos correto e, principalmente, daquilo que nós lutamos. Para além disso, quero falar que o desrespeito... Isso não me admira, Ver.<sup>a</sup> Mônica, vindo de onde vem, desse alinhamento a esta organização que, definitivamente, faz parte de uma ordem que se relaciona de forma muito obscura com aquilo que não dialoga e com essa gestão pública que coloca todos os trabalhadores – e aqui estão muito bem representados – diante de um retrocesso absurdo, com essa gestão que não consegue fazer um mínimo daquilo que acorda conosco. Nós mulheres do PCdoB, principalmente, considerando aqui a vereadora Bruna que sofreu um ataque, lutamos para que o machismo, o racismo, a lesbotransfobia, para que todas as suas opressões não imperem nesse espaço. Machistas não passarão. Ver. Bobrada, retire das suas costas a bandeira do Brasil, utilize esse símbolo de forma correta. Canalha, se não tens coragem para enfrentar, diante de toda uma plateia, de um povo que vem aqui lutar, porque é isso que eles estão fazendo, estão lutando pelo pão de cada dia, diferentemente do senhor que, de forma, machista vem gritar, no ouvido da Ver.<sup>a</sup> Bruna, que o senhor acha que ela tem tesão. Tenha respeito com todas as mulheres do PCdoB, tenha respeito

com todas as mulheres desta Casa, tenha respeito com todas nós. Isso é um absurdo e não vamos permitir que aconteça novamente.

Alinhado a um projeto do prefeito Melo que não dialoga, que finge que recebe os trabalhadores, que finge que recebe as demandas, mas que, definitivamente, está agindo, diante de nós, Ver.<sup>a</sup> Laura, da forma que bem entende, tripudiando em cima daqueles que constroem esta cidade. Isso é o ápice do desrespeito. Nós não vamos permitir; golpistas é isso que vocês são; vocês não conseguem, minimamente, manter a palavra. E isso, nós, da esquerda que vocês tanto batem, sabemos muito bem o que é, porque nós temos palavras, porque nós temos alinhamento, porque nós temos postura. Não permitiremos nenhum ataque aos trabalhadores e não permitiremos ataque às mulheres. Isso é totalmente fora de escopo; violência política de gênero, nesta Casa, não aceitaremos.

Também, não aceitaremos esse golpe descabido em cima dos trabalhadores; vocês têm que se mobilizar, vocês têm que se manter na luta, por que eles não entendem disso. Por isso nos atacam e os colocam nesta condição, agindo com violência, por que é disso que eles entendem. Eles querem armas, nós queremos espaço de construção e de debate; eles só fazem pautar a violência, nós abrimos e ampliamos aquilo que eles, definitivamente, não conseguem alcançar: o diálogo, a construção com trabalhador na base. Mantenham-se firmes, porque nós estamos ao lado de vocês.

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** O Ver. Matheus Gomes está com a palavra para discutir o PLE nº 016/21.

**VEREADOR MATHEUS GOMES (PSOL):** Obrigado, Presidente Mônica. Primeiramente, Ver.<sup>a</sup> Bruna, em nome do PSOL, a nossa solidariedade, como partido, como bancada, pois esta denúncia que tu fizeste aqui na Tribuna, nós vamos fazer com que não seja mais uma denúncia contra esse vereador que agora não está aqui no plenário para ouvir o que nós estamos dizendo, para encarar de frente a situação que ele criou ao trazer essa cena de violência política e machista para dentro da discussão, aqui nesta Casa, para mostrar que essa base governista está disposta a fazer um verdadeiro vale-tudo para acabar com os direitos trabalhadores. Vale tudo, vale desrespeitar os acordos que são estabelecidos nas reuniões, vale desrespeitar a moral de uma vereadora dessa Casa, vale desrespeitar a bandeira do Brasil, vale tudo para destruir o direito dos trabalhadores. É isso que eles estão mostrando, e nós vamos ter que dizer para a cidade de Porto Alegre que o Melo não tem projeto para o transporte público da nossa cidade. Não tem nada de projeto, essa é a verdade. O que ele está apresentando para a população da nossa cidade, nesse momento, é a destruição de direito que foram estabelecidos, é precarização daquilo que já está muito ruim e que, se não fossem os motoristas, cobradores e cobradoras... Os trabalhadores do transporte já estão indo a pior, porque o Melo quer acabar com a isenção para encarecer o preço do transporte, para diminuir ainda mais o número de passageiro da cidade, ele quer

privatizar a Carris ao invés de abrir a caixa preta da ATP. Ontem, foi noticiado, pela imprensa, que o Ministério Público está falando para a Prefeitura assumir o controle da bilhetagem, tem coragem de acabar com a mamata dos tubarões do transporte público que lucram milhões – e nada aparece na imprensa, nada é dito para a população –, mas isso o Melo não quer fazer; bem pelo contrário, passou milhões para os empresários, no início do ano. Agora, a população tem que saber que com o dinheiro da Carris, uma empresa pública, que teve toda sua frota renovada, quer vender a empresa, quer extinguir a empresa, ou seja, quer acabar com a qualidade do transporte. O Melo não tem nada para oferecer de melhoria para o transporte público da cidade de Porto Alegre; é isso o que ele está mostrando com essa discussão, e é por isso que ele quer votar a extinção dos cobradores com as galerias vazias. Ele quer perder a possibilidade de dialogar sobre medidas importantíssimas, como a privatização da Carris. Negaram, aqui na Câmara de Vereadores, fazer plebiscito, olhar no olho da população para discutir o futuro de uma empresa de 149 anos. Agora, com essa política de extinguir os cobradores, vão aprofundar o desemprego na nossa cidade, vão fazer com que o trabalhador que anda de ônibus sinta mais insegurança, tenha um ônibus mais desorganizado. É preciso que a gente diga também, vereadores e vereadoras desta Casa – principalmente os da base governista que acham que podem fazer de tudo e que ninguém vai comprar o preço – que o Melo está desrespeitando autonomia da Câmara de Vereadores. O Melo já foi vereador, devia botar a mão na consciência e lembrar o quão importante é aquilo que é estabelecido nos debates entre as lideranças. Não vale tudo na política, uma hora as coisas cobram um preço. E eu digo que agora já vai começar a ser cobrado, porque teve muito rodoviário que votou no Melo, no ano passado, porque não aguentava mais o que estava acontecendo na gestão Marchezan, que era ataque sobre ataque. O Melo falou que iria fazer diferente e, agora, está apresentando exatamente todas as medidas que o Marchezan apresentou na sua gestão e que foram derrotados, todas as medidas que o Melo está fazendo; e a categoria vai cobrar o preço com seus instrumentos que são legítimos, que é greve, mobilização. Amanhã, quando a Carris estiver parada e tiver um transtorno instalado na cidade de Porto Alegre, a população tem que saber de quem é a culpa. Não é do trabalhador que está lutando pelo seu direito, não é do cobrador. É do Melo que é antidemocrático, está alinhado com fascistas, bolsonaristas para destruir o direito do trabalhador.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para discutir o PLE nº 016/21.

**VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL):** Presidente Mônica Leal, em exercício, vereadores, vereadoras e público que nos honra com sua presença. Todos sabem que eu não tiro a máscara, nunca tiro, mas hoje é diferente, esse momento é especial. Ver.<sup>a</sup> Bruna, em primeiro lugar, começo por V. Exa. O que aconteceu, hoje, é um acinte à história da Câmara Municipal e ao movimento geral de mulheres no mundo.

A agressão, porque isso é assédio moral, que sofreu a Ver.<sup>a</sup> Bruna Rodrigues não pode ser aceita em hipótese alguma, Presidente Mônica leal. V. Exa. sabe, por duas razões principais, que eu tenho razão: uma, quando V. Exa. foi agredida – e nós temos uma distância ideológica gigantesca – eu fui o primeiro a sair em sua defesa; duas, porque V. Exa. foi relatora do caso desse mesmo Ver. Bobadra, numa situação gravíssima, e eu vi o parecer, correto e adequado, de V. Exa. que não foi aceito pela Mesa. Então, V. Exa. sabe que eu tenho razão, e todos nós somos Bruna Rodrigues agora; todos nós vamos assinar essa manifestação; todos nós exigiremos justiça nesta Casa. Todos nós vamos exigir o comportamento ético, minimamente aceitável. Temos divergência, evidente que temos, mas é um direito e até obrigação; temos posição. Agora, esse tipo de comportamento machista, sexista, discriminatório, misógino nós não vamos aceitar, nós vamos enfrentar com galhardia, com a espada limpa, mas jamais com esse tipo de comportamento. Isso não é aceitável em parlamento algum no mundo. A própria justiça eleitoral tem feito propaganda intensa, nos meios de comunicação, dizendo que não é assim que um parlamento funciona, que não é assim que as mulheres podem trabalhar. Por isso, presidente Mônica, eu peço, sim, essas providências e sei que V. Exa., que está na Presidência, vai encaminhar; conheço e confio em V. Exa.

Com relação ao projeto, eu tenho dito, várias vezes, que esse projeto é desnecessário e cruel. Quem estava ontem, na audiência pública, ouviu quando eu falei – querida companheira Neiva Lazzarotto – que o projeto não é necessário, ele não faz a menor diferença na tarifa, nenhuma diferença. O Émerson sabe da minha posição, eu calculei isso; e o Roberto Robaina, a Fernanda Melchionna e a Luciana Genro estavam juntos, naquele período. Eu fui advogado em parte, em 2013, quando ganhamos a ação da redução dos R\$ 0,20 da tarifa. Ficou constatada por perícia, pela contadoria o impacto tarifário que se dava – meu caro Xim, eu tenho conversado contigo; a Karen que é uma lutadora nessa causa – pela frota reserva fictícia, pois ela nem existia fisicamente, e pela taxa de lucro dos empresários. Isso é o que impacta a tarifa de ônibus; não é nada com relação a salário de cobrador, a salário de motorista; não é nada com relação às isenções. Não é isso; isso foi constatado na Justiça, por isso ganhamos a ação; por isso foi proibido que o governo mantivesse aqueles R\$ 0,20 de aumento; foi retirado por um ano inteiro. O que impacta a tarifa de ônibus é a tal da frota reserva, a taxa de lucro e os artifícios dos empresários; não é o salário dos cobradores e dos motoristas, não são as intenções. Esse projeto é um absurdo, ele é cruel, é demagógico, engana a população e prejudica a população. Eu disse hoje, nesta tribuna, quando houver o caso de um cadeirante, de uma pessoa idosa com deficiência física, com deficiência de outra natureza, como vão entrar e sair dos ônibus? É o motorista que vai fazer esse trabalho? Como ele vai dirigir? E segurança de todo o trânsito e o tempo de duração de cada viagem?

Presidente, vou concluir repetindo a primeira parte: Ver.<sup>a</sup> Bruna Rodrigues, conte conosco. Companheiras e companheiros da luta contra essa barbaridade que é a extinção da função de cobrador: contem conosco. Nesse combate, estaremos até o fim contra este projeto. Muito obrigada.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** O Ver. Claudio Janta está com a palavra para discutir o PLE nº 016/21.

**VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD):** Boa tarde, Sra. Presidente Mônica Leal, colegas vereadores e povo que nos assistir pela TVCâmara, pelas nossas redes sociais e pela Rádio Câmara. Eu quero, em meu nome, em nome das mulheres do Solidarietà, do meu partido, em nome da minha mãe falecida, da minha esposa e da minha filha, pedir desculpa pelo que aconteceu aqui com a Ver.<sup>a</sup> Bruna. Isso não é condizente com um homem, pai de duas ou três filhas que vieram de uma mulher. Então, eu lhe peço desculpa por esse momento, por esse ato. Eu acredito que o vereador deve estar refletindo e possa vir, nesse microfone de aparte, pedir desculpa para V, Exa. e para todas as mulheres, independentemente de cor, raça, partido e opção sexual. Eu acho que não nos é permitido esse assédio imoral dentro da Casa do Povo de Porto Alegre.

Eu quero, primeiro, dizer que temos de corrigir algumas coisas: em nenhum momento o prefeito Melo mentiu. O prefeito Melo esteve na sede do Sindicato dos Rodoviários em reunião com a direção do sindicato e deixou sempre bem claro que iria fazer o necessário para manter a passagem de ônibus de Porto Alegre e para entregar o sistema de transporte às pessoas que mais necessitam, às pessoas que estão lá na periferia, às mais de 350 mil pessoas que usam o sistema de transporte em Porto Alegre.

Também, nós temos que lembrar onde iniciou isso, lembrar onde começou, Ver. Pedro Ruas, a retirada de cobrador no Brasil, onde iniciou a retirada da profissão de vocês. Não adianta vir para cá se vestir de Robin Hood e, na verdade, ser um lobo na pele de cordeiro. Isso se iniciou, em 2015, com o Programa de Parcelamento de Incentivo. Olha o nome bonito: Programa de Parcelamento de Incentivo. Foi um projeto apresentado na Câmara de Vereadores de São Paulo, em 2015, que retirou os cobradores de ônibus da cidade. Pasmem, quem apresentou esse projeto? Fernando Haddad. Quem foi, na justiça, garantir, no Supremo Tribunal Federal, que não existisse mais cobrador de ônibus na cidade de São Paulo? Olhem bem! Ele foi à justiça no dia 23 de julho, no Supremo Tribunal Federal, e ganhou ação. Em dezembro, dezenas de cidades, em São Paulo, tiraram os cobradores de ônibus, baseadas na ação que o Haddad entrou. Por favor, discurso, discurso, mas, agora, prática à parte. Foi o PT da cidade de São Paulo, foi ex-candidato à presidência da República, foi o ex-ministro que dirigiu aquela cidade e que, no dia 23 de julho de 2017, há exatamente seis anos e dois meses, retirou a função de cobrador da cidade de São Paulo. Foi esse ex-prefeito que entrou na justiça, no dia 6 de novembro, para garantir a retirada dos cobradores, e ganhou. Os sindicatos, tanto o de motorista como o de cobrador, e várias entidades, recorreram. E aí o prefeito foi no tribunal e ganhou de novo; recorreram novamente as federações e confederações; e o prefeito Haddad, foi, no dia 23 de julho de 2017, ao Supremo sustentar que, realmente, tinham que ser retirados os cobradores de ônibus na cidade de São Paulo. Volto a repetir: no dia 15 de dezembro de 2017, várias cidades, no mesmo período do mês de dezembro, mas o dia 15 chama a atenção, porque várias cidades, nesse mesmo dia, tiraram os cobradores. Eu quero dizer para vocês que nós

apresentamos emendas, a Ver.<sup>a</sup> Claudia apresentou emendas; eu e a Ver.<sup>a</sup> Mônica apresentamos uma emenda que garante o segundo condutor, não garante a função do cobrador, em função do argumento de 2015, em função da bilhetagem eletrônica, em função de várias coisas da modernidade, mas as pessoas com deficiência, os idosos, as crianças, os cadeirantes precisam do segundo condutor. Então, nós apresentamos uma emenda para garantir o segundo condutor. Então, nós queremos dizer para vocês que nós não estamos aqui fazendo discurso, eu podia trazer para cá – eu e vários vereadores – o exemplo do ano passado, quando nós estivemos aqui, nesta tribuna, para garantir a função do cobrador e quando nós estivemos "avacalhados" no período eleitoral, nas portas das garagens, dizendo que nós éramos traidores. Mas nós garantimos, dizendo até, representantes dos rodoviários, eu conheço todos vocês, sei os que são rodoviários, sei os que eram e que hoje trabalham no setor público e sei os que não são; conheço todos vocês. Disseram, na cara de pau, que eu não vim aqui para votar no dia, que não voltei; o Giovane Byl está aqui e iria votar contra; a minha mãe estava no hospital, a minha mãe que morreu, seus infelizes. Entenderam, vocês vieram dizer que eu estava mentindo aqui; não preciso mentir, eu sou muito convicto das coisas que eu faço. Não vai ter mais cobrador na cidade de Porte Alegre, acabou, entendam isso. Agora vai ter o segundo condutor; e a Carris vai deixar de existir, não adianta, não pode a Prefeitura, que diz que não tem R\$ 6 milhões para criar um centro de referência do autista, botar R\$ 6 milhões em uma empresa da qual os ônibus estão estacionados no Olímpico, estão lá com os pneus novos, que eram para estar rodando, estão lá estacionados para irem à leilão e serem vendidos; em que as baterias não são as mesmas que saem da garagem e uma série de outras coisas. Agora, não pode o poder público tirar R\$ 6 milhões todo mês e botar num sistema que vocês têm obrigação, assim como nós e toda a sociedade, de discutir como um todo. A Ver.<sup>a</sup> Karen falou dos aplicativos. Eu fui esculhambado pela imprensa por falar na questão dos aplicativos, que tem que regulamentar; crucificaram-me, chamaram-me de tudo, estava sozinho, berrando, nessa tribuna. É necessário regulamentar e é necessário discutir o sistema de transporte como um todo, é necessário discutir o transporte, não só do sistema de ônibus, mas o das lotações, dos táxis, dos aplicativos, dessas bicicletinhas que andam com motor no Moinhos de Vento. É necessário discutir inclusive o transporte fluvial. Muito obrigado, Sra. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para discutir o PLE nº 016/21.

**VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP):** Ver.<sup>a</sup> Mônica, que está comandando os trabalhos, tirei a máscara para mostrar a cara. Ainda bem que a poeira baixou um pouquinho, houve algumas baixarias de ambos os lados e que não vem mais ao caso acrescentar. Queremos com lucidez, quando a gente vê aqueles cartazes ali, dizendo canalhas, golpistas, o que isso acrescenta? Vocês acham que nós vamos ter medo de vocês, medo de votar; estão brincando. Quero aqui, na linha do Janta –fiz um

trabalho para vocês começarem a ler e a aprender; às vezes, não querem aprender. Várias cidades do Brasil já têm; eu citar dar algumas que eu pesquisei rapidamente: Belo Horizonte; Florianópolis; Natal; Vitória da Conquista; Campinas; Campo Grande; Gravataí; Joinville; Maringá; Palmas – que é do PT, todos os partidos estão aqui, ninguém escapa –, Londrina; Natal – muitos já implementados –, Campo Grande; Joinville; Maringá; São José dos Pinhais, no Paraná; Sorocaba, em São Paulo; Barra Mansa, no Rio de Janeiro; Bento Gonçalves, no Rio Grande do Sul; Bertioga, em São Paulo; Betim; Boituva, em São Paulo; Campinas; Chapecó; Contagem; Dourados; Esmeraldas; Garanhuns, em Pernambuco; Goiânia; Guarujá; Itapecerica da Serra, em São Paulo; Nova Lima; Ourinhos; Palmas; Petrópolis; Rio das Neves, em Minas Gerais; Sabará. São centenas de cidade; muitas em andamento parcial, mas, depois, vão chegar a essa questão. Vocês acham que nós estaríamos votando só pela beleza de querer tirar ou botar para alguém? Não gente, nós temos a responsabilidade de administrar esta cidade junto com o prefeito; a Câmara é coparticipante. Aqui a maioria vence, e ninguém vai tirar da maioria no grito; na marra, não vão conseguir tirar, ao contrário. Tudo o que se viu hoje aqui foi, ao contrário, o resultado é ao contrário. Na marra, não; na educação, sim, no debate.

Agora mesmo, estava conversando com o meu amigo "olha, têm umas emendas que vão ajustar; têm umas emendas com as quais nós queremos colaborar", estamos buscando alternativas com os vereadores, com todos. Portanto, o que nós vimos antes aqui... Olha eu já estou no meu quarto mandato, dois como deputado; eu já vi coisas. Tive que buscar, Ver. Cecchim, muitas vezes, deputado, vereador, no banheiro, porque tinha medo de votar. Portanto, ninguém tem que ter medo, quando a gente está com a consciência tranquila de que está fazendo o bem. A realidade hoje é outra, a cidade carregava quase 1 milhão de passageiros; hoje não carrega 400 mil. Sem dúvida, nós vamos fazer uma reformulação, não tem saída. Depois dos cobradores, virá a Carris. Desde que nasci eu ouvia falar que a Carris seria a balizadora do preço em Porto Alegre. Eu nunca vi isso, estou ficando velho e nunca vi isso. Portanto, gente, na raiva, na força não vai; na educação, nós discutimos emendas para melhorar. Outro detalhe para o cidadão que está nos ouvindo lá do outro lado: isso vai ser implementado com qualificações até 2026, até o final de 2025 o processo vai estar... Ninguém quer matar ninguém, ninguém vai judiar. Claro que os aposentados vão ter direito de aposentar; nesse percurso, muitos, milhares vão se aposentar. Então, nós queremos a racionalidade, porque, só na briga, nós não ajeitamos nenhum lado e, ainda, pioramos tudo. Então, Presidente Mônica, eu pesquisei o Brasil inteiro: todos os nossos partidos fizeram isso. Está aqui! Centenas de cidades ou já estão com o processo completamente feito ou em andamento o processo para chegar. E não tem santo. Quando toca no bolso, não adianta, tem que realizar as transformações. Não adianta gritar, apelar, chamar parlamentar de safado, sem-vergonha, trambiqueiro, golpista, canalhas – isso vai contra vocês. Porque essas mesmas pessoas que estão hoje aqui com os cartazes, lamentavelmente eu as vejo há anos aqui com esses cartazes, ofendendo os vereadores. E não é na ofensa que vão diminuir a nossa capacidade de votar. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)



**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** O Ver. Oliboni está com a palavra para discutir o PLE nº 016/21.

**VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT):** Saúdo a nossa Presidenta dos trabalhos, Ver.<sup>a</sup> Mônica; colegas vereadores e vereadoras, saúdo todos os trabalhadoras e trabalhadores que estão aqui, rodoviários, cidadãos e cidadãs. Quero dizer que a agenda neoliberal, negacionista, capitalista não está só no governo federal; ela está lá, está aqui no Estado, com Eduardo Leite, quando aprovou ontem a privatização da Corsan, e está no dia a dia da nossa querida Porto Alegre. Lamentavelmente, além de tudo isso, manifestações de plenário, dos vereadores e vereadoras da base do governo, chegam a decepcionar a cidade toda; não só a Câmara. Quando o vereador faz o que fez com a Ver.<sup>a</sup> Bruna, que denunciou aqui no plenário. Depois se queixam de que há um processo de decoro parlamentar. A nossa solidariedade, Ver.<sup>a</sup> Bruna, é permanente contra aqueles que são mais que negacionistas, machistas, são irresponsáveis. E acho eu, com certeza, que todo porto-alegrense está arrependido de ter votado em muitos, não só vereadores e vereadoras, mas principalmente no prefeito municipal Sebastião Melo, que foi vereador desta Casa, que prometeu, na Carris e em tantas outras reuniões junto com os trabalhadores, que não ia privatizar a Carris, que não ia extinguir os cobradores e que ia discutir um projeto de mobilidade para a cidade. Isso ele falou inclusive na campanha. E qual é o projeto do prefeito atual de mobilidade para a cidade? Retirar os direitos conquistados ao longo de uma década de luta dos trabalhadores. Como por exemplo, as isenções, a garantia do emprego dos cobradores, e, mais do que isso, de uma empresa pública que acabou absorvendo, em tempos de pandemia, as linhas que as atuais concessionárias não quiseram fazer. É claro; deu prejuízo por um tempo, e agora o governo atual diz que a Carris é inviável. Portanto, manda um projeto para esta Casa de liquidação da Carris, Mais de dois mil trabalhadores perderão o emprego, e agora, com este projeto que estamos discutindo, colegas vereadores e vereadoras, o governo vai extinguir 3.500 empregos. Segundo o governo, ele acha que isso vai impactar na redução do valor da passagem. Os senhores sabem em quanto ele disse, nos projetos de lei, que vai impactar na passagem dos três projetos de lei? Em R\$ 0,21! Que vergonhoso! Para uns, tudo; para os outros, nada! E o que vão fazer esses dois mil servidores da Carris, mais 3.500 cobradores – são 5.500 famílias – desempregados, no dia de amanhã? Qual é a política de inclusão do atual governo em relação a isso? Zero! Nada! E nós nos perguntamos, vejam que ironia, muitos aqui inclusive falaram, muitos acreditaram no candidato Sebastião Melo quando visitou as concessionárias, quando visitou a Carris, e ele disse que não ia retirar os cobradores e nem mesmo abrir a liquidação da Carris. E muitos dos cidadãos votaram no Sebastião Melo. E agora, o Sebastião Melo, em vez de voltar os olhos para esses cidadãos, simplesmente obedece a cartilha capitalista neoliberal de privatizações e quer liquidar à força a Carris, liquidar à força as gratuidades e liquidar à força os empregos dos cobradores. Nós estamos mais do que decepcionados, até mesmo porque nesse caso dos cobradores, cidadãos e trabalhadores, a CCJ – Comissão de Constituição e Justiça –, quando aprovou e tinha o parecer para a votação, pediram o art. 81, mas o procurador da Casa deu parecer em

parte pela inconstitucionalidade deste projeto de lei. E ele disse, com todas as letras, que interfere na legislação trabalhista porque se trata de intervir na iniciativa privada. Essa é a questão que os senhores têm que levar à justiça! Têm que derrubar essa lei! E o sindicato tem que ser presente, numa atuação em defesa dos trabalhadores. É injusta, é mais do que injusta, tamanho ousadia deste plenário. São sempre 24, 26, 24 a 10 e não muda o escore. O que foi que mudou do ano passado para cá? Que muitos desses vereadores que estão na base votaram com vocês, nos ajudaram a derrubar o projeto do Marchezan. Agora, continuam com uma ousadia, eu diria, me perdoem a palavra, mas para mim não passa de uma cooptação para poder fazer e completar as maldades agora do governo Melo. Essa é a verdade. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL) (Requerimento):** Sra. Presidente, faço um requerimento de adiamento da discussão do PLE nº 016/21, por duas sessões.

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** Em votação o requerimento de autoria do Ver. Pedro Ruas. (Pausa.) O Ver. Matheus Gomes está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

**VEREADOR MATHEUS GOMES (PSOL):** Olha eu penso que o requerimento feito pelo Ver. Pedro Ruas é o mínimo que a Prefeitura e a base governista podem fazer para que se estabeleça um debate na cidade de Porto Alegre sobre o futuro do transporte público! É o mínimo! Nós tivemos uma reunião na semana passada, na EPTC, vários vereadores estavam, representações do Sindicato dos Rodoviários e da sociedade civil, em que não foi apresentado o impacto, tanto do projeto da Carris quanto dos cobradores. Na verdade, foram faladas algumas coisas sobre os cobradores, que não correspondem à voracidade deste projeto. A Prefeitura quer extinguir os cobradores para gerar um impacto de alguns centavos? Um emprego! As condições de vida de milhares de famílias de Porto Alegre vão ser colocadas na berlinda pela Prefeitura de Porto Alegre pela diminuição de pouquíssimos centavos na tarifa, enquanto nós temos várias outras medidas que podem ser tomadas com relação ao transporte público de Porto Alegre que impactariam em muito no preço da tarifa, e a Prefeitura se nega a discutir. Há muito debate para ser feito sobre esse tema. Não me refiro ao que já foi discutido na legislatura passada, nós estamos diante de um outro cenário, porque a discussão sobre os cobradores na última legislatura, ainda em 2019, foi feita num outro contexto do transporte público na nossa cidade. A pandemia mudou completamente esse quadro, e é preciso dizer que cobradores e motoristas entregaram as suas vidas, colocaram a vida das suas famílias em risco durante toda a pandemia, expostos à covid-19, sem ganhar um centavo a mais por causa disso, sem ter vários dos seus direitos garantidos. E agora, o que é que a Prefeitura oferece em troca para esses trabalhadores? A extinção do posto de trabalho; a possibilidade do desemprego; e a piora das condições do transporte público em Porto Alegre. O Ver. Cassiá veio aqui e

listou um monte de cidades onde já foi extinguido o cargo do cobrador. A pergunta a gente tem que fazer é: o transporte melhorou ou piorou nessas cidades? A crise do transporte público não é um problema nacional? Está em questão, neste momento, o conjunto das políticas que os governos tiveram em relação ao transporte público ao longo dos últimos anos. Extinguir cobrador não é garantia de melhora. No contexto em que nós estamos debatendo aqui em Porto Alegre, não é garantia de modernização! Porque se fosse, teria que estar na mesa, teria que estar no debate o que o Melo está propondo para modernizar o transporte de Porto Alegre! Até agora nós vimos apenas medidas que tiram direitos: tirar isenção, privatizar a Carris, extinguir os cobradores. Qual é a proposta de modernização para o transporte público da nossa cidade? Não foi apresentada. Então, extinguir os cobradores neste momento é um retrocesso. Se nós tivéssemos tido avanços ao longo das últimas décadas, um plano construído com a categoria para mudar o perfil do transporte público em Porto Alegre, nós estaríamos em outras condições. Mas o quadro não é esse; o serviço está piorando a cada dia para a nossa população. Se há alguns anos se falava muito que era tri caro, tri lotado, tri demorado, agora nós não temos nem adjetivo para dizer o que a população trabalhadora está passando dentro dos ônibus de Porto Alegre: o tempo de fila, o fim de linhas. Não tem projeto de modernização. Neste momento, o que está sendo discutida aqui na Câmara é retirada de direitos. E o que está sendo pedido pela posição, a proposta que os rodoviários estão colocando na mesa é a ampliação do debate. Nós pedimos, na semana passada, seis meses; a Prefeitura negou. Eu acho que isso é um tempo razoável ainda para a gente discutir o tema. Mas hoje o Ver. Pedro Ruas acabou de apresentar um requerimento bem mais recuado, vereador: duas sessões para que o debate se estabeleça, para que os agentes envolvidos nesse processo – cobradores, motoristas, sociedade civil – recoloquem suas propostas na mesa e a gente possa, de fato, construir uma proposta de melhoria para o transporte público desta cidade. Muito obrigado, Presidente Mônica. Vamos aprovar esse requerimento, que vai ser o melhor para a cidade de Porto Alegre.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** O Ver. Jonas Reis está com a palavra para encaminhar a votação do requerimento do Ver. Pedro Ruas.

**VEREADOR JONAS REIS (PT):** Muita gente não sabe o que está por trás da política; não sabe. Não sabe do que é feito o voto de um vereador na capital dos gaúchos. Se a população soubesse o que acontece aqui, era demissão em massa dos vereadores; era *impeachment*. Iam sobrar poucos, porque é a desonra da democracia, a desonra com quem vota e paga esta Casa para ver isso: a bandeira do Brasil transformada em pano de chão nesta Casa. A bandeira do Brasil deveria ser uma honra, mas não para segurar, carregar, joga para cá, joga para lá; é assim que tratam a Pátria! É assim que são os falsos patriotas! Eles batem no peito e dizem: "Não! Eu quero é fuzil!" E botam a bandeira e vão. E aí eles não querem os trabalhadores aqui! Eles pedem fuzil e não querem os trabalhadores! Eles têm medo de quem trabalha! Eles têm medo dos

cobradores, dos rodoviários! E tem mais: eles têm nojo de quem é rodoviário! Essa é a realidade! Nunca verão esses direitosos numa parada de ônibus esperando um Restinga lotado; esperando um Belém Novo; um Ruben Berta! Jamais verão! Verão eles falando mal da República, falando mal da democracia, atacando trabalhador, mandando a polícia bater em idoso. Hoje eu vi. Hoje eu vi o desrespeito, e o pior é que tem vereador que já participou das corporações – acreditem, pasmem! – que arquitetam contra o povo trabalhador. Ontem, estavam lá, os mesmos partidos, vendendo a água pública, transformaram ela em mercadoria! Agora, água é dinheiro. Serve moedinha. Paga ou não bebe; passa sede! E com os ônibus da capital vai ser a mesma coisa: vai ser uma porcaria. Já está ruim, desculpem eu dizer, porque os rodoviários não são os culpados, são os empresários, mas eles estão sofrendo a pressão; os vereadores sofrem a pressão! A pressão de quem chega lá na campanha e diz: “Ó, tá aqui, vem comigo! Tá aqui!” E aí, né, aí os interesses falam mais alto. E não é o interesse do povo! Não pensem que eles tão falando de vinte centavos, que em diminuir a passagem. Não! Essa é a fachada! Esse é o verniz! Porque de verdade mesmo eles estão interessados em continuar colocando na parede os seus quadrinhos de prefeito, de vereador, de Presidente da Casa, de presidente de comissão, isso e aquilo. E o povão pagando duas passagens agora, porque eles tiraram todas as alimentadoras da cidade! Pagam duas passagens! O povo feito de trouxa, não faz um ano a eleição, as urnas, que eles foram lá e pediram: "Por favor, vota em mim, irmão! Me ajuda a me eleger. Eu vou votar contigo! Tô contigo! Eu vou te apoiar!" E vem aqui e diz o seguinte: "Acabou! Acabaram os cobradores!" Como eles disseram para os municipais: "Acabou a previdência de qualidade." Eles são esses mesmos os vereadores que vão votar hoje com o Melo, eles votaram contra os municipais e criaram desemprego na cidade. Eles são os vereadores do desemprego. Sabem por que significa desemprego a reforma da previdência? Porque não vai entrar professor, não vai entrar técnico de enfermagem, não vai entrar guarda municipal, porque todo mundo vai ficar pelo menos mais uns dez anos na Prefeitura! Não vai abrir vaga! E aí eles falam: "Não, tem que melhorar a economia.", "Tu vê, as pessoas não têm dinheiro, tem que diminuir a passagem..." Como? Tirando o emprego de três mil famílias, que vão passar fome. Aí, o Melo diz assim: "Não. Eu vou garantir qualificação. Vocês vão ficar bem." Sabem como é que ficaram os recicladores? Sabe como ficaram? Sem emprego! Estão sem emprego. Não conseguiram nada! Porque o Sr. Fortunati e o seu vice, o Melo, não criaram um programa de requalificação. O compromisso deles, gente, é com a demagogia! É por isso que tem que adiar por duas semanas. Tenham a coragem, vereadoras e vereadores do governo, coragem para ser vereadora, ser vereador; coragem para encarar o povo. Lá estão as galerias, quero ver lotarem as galerias e falarem aqui ouvindo a voz do povo. Não! Eles querem a reclusão, o silêncio, votar ocultamente contra os que pagam impostos nesta cidade! Eles cuidam só de seus currais eleitorais. É o fulaninho, que faz voto para mim na rua tal, no bairro tal, comunidade tal, e os rodoviários que se danem. Para encerrar e encaminhar, nós precisamos, Presidente Mônica, adiar e debater. É uma proposta muito difícil e nós não temos que fazer de forma açodada.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** A Ver.<sup>a</sup> Daiana Santos está com a palavra para encaminhar a votação do requerimento de autoria do Ver. Pedro Ruas.

**VEREADORA DAIANA SANTOS (PCdoB):** Encaminho, Presidenta, em nome do PCdoB, da bancada do PCdoB, favoravelmente a essa solicitação do Ver. Pedro Ruas porque isso demonstra coerência no debate político, isso demonstra coerência no processo democrático e isso demonstra coerência e principalmente responsabilidade e respeito pela classe trabalhadora. Os rodoviários não merecem ser atacados dessa forma, vereador, uma vez que o mesmo prefeito que se diz ideológico é aquele que não comparece às agendas que ele mesmo propõe e aquele que se omite da responsabilidade do embate. Nós sabemos bem o que é isso, o reflexo da luta, por construir com muita atenção esses espaços de diálogo, por construir com muita responsabilidade esses espaços onde nós trazemos toda e qualquer pessoa que quer construir conosco, é que nós do PCdoB nos colocamos aqui muito favoravelmente a esse requerimento. Acho que duas semanas é um período mínimo – é o mínimo –, até achei que o senhor iria pedir um pouco mais, mas é um período mínimo de tempo para que a gente possa ampliar esse debate, para que a gente possa fazer avaliação, que até então não chegou a nós, desses dados, aquilo que a gente fala relacionado ao investimento ou mesmo aos custos, aos gastos, como o prefeito sempre traz, para que a gente possa fazer uma avaliação mais coerente. É importante que estejamos aqui bem atentos a como isso vem se alinhando, porque não dialoga com a realidade do Município. Porto Alegre que tem, por muitos espaços onde estamos passando, Ver.<sup>a</sup> Karen – e a senhora anda, assim como eu e a Ver.<sup>a</sup> Bruna, nos espaços mais remotos da cidade –, o que mais a gente ouve é que retiraram a linha, reduziram horário, não temos mais condições de sustentar o valor dessa passagem. E ontem estávamos nós, e acho que é coerente também trazer aqui esse relato, na audiência pública, onde tem todo um ataque em torno das isenções também e o governo fala que isso vai reduzir em R\$ 0,21. Ora, vejam bem, aqueles que falam da necessidade da construção dialógica, da abertura dos espaços, aqueles que falam da amplitude do debate são aqueles que, com a mão mais pesada, definem, não abrem, de forma alguma, para que a gente possa estar propondo outras soluções. E nós temos projetos, está aí o Ver. Robaina, que já apresentou e até então não tivemos um retorno referente a isso. Temos projetos, apresentamos projetos, temos soluções, apresentamos soluções, mas não somos ouvidos. Então duas semanas é um mínimo para que a gente possa construir, de forma coerente, um espaço de amplitude para esse debate e para que a gente possa, em definitivo, ouvir aqueles que vão ser os mais afetados: mais de dois mil trabalhadores. Pensem nisso, no impacto na economia. Aqueles que só entendem essa lógica liberal em torno do capital deveriam ficar atentos a isso; isso gerará um impacto gigantesco no produto interno bruto desta cidade, isso é um impacto gigantesco na economia deste País. E aqui, no nosso Município, é significativo que nós estejamos atentos a isso, são muitas famílias atingidas, são muitos trabalhadores que estão sendo diretamente atacados, por conta de uma lógica que não dialoga, mas que também não constrói. Em definitivo, é isso que eu quero trazer, porque nós viemos aqui, já debatemos, nós somos

aqueles que participam das audiências públicas, nós somos aqueles que vão nas ruas, nós somos aqueles que não se omitem, aqueles que estão ao lado do povo ouvindo, construindo, dialogando. Duas semanas é um mínimo de coerência necessária para que a gente possa, em definitivo, tornar ainda mais evidente essa necessidade de manutenção do espaço de trabalho desses que auxiliam aqueles que têm deficiência, os idosos, enfim, toda uma outra organização que talvez, por conta da não utilização do transporte público, esses que atacam, Ver. Oliboni, não conhecem a necessidade. Eu acredito que seja isso. Então, aproveitando essas duas semanas que o nosso líder da oposição Pedro Ruas solicitou, eu faço um convite para esses vereadores da base do governo: utilizem o transporte público. Utilizem, nesse período, o transporte público para verem qual é a importância do cobrador nesses espaços, para vocês compreenderem aquilo que a gente traz no debate de forma muito, muito enfática. É isso. A gente fala da necessidade, Ver.<sup>a</sup> Mônica, porque a gente compreende a realidade. Nós andamos na rua, nós sabemos a realidade da população, nós sabemos como faz diferença, nós sabemos quem vai ficar sobrecarregado. E a gente está falando de cobrador, assim, como parte importante desse sistema, mas também como as famílias; nós estamos aqui falando do aumento do desemprego, nós estamos aqui inclusive falando do aumento da violência no transporte público. Tenho que falar nesse tom ameno porque, por vezes, a gente grita porque parece que parte dos nossos colegas não compreende. Então vou repetir aqui: fica o convite para aqueles que não utilizam o transporte público para que façam isso. São duas semanas – não é, Ver. Pedro Ruas? – para conhecerem como funciona esse sistema e para compreenderem, em definitivo, a importância desse trabalhador nesse espaço. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para encaminhar a votação do requerimento de autoria do Ver. Pedro Ruas, pela oposição.

**VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL):** Boa tarde, Presidente Mônica. Eu não sei, Ver. Pedro Ruas, se o governo tiver dignidade, ele não precisa concordar conosco, basta ter dignidade e aceitar o requerimento do Ver. Pedro Ruas. Por que que é uma questão de dignidade? Porque o prefeito Melo disse que ele é um homem de diálogo, que ele não colocaria para votar os projetos do transporte. Aí, algum vereador do governo poderia: "Não, ele disse que não colocaria para votar o projeto da Carris." Mas qualquer um que acompanha o assunto sabe que é um pacote. Então, se o governo quiser hoje votar o tema dos cobradores, vai ser uma mera manobra. Uma manobra para fazer com que a Câmara dos Vereadores siga a lógica que mais ou menos, às vezes, domina aqui a Câmara... O Moisés não escuta nada, não adianta. O Moisés, do PSDB, já está com essa política desde a gestão do Marchezan. E agora, como o Melo só copia a política do Marchezan. Então, mas o fato é que se não é verdade o que eu estou dizendo, se não é verdade que o governo Melo é só uma continuidade do governo

Marchezan, com uma metodologia talvez piorada, de composição na Câmara baseada em benesses para os vereadores, ganhando cargos de confiança, se isso não é verdade, os vereadores deveriam aprovar o requerimento do Ver. Pedro Ruas e adiar, por duas sessões, esse debate, para que a sociedade possa participar, Ver.<sup>a</sup> Mônica. Porque uma votação hoje é um escárnio, é uma falta de dignidade. Porque fazer uma discussão e tomar uma deliberação sem que a sociedade soubesse, não estava nem na pauta, a Ver.<sup>a</sup> Comandante Nádia quis colocar agora na pauta, não estava nem na Ordem do Dia. Então, é uma vergonha por quê? Porque seria uma prova de que o Prefeito Melo não tem palavra. O Prefeito Melo chamou a oposição para conversar. Eu vou dizer uma coisa para vocês, se essa votação ocorrer hoje, não tem o que conversar com o Prefeito Melo, porque o Prefeito Melo vai estar provando que ele chama para conversar, ele dá a palavra, e, depois, na Câmara de Vereadores, a sua base de sustentação faz outra coisa. Então esse diálogo em que o governo, na verdade, não escuta ninguém, esse diálogo em que governo diz que está dialogando, mas coloca a sua base para golpear a categoria dos rodoviários numa votação sem aviso-prévio para a sociedade, isso é uma vergonha! Eu ainda tenho a esperança de que alguns vereadores não queiram dar essa assinatura de um ato de vergonha desse tipo. É muita covardia. Seria muita covardia! Ainda estou tentando acreditar que têm vereadores e vereadoras que não são covardes, que aceitam o debate público e que, portanto, permitem que a sociedade pelo menos saiba que uma pauta específica será discutida.

Nós queremos debater, queremos que a sociedade acompanhe o debate da Câmara. Se a votação for num dia como hoje, não dá. O Mauro Pinheiro, por exemplo, conhece o assunto do transporte, o Mauro Pinheiro tem argumentos, ele já defendeu quando ele era líder do governo Marchezan, agora os que são da base do Melo tem que debater também, porque não é possível que os da base do Melo raciocinem assim só: "Não, nós vamos garantir nossa maioria, distribuimos cargos para os vereadores, o vereador que não estiver muito confiante, muito firme conosco, ameaçamos tirar os cargos, e ganhamos o debate 'na marra!'" Não pode ser assim, tem que ser no argumento. No argumento, vale. Muito obrigado, Presidente Mônica, por isso eu peço o voto no requerimento do vereador Pedro Ruas para o adiamento, por duas sessões, dessa discussão.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Pedro Ruas, o Requerimento de autoria do Ver. Pedro Ruas. (Pausa.)

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** (Procede à chamada nominal.) (Após a chamada nominal.) **REJEITADO** por 11 votos **SIM** e 21 votos **NÃO**.

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** Declaro rejeitado o requerimento de autoria do Ver. Pedro Ruas.

O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para discutir o PLE nº 016/21.

**VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL):** Muito obrigado, Presidente Mônica, pela sua atitude democrática, diferente da bolsonarista vice-líder do governo, que, vejam só, não queria nem que eu discutisse, e eu sou vereador, imagina se ela vai querer escutar os rodoviários, essa vice-líder do governo bolsonarista. Mas eu vou avisar, viu, esses golpistas que estão acompanhando o Bolsonaro vão ser derrotados, e, conforme for, vão ser presos, por que não se pode desacatar o tempo inteiro a Constituição do País. Às vezes eles conseguem ganhar uma votação em Câmara de Vereadores esvaziada, pois eles têm medo do povo. No fundo, no fundo – Jonas, eu gosto muito das tuas falas, porque tu dizes as verdades aqui, como professor – eles têm medo do povo, então eles precisam fazer sessão fechada, tudo rápido, pegar o povo na surpresa. Aí é óbvio, né, têm os interesses dos empresários. A professora Neiva, eles não entendem nada de educação. Nada! Porque eles são daqueles que não querem sequer educação pública, eles querem liquidar tudo que é público, e por isso eles querem liquidar a Carris, e eles querem atacar os cobradores. Vejam só, como se o problema do sistema de transporte de Porto Alegre fossem os cobradores e não os empresários que por 30 anos assaltaram, e seguem ainda com o dinheiro, porque a ATP deve ter, pelo menos, no seu caixa, mais de R\$ 100 milhões. E a Prefeitura não cobra, a Prefeitura não vai atrás dos recursos que a ATP tem por centralizar o caixa das finanças, da entrada do Tri no sistema de transporte. Então eles querem fazer tudo rápido e atacar os cobradores, porque eles sabem, eles sabem... E aí eu vou dizer: a Ver.<sup>a</sup> Cláudia que votou conosco na vez passada, os vereadores que são pastores que votaram conosco na vez passada, vai ficar feio vocês acompanharem agora a política do Prefeito Marchezan, porque se o Prefeito Marchezan não distribuiu os cargos que vocês pediram, vocês não podem seguir o Melo só porque os cargos, parece, estão melhor distribuídos agora, porque isso é uma vergonha! É uma vergonha que pastores que falam em nome de Deus, que pelo menos dizem respeitar a Igreja, aceitem atacar os pobres cobradores. E a Cláudia, a Ver.<sup>a</sup> Cláudia, nós estivemos em muitas batalhas, e a senhora sempre se colocou, como vereadora, na gestão do Marchezan, contrária a esse projeto, agora a senhora nem fala, nem usou a palavra. Pois eu quero lhe ouvir, eu quero saber o que que mudou. Eu queria ouvir os pastores, eu queria entender o que mudou. Aliás, eu queria que o Mauro Pinheiro pudesse explicar o que mudou também. Eu, do que vi, mudou para pior, porque agora o Sebastião Melo quer aplicar esse projeto com prazo limite, antes não tinha prazo limite, antes tinha uma extinção gradual, agora o Melo quer impor um limite, Ver.<sup>a</sup> Cláudia. Venha debater na tribuna! Não é possível, só a oposição fala. Parece que alguém comeu a língua de vocês! Não podem falar, têm medo de expor a posição. Venham para falar, venham à tribuna. O Ver. Janta veio. O Ver. Janta é bom na guitarra, meteu o Haddad, o Ver. Janta disse que a culpa é do Haddad, em 1989. Mas é uma coisa inacreditável! Eu acho que a culpa vem de longe mesmo, a culpa, sabe qual é, a que vem de longe? É de um espírito que dominou sempre a nossa elite econômica, a nossa burguesia, e, antes, os senhores de escravos, que é a ideia de que o trabalhador



tem que ser tratado assim mesmo, com desrespeito, com chicote, com demissão, essa é a visão deles, e isso vem de longe. Esse espírito escravocrata vem de longe.

Então eu acho, sinceramente, que o governo vai selar aqui, se votar isso hoje – estou insistindo ainda que não vote –, vai colocar na testa dele, viu Presidente Mônica, a ideia assim, Presidente Mônica: "Eu sou desleal com os trabalhadores", vai estar na testa do Melo: "Eu sou mentiroso", porque ele disse que não ia votar projeto algum nestes dias, e agora estamos aqui sem o presidente da Câmara, o Márcio Bins Ely. Não é possível! Somos contra esse projeto desumano e cruel que só uma bolsonarista como a Comandante Nádia pode gostar.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** O Ver. Jonas Reis está com a palavra para discutir o PLE nº 016/21.

**VEREADOR JONAS REIS (PT):** Povo de Porto Alegre, cidadania que precisa de transporte nesta capital; a maioria dos vereadores, estou vendo, não tem esse compromisso. Vou contar uma historinha para vocês. Vocês conhecem esse cidadão sorridente que no ano passado pedia votos na capital, cidadão bem-apresentado, respondia pelo nome de Sebastião Melo. Agora parece que se tu gritar Ricardo Gomes ele também responde: "Opa, 'perai', é comigo?" Parece que ele não dá a linha, e quando a pessoa não dá a linha, vocês lembram das histórias de fantoches, sabe o fantoche aquele, a gente bota na mão e fala o que o fantoche diz: "Aprova, aprova, aprova...". A política não pode ser feita de fantoches – não pode –, a política tem que ser feita de mulheres e homens que honram o voto do povo, e o voto do povo não deve ser jogado na latrina. Três mil e duzentos trabalhadores estão com a faca no pescoço. Quem colocou a faca? Sebastião. Sebastião, aquele que dizia: "Eu vou fazer diferente do Marchezan". Pois está conseguindo seguir a escola do Marchezan da falta de diálogo, do desrespeito e da construção do desemprego. Sabe, o desemprego não é fácil de construir, tem que ter garra, disposição de ver as pessoas passando fome, e essa disposição o governo tem. Eles não se importam que o Brasil está com 15 milhões de desempregados. Não, claro que não, eles estão junto com o bolsonarismo, eles fazem parte, eles se jactam a cada pessoa que perde o emprego, é assim que eles agem. Emprego, o que é isso? "Eles tão garantido"! Desculpa, faltou o "s", mas é isso mesmo, é assim que o povo fala: "Eles tão garantidos"! O salário de vereador é de quatorze "barão e meio". Tem gente que assume para votar contra o povo, assume por um dia, não leva os quatorze "barão e meio", leva um e meio, mas leva e vota contra o povo. E aqui em cima, o que está aqui em cima? A aposentadoria da Nádia. Ela, além de ser vereadora, ganha R\$ 31 mil. Trinta e um mil reais caem na conta dela todo o mês como tenente-coronel; comandante ela não é, ela era tenente-coronel, se aposentou e mesmo aposentada derrotou a aposentadoria dos servidores da Prefeitura, e agora ela quer acabar com os empregos, e depois ela vai se apresentar como paladina da Pátria, da Pátria amada. Pátria amada é o bolso onde que cai todo mês a goteira de vereadora e a

goteira – que não é goteira é uma enxurrada de dinheiro – de R\$ 31 mil! Então vocês vejam, é um salário singelo para vocês que são cobradores e rodoviários que contam as passagens. Vocês sabem que muitas vezes a empregada doméstica tira as moedas do bolso para inteirar R\$ 4,70 para poder vir ao centro fazer uma faxina, e a que mora no Lami, Comandante Nádia, está tendo que pagar duas passagens para ir e duas para voltar. A isso a senhora não é sensível, líder do governo, veio aqui pedir o requerimento: "Vamos votar, vamos acabar com os cobradores!" Estiveram aqui outros emissários do governo que vieram dizer: "Acabou, cobradores; acabou, para vocês". Eles não têm pudor, gente, com o povo suado, o povo dolorido. Está aqui, tirei lá do Portal da Transparência, o salário da nobre Ver.<sup>a</sup> Nádia. Mas é isso, é escandaloso como os políticos atuam. Eles pensam só no seu, depois da votação viram a chave no seu possante e vão para casa felizes. E até abrem a conta ali, Banco do Brasil, Caixa, Banrisul, vou ver aqui se está aqui o meu mesmo, os meus R\$ 31 mil que entra todo mês ali, os R\$ 14 mil de vereador está ali. Agora, os cobradores, fiquem certos que vocês passarão fome. Mas nós vamos lutar com vocês, porque vocês são trabalhadores, e os trabalhadores não devem se curvar para governos demagogos. É um governo parlapatão, essa é a realidade – essa é a realidade –, um governo que não tem honra para representar 1,5 milhão de habitantes porque não tem projeto. Pergunte qual o projeto do Melo: é privatizar a Carris. Pergunte qual o projeto do Melo: é privatizar DMAE, Procempa; privatizar, vender, entregar, doar, nada de construir, nada de elaborar um projeto de futuro. Não há, em Porto Alegre, governo, há em Porto Alegre o entreguismo travestido de democracia, e nós não vamos engolir, não vamos engolir, porque esses que ganham milhões estão garantidos. Mas nós vamos garantir que a verdade seja dita e vão ter que engolir, doa a quem doer. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** Em votação o requerimento de autoria da Ver.<sup>a</sup> Cláudia Araújo, solicitando retirada das Emendas nºs 01, 02 e 03 ao PLE nº 016/21. (Pausa.)

**Vereador Roberto Robaina (PSOL):** Inscrevo-me para encaminhar.

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** A autora quer retirar e o senhor quer debater? O senhor quer encaminhar a retirada das emendas da Ver.<sup>a</sup> Cláudia?

**Vereador Roberto Robaina (PSOL):** É meu direito.

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** Eu, em muito tempo, nunca tinha visto algo igual.

**Vereador Roberto Robaina (PSOL):** É só consultar a Diretoria Legislativa, pois eu tenho esse direito.

**Vereadora Cláudia Araújo (PSD):** Presidente, só para esclarecer a retirada das emendas. São substitutivas. Nós vamos entrar com outro pregão para colocar novas emendas mudando alguns detalhes do texto, mas que têm o mesmo fim, então não tem porque fazer uma discussão se vai acabar tirando umas e...

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** Como eu cumpro as regras, na íntegra, do Regimento, cabe encaminhar. O Ver. Robaina está com a palavra para encaminhar a votação do requerimento de autoria da Ver.<sup>a</sup> Cláudia Araújo.

**Vereador Idenir Cecchim (MDB):** Presidente, até que o vereador se coloque na tribuna, quero esclarecer o seguinte: eu não tenho fome, a base também não está com fome, e nós vamos ficar aqui até amanhã de manhã, se for preciso, para votar.

**Vereador Pedro Ruas (PSOL):** Eu respeito, claro, o que foi dito pelo líder do governo, mas acho que não era questão de ordem. Eu só quero esclarecer que o Ver. Roberto Robaina encaminha pelo PSOL e eu vou encaminhar pela oposição é o requerimento, não é se a vereadora pode ou não pode. É claro que ela pode, se for aprovado em plenário. Porque o requerimento dela será votado, por isso vai ser encaminhado.

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** Sim, o requerimento da Ver.<sup>a</sup> Cláudia para retirada das emendas. Mas como ela informou que essas emendas estariam sendo tiradas por uma questão de redação, que logo ela entraria com as mesmas emendas, apenas colocando a redação de forma compreensível, eu realmente fiquei surpresa por esse encaminhamento, mas a palavra é sua, de forma democrática.

O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria da Ver.<sup>a</sup> Cláudia Araújo, solicitando a retirada de tramitação das Emendas n<sup>os</sup> 01, 02 e 03 ao PLE n<sup>o</sup> 016/21.

**Vereador Claudio Janta (SD):** Para uma questão de ordem.

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** Vereador Robaina, o senhor falou?

**Vereador Roberto Robaina (PSOL):** Eu estou inscrito para falar, mas tem uma questão de ordem, estou permitindo que o Ver. Janta use a tribuna.

**Vereador Claudio Janta (SD):** Eu faço o apelo à Ver.<sup>a</sup> Cláudia que ela retire esse pedido, a gente rejeita essas emendas e aprova as duas outras emendas. Já que esse é o expediente que a oposição vai usar, que ela retire.

**Vereadora Cláudia Araújo (PSD):** Mantenho as emendas.

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** Ver. Cláudia Araújo, mantém suas emendas? Mantém o requerimento de retirada dessas emendas? Não virão outras, é isso?

**Vereadora Cláudia Araújo (PSD):** Mantenho o requerimento de retirada dessas emendas.

**Vereador Aldacir Oliboni (PT):** Nobre Presidente, eu estou percebendo que há uma confusão, tenho o direito de encaminhamento. Mas nós não sabemos o conteúdo da mudança. A Cláudia acaba de dizer que é uma pequena palavra de ajuste, mas ela não foi explanada aqui. E eu acredito que, primeiro, deva ser esclarecido isso. Qual é esse ajuste, se há necessidade de encaminhar ou não. Mas o direito de encaminhar qualquer retirada ou não, ela existe pelo Regimento.

**Vereadora Cláudia Araújo (PSD):** Presidente, as emendas já estão protocoladas no SEI. É só abrir o SEI e verificar o que está escrito lá.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Vão ser lidas, vereadora, quando da apreciação, serão lidas aqui.

(O Ver. Idenir Cecchim reassume a presidência dos trabalhos.)

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para encaminhar a votação do requerimento, de autoria da Ver.<sup>a</sup> Cláudia Araújo.

**VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL):** Obrigado, Presidente Cecchim, vereadores e vereadoras, público que assiste a TV Câmara; eu me inscrevi porque eu acredito que esse debate tem que ser transparente, e o direito ao debate tem que ser garantido. O Ver. Cecchim, que agora está presidindo, inclusive usou a palavra para dizer que os vereadores não estão com fome. Não sei qual é o debate legislativo sobre isso, eu não vim debater se os vereadores estão ou não com fome. Eu vim debater – e é esse o objetivo da minha intervenção –, para que se clarifique o que se está debatendo. É muito importante isso. Eu não vou objetar, isso é óbvio, não faz sentido. Não vou rejeitar que uma vereadora retire as emendas que ela mesma apresentou, seria uma indelicadeza da minha parte. Mas eu acredito que é muito importante que nós tenhamos um debate transparente, o mais transparente possível. Eu soube, antes da discussão, que a Ver.<sup>a</sup> Cláudia atribui às suas emendas uma importância tão grande que ela, inclusive, definia que essas emendas garantiam o seu apoio ao projeto. Então eu gostaria que o Plenário, não lá no SEI, de modo burocrático, mas que o Plenário pudesse apreciar o conteúdo das emendas que a Ver.<sup>a</sup> Cláudia está pensando em retirar. Um debate para a sociedade, para quem assiste à TV Câmara. Eu inclusive chamei atenção de que nós temos vereadores que tinham uma posição sobre esse assunto, na

Legislatura passada, e nesta Legislatura têm outra. Os vereadores têm direito de opinar diferente, as pessoas têm direito de mudar de opinião, mas é muito importante para a sociedade que sejam externadas as razões pelas quais os vereadores mudam de opinião. Qual foi a lógica que levou um vereador a rejeitar esse projeto, quando ele era o projeto do prefeito Marchezan, e agora aprovar esse projeto, quando ele é do Melo? Se esse projeto é igual ao do Marchezan, e piorado? Foi só esse o motivo da discussão, do meu encaminhamento. Eu não quero tirar o direito de a Ver.<sup>a</sup> Cláudia de retirar a emenda, esse é um direito dela, mas eu acho que seria muito importante de o Plenário conhecer. Então, eu gostaria muito que a Ver.<sup>a</sup> Cláudia explicitasse o porquê que ela propôs essas emendas, e por que que agora ela retira essas emendas? Não que isso seja impossível de ser visto de outra forma. Pode-se entrar no computador e ver no sistema interno da Câmara, mas aqui nós estamos num debate público, e eu tenho certeza que as pessoas que estão assistindo, os rodoviários que estão assistindo, não vão entrar no sistema da Câmara para saber quais eram essas emendas que estão sendo retiradas. Então, para o bem da transparência do debate, eu creio que a Ver.<sup>a</sup> Cláudia poderia usar o seu tempo para mostrar quais eram essas emendas, e o que que motivou a vereadora a retirá-las. Assim nós vamos ter, não o cerceamento ao seu direito de retirá-las, mas nós vamos ter mais claras as movimentações políticas que existem no interior de Câmara dos Vereadores. Nada mais. Esse é o motivo da minha intervenção. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para encaminhar a votação do requerimento, de autoria da Ver.<sup>a</sup> Cláudia Araújo, pela oposição.

**VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL):** Ilustre Presidente, Ver. Idenir Cecchim, vereadoras e vereadores, público que nos assiste e nos dá a honra da presença também no dia de hoje. Houve, de parte do Ver. Robaina, quando discutia o projeto, um chamamento da Ver.<sup>a</sup> Cláudia Araújo, por quem nós temos respeito e amizade, para que a vereadora, na verdade, colocasse da tribuna os argumentos da sua mudança de posição em relação ao mesmo projeto do ano passado. A Ver.<sup>a</sup> Cláudia Araújo – que tem todo o direito de se manifestar ou não, todo o direito – foi chamada a esse debate. Mas, não vindo à tribuna, encaminhou o seu requerimento de retirada das emendas. Ora, as emendas da Ver.<sup>a</sup> Cláudia Araújo, eu quero dizer aqui, elas são boas, elas são boas, vereadora. Bem, mas Vossa Excelência retira as emendas, apresenta outras, está certo, mas não passaram por nós. Pelo menos, por esse líder de oposição, não passaram. Não sei se passou por alguns dos partidos de oposição, acho que não, porque nenhum de nós conhecia as novas emendas. Então, nós não temos as novas emendas, e quero dizer que as que V. Exa. quer retirar são boas, são boas as emendas, inteligentes e com sensibilidade social. Bem, compreenda a nossa posição. Eu peço que o Ver. Idenir Cecchim compreenda também. Pode haver uma tática parlamentar, é correto, é normal, seja da situação, seja da oposição, de prolongar a discussão, pode. Mas, neste caso, nos

interessa muito as suas três emendas. E por que que nós não podemos examinar suas três emendas, Ver.<sup>a</sup> Cláudia Araújo? Nós gostaríamos de fazer, porque, repito, as três emendas que estão sendo retiradas são boas.

A Emenda nº 05, do Ver. Claudio Janta, que está remotamente, é muito boa. Ele criticou aqui, critica a oposição, enfim, criticou, novamente, em questão de ordem. Mas quero dizer, Ver. Claudio Janta, que não retire a Emenda nº 05, pois ela é muito boa, são emendas boas, Ver. Cecchim, e nós temos o direito de saber quais são as novas três emendas da Ver.<sup>a</sup> Cláudia Araújo.

É nesse sentido que o nosso encaminhamento, respeitosamente, respeitosamente, é contrário à aprovação do requerimento, contrário. Não é que a vereadora não tenha o direito de retirar a emenda; sim, mas depois que a emenda está no processo do projeto, no conjunto do processo, que é o projeto, ela, de certa forma, é patrimônio da Casa, e ela está sendo substituída por outras três, e nós não conhecemos as outras três.

Eu, inclusive, peço à Ver.<sup>a</sup> Cláudia Araújo o imediato conhecimento das outras três, porque não é provável, não é provável que tenhamos vitória agora aqui. Eu sei. Mas eu quero ter conhecimento dessas outras três emendas, Ver.<sup>a</sup> Cláudia Araújo, porque, repito, com emendas boas, nós temos uma situação diferente do que nós teríamos até então. Com emendas boas, nós teremos um projeto – que é duríssimo e cruel – amenizado. Então meu encaminhamento, pela oposição, vereadoras, vereadores, e digo ao Presidente Idenir Cecchim, nem vou usar todo meu tempo, já vou concluir por aqui, é para dizer que o nosso encaminhamento é contra, e gostaríamos de conhecer as outras três emendas. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para encaminhar a votação do requerimento, de autoria da Ver.<sup>a</sup> Cláudia Araújo.

**VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT):** Saúdo o nosso Presidente, Ver. Idenir Cecchim, colegas vereadores e vereadoras, público que acompanha a nossa sessão nesta tarde, de modo especial os rodoviários que estão aqui acompanhando a sessão. A Ver.<sup>a</sup> Cláudia, quando ela retira as emendas, acabou colocando uma certa preocupação aqui no plenário, porque as emendas dela tratam de três aspectos. A primeira é a questão de manter os veículos adaptados para pessoas com deficiência, portanto todos aqueles veículos que mantêm a acessibilidade deverão ter, se não for cobrador, uma outra função que possa não retirar o motorista para ir lá auxiliar o usuário de ônibus que é cadeirante, que precisa do elevador, para poder continuar esse serviço de acessibilidade. Mas, tanto nessa, como nas demais, ela diz o seguinte: em fazer o PDV, Programa de Demissão Voluntária, que nós, inclusive, falamos que antes de falar em concessão da Carris deveriam fazer então o PDV, e o governo deve estar pensando. Esperamos que isso se viabilize. Então, uma coisa é você demitir

bruscamente, a outra questão, da demissão, que só possa ser concluída após a conclusão da bilhetagem eletrônica. Mas, nas emendas que a Ver.<sup>a</sup> Cláudia retirou, ela obrigava o governo a fazer isso. Agora ela diz que o governo pode fazer ou não. Então tirou a obrigatoriedade, mudou profundamente o foco do objetivo da emenda. Essa é a grande preocupação, que nós vamos debater aqui no plenário, com certeza. Esperamos que essas emendas passem, mas ela fica agora a critério da vontade do governo; antes essas emendas obrigavam que esses três programas, ora aqui estabelecidos nas emendas, fossem uma política para não haver uma demissão logo, mas, sim, que se pudesse discutir com o segmento e com as concessionárias no sentido de dar um longo prazo para poder viabilizá-las. Por isso, essa é a explicação que nós precisamos enquanto bancada. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** A Ver. Daiana Santos está com a palavra para encaminhar a votação do requerimento, de autoria da Ver.<sup>a</sup> Cláudia Araújo.

**VEREADORA DAIANA SANTOS (PCdoB):** Que triste o momento em que eu subo aqui olhando para esta organização que desrespeita por completo a população do Município e o trabalhador. Se utilizam dessas manobras, e são manobras muito obscuras, que bem sabemos, a troco de que são feitas. Nós também nos utilizaremos disso. É, definitivamente, o fim, a ruína daquilo que a gente poderia ter, até em algum momento, como confiança. Ainda hoje pela manhã, Presidente, o senhor estava presente na reunião de líderes, onde nós acordamos que não teríamos esse tipo de embate. Isso, às 11 horas da manhã. Quando chegamos às 14h15min, no período da tarde, o que que acontece? Chega ao ponto de sofrermos esta manobra; isso é um golpe, mas um golpe muito baixo. Não somente em nós, vereadores, que colocamos a palavra e a confiança como parte importante dessa construção. Mas, um golpe na população; um golpe no trabalhador; um golpe na democracia; um golpe naqueles que confiam, confiam através do voto e confiam através da luta em nós. Também o senhor, Presidente Cecchim, que sempre fala da palavra como parte importante desse espaço. Se o Plenário é soberano, e se nós todos temos a mesma capacidade, a mesma competência, porque chegamos aqui legítimos, deveríamos ser respeitados. É muito triste estar aqui vivenciando este momento. Este momento que deslegitima toda uma relação de confiança, como já havia dito, e coloca à prova a soberania, inclusive, deste espaço. É difícil, porque nós somos, nós representamos aqui, principalmente nós, os dez da oposição, uma maioria expressiva de eleitores da cidade; das pessoas que pegam transporte público; dos trabalhadores; das trabalhadoras; daqueles que definitivamente deveriam ser olhados com muito mais respeito. E o que que acontece? Por conta de acordos, e nós sabemos bem disso, que se dão de forma, mais uma vez digo, obscura, se organizam e tratam desta maneira. Que bom que a imprensa está aqui presente, que bom que a gente consegue ampliar isso, para que mais gente tenha acesso e veja como é que

a capital do Estado do Rio Grande do Sul conduz os seus processos na Câmara de Vereadores. É vergonhoso. Eu me sinto envergonhada, ultrajada. E venho aqui falar que deveríamos, sim, Ver. Oliboni, ampliar o debate; deveríamos, sim, trazer aqui essas questões que estão querendo ser retiradas, e por conta disso, justamente disso, dessa irresponsabilidade, me coloco assim, aqui, muito decepcionada com esse processo, porque vejo, em cada um dos trabalhadores que foram atacados antes de entrar aqui, em cada um deles, inclusive, mulheres, que estão aqui porque estão correndo atrás do seu sustento, me coloco no lugar desses trabalhadores, me coloco no lugar de quem também utiliza o sistema público de transporte; me coloco no lugar dessas pessoas e vejo como nós somos desrespeitados, como nós somos tratados por aqueles que, enquanto eu falo – e talvez vocês que estão assistindo a TV Câmara não vejam – estão de costas para mim. Por que isso? Porque não importa para eles aquilo que a gente vem trazendo aqui; não importa para eles o nosso debate, quando nós falamos do sistema público de transporte; quando nós falamos do Sistema Único de Saúde; quando nós falamos do sistema educacional; quando nós tratamos desses temas que são tão caras ao povo, eles viram as costas. Por favor, não esqueçam disso, não esqueçam daqueles que viram as costas para o povo; não esqueçam daqueles que desrespeitam a população e que sequer, sequer, se dão ao trabalho de ouvir ou, minimamente, de permanecerem ampliando um espaço de debate, porque, de fato, para eles isso não é importante, a população não é importante, os interesses são outros. Nós que construímos com essa perspectiva, nos colocamos dessa forma, porque não temos medo da população. Abrimos as portas, nos colocamos na rua e estamos prontos para o debate; diferente deles.

(Não revisado pela oradora.)

**VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (DEM) (Requerimento):**

Presidente, eu gostaria de solicitar prorrogação da sessão, por duas horas, com o intuito único e exclusivo de votarmos a questão da extinção gradativa dos cobradores.

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** Quero anunciar a presença do secretário Luiz Fernando Záchia, da Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana, SMMU, que está dialogando com o líder da oposição, Ver. Pedro Ruas.

Em votação nominal, solicitada por esta presidência, o requerimento de autoria da Ver.<sup>a</sup> Cláudia Araújo. (Pausa.)

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** (Procede à chamada nominal.) (Após a chamada nominal.) **APROVADO** por 21 votos **SIM** e 08 votos **NÃO**.

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** Declaro aprovado o requerimento de autoria da Ver.<sup>a</sup> Cláudia Araújo.



Em votação o requerimento de autoria do Ver. José Freitas solicitando a retirada de tramitação da Emenda nº 04 ao PLE nº 016/21. (Pausa) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Apregoo a Emenda nº 05, de autoria do Ver. Claudio Janta e da Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal, ao PLE nº 016/21.

Apregoo a Emenda nº 06, de autoria da Ver.<sup>a</sup> Cláudia Araújo ao PLE nº 016/21.

Apregoo a Emenda nº 7, de autoria do Ver. Roberto Robaina, do Ver. Pedro Ruas, do Ver. Matheus Gomes e da Ver.<sup>a</sup> Karen Santos ao PLE nº 016/21.

Apregoo as Emendas nºs 08 e 09, de autoria do Ver. Aldacir Oliboni, do Ver. Leonel Radde e da Ver.<sup>a</sup> Laura Sito ao PLE nº 016/21.

Apregoo o requerimento de autoria do Ver. Roberto Robaina, deferido pela presidência, solicitando a votação em destaque para as Emendas nºs 05, 06, 07, 08 e 09 ao PLE nº 016/21.

Apregoo a Emenda nº 10, de autoria do Ver. Freitas, ao PLE nº 016/21.

Apregoo requerimento de autoria do Ver. José Freitas, deferido pela presidência, solicitando votação em destaque da Emenda nº 10 ao PLE nº 016/21.

Apregoo a Emenda nº 11, de autoria da Ver.<sup>a</sup> Cláudia Araújo, ao PLE nº 016/21.

Apregoo requerimento de autoria da Ver.<sup>a</sup> Cláudia Araújo, deferido pela presidência, solicitando a votação em destaque da Emenda nº 1 ao PLE nº 016/21.

Apregoo a Emenda nº 12, de autoria do Ver. Roberto Robaina, ao PLE nº 016/21.

Apregoo o requerimento de autoria do Ver. Roberto Robaina, deferido pela presidência, solicitando votação em destaque da Emenda nº 12 ao PLE nº 016/21.

Registramos que não há necessidade de envio das emendas à apreciação das Comissões Permanentes, pois as proposições tramitam nos termos do artigo 81 da Lei Orgânica do Município.

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** Passaremos à votação.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Orientação de votação: registramos que as Emendas nºs 01, 02, 03 e 04 foram retiradas, conforme requerimentos aprovados há pouco, e as subemendas respectivas às Emendas nºs 02 e 03 foram prejudicadas em razão da retirada das emendas principais. Serão votadas as seguintes emendas: Emenda nº 05, de autoria dos vereadores Claudio Janta e Mônica Leal; Emenda nº 06, da Ver.<sup>a</sup> Cláudia Araújo; Emenda nº 07, do Ver. Roberto Robaina; Emendas nºs 08 e 09, do Ver. Aldacir Oliboni; Emenda nº 10, do Ver. José Freitas; Emenda nº 11, da Ver.<sup>a</sup> Cláudia Araújo; e Emenda nº 12, do Ver. Roberto Robaina.

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** Em votação a Emenda nº 05, destacada, ao PLE nº 016/21. (Pausa.) O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, pela oposição.

**VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL):** Presidente Ver. Idenir Cecchim, vereador que preside esta Casa e os trabalhos neste momento; vereadoras e vereadores, público que nos assiste e que nos dá a honra da presença aqui; a emenda que o Ver. Claudio Janta, juntamente com a Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal, traz para o debate é algo – e esse é um encaminhamento que é uma discussão, porque é uma pena que nós não temos agora a discussão da emenda e, sim, o encaminhamento – que eu tenho a maior simpatia. Eu falei antes aqui, Ver.<sup>a</sup> Cláudia Araújo, pela Emenda nº 05, por quê? Porque ela nos traz aquele segundo condutor. Ora, nós somos contra o projeto da extinção, Ver.<sup>a</sup> Daiana, da atividade do cobrador; o Ver. Claudio Janta e a Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal nos dão de volta o segundo condutor. Isso é importante. Eu acho que é uma emenda da qual, Ver. Cassiá Carpes, eu gosto muito – eu gosto muito –, pessoalmente. Eu não fiz um debate, digo aqui, com toda clareza, Ver.<sup>a</sup> Laura Sito, com toda a nossa oposição, não fiz; mas eu queria deixar pública aqui a minha posição de muita simpatia pela emenda, pois é uma emenda que substitui, na prática, aquilo que o projeto maleficamente quer tomar dos trabalhadores. Eu acho importante a Emenda nº 05, eu não faço o encaminhamento diretamente a favor, exatamente porque não fiz o debate, mas eu queria trazê-lo aqui, porque gosto da emenda. Até onde vi, a emenda traz benefícios na hipótese trágica de uma eventual aprovação de um projeto tão ruim como esse, particularmente, para a sociedade, nesse caso. Por quê? Porque o segundo condutor, como é chamado, Ver. Laura Sito, na emenda, vai auxiliar o motorista e vai auxiliar as pessoas que estão precisando, necessitando: basicamente o cadeirante, basicamente as idosas ou os idosos, basicamente as crianças, ou seja, as pessoas com alguma deficiência ou dificuldade motora de qualquer natureza. E essa é a função, é a grande missão do segundo condutor, essa é a grande tarefa do cobrador hoje, chamado ainda de cobrador, mas essa tarefa é extraordinária, porque ela ajuda as pessoas e permite, professora, querida amiga e companheira, Neiva Lazzarotto, que os ônibus cumpram o seu trajeto e o seu horário – e o seu horário! –, é muito importante isso, dá segurança para o usuário, a usuária, aos usuários, e permite também que o motorista cumpra aquilo que nós sabemos que é muito duramente exigido, que é o horário de cada trajeto, sem nenhum atropelo, sem circunstâncias brutais, trágicas, eventualmente.

O que trago aqui, Vereador-Presidente Idenir Cecchim, é exatamente o debate, aflorar essa circunstância, meu sempre Ver. Alex Fraga, de que tenhamos o chamado segundo condutor, que o Ver. Claudio Janta e a Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal nos oportunizam. É esse o debate, muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** A Ver.<sup>a</sup> Laura Sito está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 05, destacada, ao PLE nº 016/21.

**VEREADORA LAURA SITO (PT):** O nosso nobre líder do governo, Vereador-Presidente Idenir Cecchim, fez uma fala aqui anteriormente dizendo que a base estava preparada para ir ao horário que tivesse que ir para votar esse projeto. Aí a gente vê as emendas chegando, e a gente tendo que ler assim no corredor. A emenda em questão, em debate, é uma redução de danos, não temos contrariedade a ela, mas ela demonstra algumas coisas. A primeira é que a função dos cobradores é muito mais do que cobrar passagem; a segunda, sobre a necessidade da população de Porto Alegre de poder ter um segundo condutor do veículo. Portanto, a natureza que nos leva a ser simpáticos a essa emenda demonstra uma totalidade do debate, uma totalidade que não vai ser possível nós travarmos aqui, porque está sendo feito a ‘toque de caixa’. Um projeto que chegou aqui, via requerimento, de surpresa, nesta tarde de quarta-feira, como tem sido, infelizmente, praxe do governo, sem nos permitir debater e estudar. Tem muitos debates acerca da extinção dos cobradores que nós poderíamos fazer. Aqui foram apresentadas algumas listas de cidades que não contam mais com cobradores, mas, na verdade, não nos foi possibilitado conseguir fazer um debate mais aprofundado, um debate com a sociedade acerca disso, sobre quais os impactos.

Na apresentação que governo fez – está aqui o secretário de mobilidade, Luiz Fernando Záchia – não nos foi apresentado nem o método que o governo pretende fazer exatamente sobre isso, apenas de forma muito superficial.

Portanto, não temos contrariedade à emenda apresentada, mas ela demonstra a fragilidade do debate que está sendo colocado aqui, a ‘toque de caixa’, o que fragiliza de fato nós conseguirmos não só mitigar os impactos sobre os trabalhadores como garantir uma melhor qualidade no atendimento do serviço do transporte público.

Aproveitando o tempo que me resta, eu fico pensando o quanto esse debate, sendo feito dessa forma, fica capenga. Eu, andando com o carrinho do meu bebê por aí, percebo o quanto as nossas calçadas, as nossas paradas de ônibus também não estão em condições inclusive de receber os nossos cidadãos e as nossas cidadãs com deficiência. Portanto é um debate bastante complexo e que precisaria de um conjunto de medidas transversais do governo. Infelizmente a forma apenas economicista que isso está sendo tratado, por um impacto de R\$ 0,21. É importante dizer isso, impacto de R\$ 0,21, porque a gente trata com se a diminuição de passageiros nos ônibus fosse por que as pessoas quiserem andar de Uber, o que não é verdade unicamente; a diminuição de passageiros nos ônibus também se dá pelo alto índice de desemprego. Se as pessoas não têm trabalho, elas também não têm por que utilizar o transporte público. É importante a gente citar isso, porque nossa cidade teve um aumento da pobreza de 74%. Isso não aparece nas reflexões do governo acerca das medidas necessárias a se tomar para poder desenrolar o caos da mobilidade urbana na nossa cidade.

Portanto, encaminhamos aqui, também não tivemos muito tempo de debater, já que as emendas e o projeto chegaram de surpresa aqui ao plenário, não temos uma contrariedade, em princípio, sobre esse tema de poder assegurar os cobradores nos transportes adaptados para pessoas com deficiência, mas, de fato, isso mostra uma fragilidade completa, inclusive na elaboração do governo acerca desse tema que deveria

ser tão caro não somente do ponto de vista contábil, mas do ponto de vista da organização estrutural da cidade.

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 05, destacada, ao PLE nº 016/21.

**VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP):** Quero saudá-lo, Ver. Idenir Cecchim. Como é boa a razão, olha a diferença do plenário, a diferença das galerias. As emendas começam a se ajustar e a colaborar com o projeto. Nós temos aqui oito emendas para votarmos, sendo que para três vamos votar “não” e as outras foram acordadas com vários vereadores e sindicato, quer dizer: começou a se ajustar. Era esse entendimento que era possível. No início, aquela guerra desnecessária, trazendo desgaste para todo mundo, e agora nós estamos mais tranquilos, com a razão; aquele momento foi muita – como se dizia – bomba tocada em alguns, e a coisa se perdeu no debate, não foi para o debate, foi para a quase agressão, mas graças a Deus o plenário está agora, como se diz na gíria política, soberano, com vários segmentos buscando a razão e buscando o entendimento, acredito que depois que a gente começou a explicar que o Brasil inteiro já pratica esse tipo de atividade sem os cobradores, e outras cidades já estão se ajustando, que é da natureza da profissão. Ninguém queria sacrificar os cobradores, ao contrário, eles vão ter um tempo de adaptação para entrar, quem sabe, em outra atividade, para se aposentar, não vão perder nada, mas é a realidade de um transporte que, devido à pandemia, perdeu passageiros, como nós falamos, de 1 milhão para 400 mil pessoas. Afetou todo mundo, a iniciativa privada, o transporte público municipal, no caso da Carris, que vai passar por esse processo aqui na Casa também. Nós, Mauro, estamos buscando alternativas, a Câmara busca entendimento, e como eu fico feliz quando a gente vê oposição e situação dialogando e buscando o entendimento. Acredito que essas emendas vêm a ajustar o projeto, qualificar melhor, dar uma expectativa melhor de futuro, e é para isso que serve a Câmara, ela é acolhedora, tem um nível de se aproximar do Executivo e, junto com o Executivo, criar uma possibilidade, Cecchin, de uma cidade melhor, de um transporte melhor. No momento em que nós buscamos só o nosso lado, ou o prefeito só o lado dele – e já passamos por essa fase aqui, que não deu certo e que agora está dando certo por causa do diálogo –, eu acredito que a gente vai buscando alternativas para melhorar a cidade. É esse o objetivo, eu tenho certeza, nesse caso não tem oposição e situação. Tenho certeza absoluta, por mais que nós tenhamos diferenças políticas, que nós não temos a diferença de que Porto Alegre deve ficar pior, ao contrário, nós estamos buscando alternativas, situação e oposição, para uma cidade melhor, para uma mobilidade da cidade melhor, nós precisamos! No ano que vem vai ter eleição para governador, eles vão ter que tratar a mobilidade urbana da grande Porto Alegre, Porto Alegre não tem mais condições de suportar essa carga enorme de transporte todo o dia na nossa capital, num centro que

não é centro. Acredito que essa é a questão que nós estamos já dando a nossa contribuição para o crescimento da mobilidade urbana em Porto Alegre. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** A Ver.<sup>a</sup> Karen Santos está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 05, destacada, ao PLE nº 016/21.

**VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL):** Boa tarde a todos e todas. O projeto prevê que a partir de 2026 não vai mais existir a função de cobrador. E aí eu questiono os líderes do governo: quais são os postos de trabalho que serão criados para suprir essa demanda que vai se acumular na nossa cidade, que já têm níveis bastante graves de pessoas que estão no subemprego, estão no trabalho flexível, no trabalho de aplicativos; qual é a alternativa para esse desemprego em massa que está sendo produzido nesta noite? Eu acho que é isso que nós deveríamos estar debatendo, inclusive nas emendas, porque criar curso de capacitação não paga conta, criar curso de capacitação não garante saúde mental de todas essas mais de três mil famílias que vão estar numa condição de vulnerabilidade. O apelo que nós fazemos aqui nesta noite é justamente por compreender que a crise que nós estamos vivendo no transporte coletivo não se iniciou na pandemia, colegas. Quem utiliza transporte coletivo sabe que sempre foi uma máfia, nunca teve licitação. A primeira licitação foi em 2015, licitação que nunca foi respeitada, os contratos que nunca foram fiscalizados pelos senhores e pelas senhoras. Tem gente que está aqui há muitas Legislaturas! Lembro de emendas que nós votamos aqui neste plenário permitindo a isenção fiscal de imposto para as empresas de ônibus, e as contrapartidas, que é a qualidade para a população, que é a garantia do incentivo ao transporte coletivo em detrimento ao transporte individual, enfim, nada disso nunca foi respeitado. Novamente, o governo Melo trazer um projeto que é muito pior do que aquele que nós conseguimos derrotar na gestão do Marchezan, em meio a uma pandemia, em que o povo já está passando um sufoco desgraçado com o transporte que está sendo oferecido, sem garantia de que amanhã vão ter linhas de ônibus transportando as pessoas da cidade, construindo uma situação de caos, qual é a necessidade que a gente tem de fazer essa discussão de forma acelerada? Por que a gente não faz essa discussão em 2023? Acho que são esses os pressupostos do debate político que a gente precisa argumentar. Não dá para a gente seguir dando carta branca para que a precarização do transporte siga incentivando o trabalho irregular, o trabalho flexível dos aplicativos; quem vai continuar pagando por tudo isso? É a população que está lá na ponta. A gente precisa de mais estudo técnico do impacto disso no sistema de mobilidade urbana, a gente precisaria de políticas que se combinassem, não tem como debater um projeto como esse de uma forma picotada, como está sendo proposto.

A Carris mesmo, o próprio governo nem sabe o que vai fazer com a empresa, mas quer privatizar, porque, pela agenda liberal, para ter incentivo, tem que

seguir a cartilha, tem que privatizar porque tem que privatizar. Ao mesmo tempo, nós percebemos a morosidade por parte do poder público na sua função fiscalizadora. Eu acho que era isso que a gente tinha que estar debatendo aqui: a qualidade do transporte, a garantia de mais ônibus e horários, a qualificação e a melhor remuneração desses trabalhadores, uma galera que segurou as pontas no meio à pandemia, trabalhando a mesma carga horária, com 25% a menos no salário, que foram os últimos a receber os EPIs, os últimos a serem vacinados, e agora chega nesse momento de reabertura econômica, a gente loteia a cabeça deles de uma forma ingrata de uma forma injusta, de uma forma desleal, e é a cara dessa legislatura da Câmara de Vereadores fazer esse tipo de manobra. Não me surpreende.

Amanhã é fundamental que os trabalhadores – tanto da iniciativa privada quanto da iniciativa pública – que ainda tinham alguma esperança na balela do diálogo desse governo, desse governo fala, fala, fala, mas não apresenta estudo de impacto técnico, não enfrenta os privilégios, a fiscalização que tem que ser aferida, não se manifesta em relação a liminar que foi encaminhada pelo Ministério Público à Prefeitura. A gente está até agora esperando questões basilares da crise do transporte se resolverem, ao mesmo tempo estamos aqui nesta noite, e a gente vai seguir aqui por bastante tempo, para tentar minimamente constranger e disputar a consciência das pessoas que ainda acreditavam que esse governo ia trazer algum tipo de novidade para pauta do transporte de Porto Alegre. Não está trazendo novidade nenhuma, são os mesmos projetos que a gente derrotou na gestão do Marchezan, sem contrapartida, mais desemprego, nessa lógica de implementação de novas tecnologias no mercado de trabalho, e isso vem aprofundando a crise do desemprego em Porto Alegre: tira o guardador de veículos, põe o paquímetro; tira o atendente da loja, coloca o aplicativo; tira o cobrador, coloca a maquininha. Só que ninguém está pensando no buraco que a gente está aprofundando e qual é a condição de vida, de trabalho, qual é a expectativa de criação de novos postos de trabalho com essas políticas sendo implementadas da forma como estão. Acho que a gente tem que estar se debruçando em cima disso, de estudos técnicos, de articulações que realmente garantam um transporte mais competitivo em relação aos aplicativos; mas não, é só desemprego, são só benesses para o setor do empresariado, são só manipulações de plenário para garantir que se aprove esse projeto de qualquer jeito. Não vamos permitir.

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** O Ver. Claudio Janta está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 05, destacada, ao PLE nº 016/21.

**VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD):** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, público que nos assiste; nós temos duas práticas: a prática de ficar fazendo discurso e a prática de procurar soluções para o problema. O problema existe. Os vereadores que criticam tanto essa questão de modernidade, a questão da bilhetagem

eletrônica, fazem *check-in* nos totens, usam os totens para pagar estacionamento, compram ingressos *on-line*, compram comida *on-line* e uma série de coisas, é a modernidade que chega, a forma de as pessoas viverem mudou. Agora, nós temos que garantir alguns empregos, e o governo Melo, o prefeito, com a sua sensibilidade, seus secretários, o secretário Záchia, presidente da EPTC, eles demonstram sensibilidade, sabendo que nós temos hoje a bilhetagem eletrônica, sabendo que nós temos hoje a modernidade em várias linhas de ônibus, não na sua totalidade, e aceitam a emenda que eu e a Ver.<sup>a</sup> Mônica apresentamos. Nós temos a necessidade, na cidade de Porto Alegre, de ter o segundo condutor. Nós temos a necessidade, na cidade de Porto Alegre, seja qual for o nome que tenha, de alguém que acompanhe o motorista, em função da nossa malha viária, nós sabemos a dificuldade que tem o motorista de conduzir um ônibus com pessoas com deficiência e parar esse ônibus em vias de só duas mãos para auxiliar as pessoas a entrarem nesse ônibus; pessoas com deficiência que necessitam de auxílio do segundo tripulante para acessar o ônibus; os idosos que necessitam de auxílio para acessar o ônibus; os estudantes, as próprias crianças, nós precisamos ter alguém para cuidar das crianças, dos nossos filhos dentro dos ônibus de Porto Alegre. O governo demonstra essa sensibilidade quando constrói junto comigo e com a Ver.<sup>a</sup> Mônica essa possibilidade de ter o segundo tripulante, de ter a pessoa que não vai cobrar, a pessoa que vai auxiliar a população, auxiliar o povo de Porto Alegre, e várias outras emendas que o governo coloca. O governo não está querendo ceifar empregos, o governo não está querendo acabar com a vida das pessoas, o governo quer resolver um problema que tem sido debatido na cidade de Porto Alegre, há mais de 30 anos, e não tem uma solução, o governo começa a desenhar uma forma de atuar conjuntamente com as demais prefeituras da Região Metropolitana, rediscutindo o contrato, novamente, com as empresas, impondo condições para rediscutir esse contrato.

Nós, já no governo passado, defendíamos o segundo tripulante; não votamos no governo passado, porque o governo passado não deu acordo de ter o segundo tripulante, o auxiliar, o ajudante, seja lá o nome que terá essa pessoa, por isso votamos contrariamente, e agora estamos votando para, com a possibilidade de ter essa pessoa, as pessoas com deficiência, os idosos, as crianças e as pessoas com comorbidades poderem andar nos ônibus da nossa cidade de Porto Alegre.

E nós não vemos as avenidas, como a Av. Edgar Pires de Castro, que é uma avenida de mão única, a Av. Protásio Alves, depois da Av. Manoel Elias, que são avenidas de mão única, e várias outras avenidas de Porto Alegre, engarrafadas porque o motorista tem que ajudar os cadeirantes, ajudar os idosos e pessoas com deficiência.

O governo é sensível à empregabilidade na cidade de Porto Alegre, o governo é sensível à necessidade das pessoas com deficiência, idosos e ao cuidado dos nossos filhos, discutimos com o governo essa emenda e pedimos o apoio de todas as bancadas, dos vereadores, para aprovar a Emenda nº 05, que garante conforto para as pessoas que andam de ônibus na cidade de Porto Alegre. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** O Ver. Roberto Robaina está com a palavra.

**Vereador Roberto Robaina (PSOL):** Boa tarde, vereadores, vereadoras. Está escutando bem, Ver. Oliboni? Vou tirar a máscara. Como todos sabem, nós somos contrários ao projeto, um projeto terrível, pior do que o projeto do prefeito Marchezan – pior, muito pior! –, porque prevê a extinção completa dos cobradores em 2026, a extinção completa! Portanto, um projeto que prevê a desqualificação do serviço. Qualquer um que anda de ônibus, qualquer um que conhece o sistema sabe que o cobrador é fundamental para a qualidade do serviço, razão pela qual nós, obviamente, embora sejamos contrários ao projeto, vamos votar contra o projeto, vamos defender – e estamos defendendo – essa emenda elaborada pelo Ver. Janta e pela Ver.<sup>a</sup> Mônica. A emenda diz que, entre o período da sanção do projeto até a extinção definitiva da função de cobrador, o Executivo, juntamente com a EPTC, realizará estudos técnicos para a necessidade da inclusão de uma auxiliar para dar suporte aos passageiros idosos, deficientes físicos, gestantes e crianças. Bem nós defendemos a aprovação dessa emenda porque é evidente que tendo um estudo técnico – Moisés e Cassiá estão dizendo que vão concordar com essa emenda muito importante – vai ficar absolutamente claro que é necessária essa função, independentemente da cobrança, porque o cobrador não tem a função simplesmente de cobrar o valor das passagens, o cobrador tem a função de auxiliar o motorista e, sobretudo, a função referente a esse trabalho de inclusão e de suporte aos passageiros idosos, deficientes físicos, gestantes e crianças. Eu espero que essa emenda seja aprovada, essa é a posição do PSOL, uma emenda que é justamente a razão pela qual inclusive nós estamos contra o projeto, essa emenda é importante justamente por isso: ela valoriza uma função essencial da categoria dos cobradores. Se uma emenda como essa não é aprovada, o nível de irresponsabilidade na gestão, na condução desse serviço é imensa. Aqui está o secretário do transporte Záchia, esse projeto está liquidando o secretário de transporte; o secretário de transporte, vereador, que é histórico do MDB, vai ficar numa situação terrível, porque ele vai ser o secretário de transporte justamente numa gestão que vai ser a gestão cujo o serviço vai ser o pior da história do transporte, porque, afinal de contas, imaginem os ônibus, esses enormes carros que nós temos, só com o motorista, imaginem o congestionamento, porque o motorista vai ter que parar o carro – no projeto do Melo – para ajudar, para auxiliar os passageiros idosos, os deficientes físicos, as gestantes, as crianças, ou então esse setor vai ficar abandonado! E como os nossos motoristas, como os nossos rodoviários pensam na população, pensam nas crianças, pensam nos idosos, eles vão sim parar o carro para ajudar; o prefeito Melo não pensa, porque se ele pensasse, ele não faria esse projeto que é uma vergonha! E a vergonha desses vereadores que estão defendendo um projeto, que não tiveram coragem de fazer um debate público. Por isso que fizeram nessa sessão fechada, proibiram a entrada das pessoas, tinha 15 pessoas para entrar, e o Presidente Cecchim impediu a entrada. Foi uma vergonha essa sessão, essa sessão não teve muito tumulto mesmo. É verdade, aproveitaram a pandemia para aprovar esse projeto, porque são vereadores covardes, não têm coragem de enfrentar os rodoviários!



E o secretário, sinceramente, secretário Záchia, deveria vir a público, porque querem arruinar a sua secretaria. Essa é a verdade, querem arruinar a sua secretaria. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** Não cabe ao Presidente comentar pronunciamento da tribuna, mas, no caso, foi-me citado o nome que eu impedi; eu não impedi, tanto é que as pessoas entraram. Eu só impedi a invasão. Isso, sempre que eu estiver aqui, eu vou impedir. Não temos mais inscrições.

Em votação a Emenda nº 05, destacada, ao PLE nº 016/21. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA.**

Em votação a Emenda nº 06, destacada, ao PLE nº 016/21. (Pausa.) A Ver.<sup>a</sup> Cláudia Araújo está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como autora.

**VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD):** Presidente, colegas vereadores e vereadoras, subo a esta tribuna para encaminhar a Emenda nº 6 e para dar uma explicação para o Ver. Robaina, que mencionou o meu nome por várias vezes, acho que ele está apaixonado por mim hoje, já que a gente não pode falar isso, mas enfim. Eu lutei muito no pleito passado, na gestão passada, pela não extinção dos cobradores. Por que nós fizemos isso? Porque aquele projeto trazia a demissão dos trabalhadores, a extinção dos trabalhadores naquele momento, e nós éramos contrários a isso, nós lutamos muito para que nós conseguíssemos, naquele momento, que isso não acontecesse. Hoje, apesar de alguns subirem à Tribuna e falarem que hoje o projeto é muito pior do que o projeto da gestão passada, eu discordo disso e por isso eu construí essas emendas em defesa desse projeto, porque ele oportuniza e valoriza... Porque a gente sabe, como disse o Ver. Janta, que vai haver a extinção, como todas as categorias que foram se consumindo ao longo dos anos, a gente sabe que essa categoria também vai se extinguir para que nós possamos ter uma cidade evoluída, mais evoluída. E essas pessoas não vão ficar desempregadas, essas pessoas vão ter sim trabalho em outras empresas, porque as empresas continuam trabalhando, a cidade continua existindo, o transporte vai continuar existindo porque ele é necessidade básica das pessoas. Então, essa emenda foi adequada no texto, e quando o Ver. Oliboni comenta que eu incluí a palavra “poderá”, realmente a palavra “poderá”; por que essa palavra foi incluída? Porque se a gente tivesse deixado no texto original, essa emenda seria rejeitada, e essa emenda oportuniza, ela permite que o Executivo faça o atendimento do ingresso do passaporte nos ônibus adaptados, ou seja, não extingue os cobradores, enquanto as paradas não forem acessíveis aos carros articulados. Nós estamos sim pensando naqueles portadores de deficiência e que precisam deste acolhimento. E aí entra a emenda do Ver. Janta e da Ver.<sup>a</sup> Mônica que fala no segundo homem, que é o cobrador. Pode não ter o nome de cobrador, mas é quem vai dar essa assistência, e essas pessoas não estão desamparadas. Então esta Emenda nº 6 poderá, a critério do órgão gestor, manter o profissional responsável no atendimento e auxílio para ingresso no transporte

até que sejam realizadas as alterações necessárias para acessibilidade nas paradas de ônibus do Município, é isso o que diz esta emenda, e poderá ser aprovado e isso oportuniza tanto o deficiente, quanto a segunda pessoa no ônibus. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** O Ver. Jonas Reis está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 06, destacada, ao PLE nº 016/21.

**VEREADOR JONAS REIS (PT):** Minhas amigas e amigos que muito há tempo usam o transporte público, vocês sabem o que é o transporte. Os vereadores do governo não, tem gente que nunca botou o pé num terminal de ônibus, nem sabem onde fica. Eles são de outra linha, a linha do conversível, do jatinho... Eles são daquela linha, vocês conhecem, linha direta com Brasília. Não, o busão, não. Eles gostam é da coisa rica, por isso eles atacam os mais pobres, eles não pensam na mãe, eles não pensam no idoso, eles não pensam nas pessoas que não conhecem. Porto Alegre é grande, muita gente chega lá e precisa perguntar ao cobrador. Imaginem o motorista sozinho e as pessoas tentando transitar na cidade, não tem mais quem ajuda a dar informações. Não tem essa de ajudar as pessoas com deficiências. Não. Para a direita, eles querem o extermínio das minorias. E essa proposta do governo é isso, também. Não é considerar o todo da sociedade, é higienizar. Primeiro, higieniza os rodoviários, termina com o cargo de cobrador e aos poucos dificulta a vida da cidadania. O cobrador, ele é o cara que apoia o usuário do transporte. Não pensem que o Melo tem compromisso com isso, claro que ele não tem! Ver.<sup>a</sup> Cláudia, o prefeito Melo não tem compromisso com o que está na sua emenda. Ele não tem. Ele tem compromisso sim com aqueles que jantam e almoçam com ele. Outro dia eu vi uma foto do vice-prefeito, esse, janta e almoça com ele, uma garrafa de vinho de R\$ 1 mil. Está bom o salário de vice-prefeito, está grande! Uma garrafa por noite de R\$ 1 mil. E aqui, acabar com o cargo de cobradores, 3 mil famílias! E nós estamos com emendas, tentando paliativos, porque, na verdade, o ouro do negócio é mostrar para os empresários que eles vão continuar ganhando cifras e cifras. Ele diz, Ver. Oliboni, Ver. Robaina, que não pode mais injetar dinheiro na Carris, mas no privado vai dinheiro, vai bastante. Ele diz que o transporte está mal, tem que reduzir o valor da passagem. Vejam só: reduzir! Fantástico seria, mas na verdade é uma farsa, uma ilusão. É a demagogia operando. O MDB, nós sabemos como ele anda, ele anda com o Leite, vendendo a Corsan, acabando com empregos, arrojando, e está com o Bolsonaro. Este é o MDB, antes era PMDB, tiraram o P, mas continua a mesma coisa, o mesmo estilo, a mesma proposta: lenha no lombo do trabalhador, lenha no lombo do rodoviário; e os empresários, queijo *brie*, vinho caro, recepção com tapete vermelho. Tu te lembrás, não é, Ramiro? Na campanha eles falavam mal do Marchezan, que o Marchezan não estava com o povo, que não sei o quê, mas eles estão seguindo a cartilha de vocês, na verdade, eles são a continuidade, só que ele queria estar no lugar do Marchezan. Ele conseguiu, tirou o Marchezan, mas os vereadores continuam todos os mesmos. Os vereadores não se importam com quem mora nas regiões distantes da

cidade, que precisam do auxílio do cobrador. Não. E aqui está essa emenda, é claro, vamos votar, essa emenda é positiva; agora essa emenda, dentro desse projeto, ela parece que ajuda, mas na verdade, o grosso da coisa é derrotar os que trabalham em Porto Alegre, tanto que eles botaram a maior inimiga do trabalhador da cidade, a vereadora, a vice-líder, botaram ela para encaminhar. Isso é simbólico, ela fez o requerimento para votar hoje. A maior inimiga de quem trabalha, se aposentou com 47 anos! Mas ela não quer vocês trabalhando no transporte. Ela está aposentada aqui, ganhando o salário de vereadora. É isso, é um escândalo esse governo! Ganham muito, mas não querem que 3 mil cobradores possam ter o seu salário para comprar sua alimentação, seus remédios, ajudar no pagamento da creche dos seus filhos. Isso é triste, gente! Eu fico desolado que a política seja feita dessa forma, vergonhosa, atacando quem batalha para levar comida para casa. Agora não vão conseguir. Mas nós vamos aprovar essa emenda, vamos ajudar nesse paliativo. O problema é aprovar a emenda, e ver o voto no projeto; aí não dá.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** A Ver.<sup>a</sup> Comandante Nádia está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 06, destacada, ao PLE nº 016/21.

**VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (DEM):** Obrigada, Ver. Idenir Cecchim, que está neste momento presidindo os trabalhos. Boa tarde colegas vereadores, boa tarde o público que nos assiste aqui presencial e também pela TVCâmara. Eu gosto de ver alguns números, eu quero mostrar bem esse número, aqui, para todo mundo: R\$ 24.152,23. Pois é, Ver. Ramiro, isso aqui é o que o Ver. Jonas já gastou com gasolina, aqui na Câmara. Mas, engraçadamente, ele fala que gosta dos ônibus! Não entendo, fala de alguns que andam de carro chique, de jatinho, mas o vereador também faz uso aqui, vereador. Parabéns, o senhor usando aqui o que é legítimo, mas não vamos fazer piada. O senhor anda – de gasolina – e anda bem, porque nesse tempo, o senhor gastou, com um valor, andou 15.200 quilômetros. O senhor deve morar bem longe aqui da Câmara, porque são 70 quilômetros por dia. Um gasto de R\$ 2.985,00 por mês, 1.900 quilômetros por mês. Parabéns, o senhor tem trabalhado bastante, mas também sugiro que o senhor use os ônibus, como o senhor tem falado tão bem, aqui. Agora o vereador vai querer uma questão de ordem aqui, não sabe aceitar as críticas que aqui vem. Olha o Ver. Mauro me ajudando, dava para pegar 5.031 passagens de ônibus. Como é bonito. Além disso, vereador, a sua madrinha, que é professora estadual, acumulava os valores, e nem por isso a gente vem aqui incomodar, porque as pessoas trabalham. Aliás, Ver. Jonas, seria bem importante, o senhor que é concursado da Prefeitura, desse tempo ficou quatro anos em sala de aula, enquanto os cobradores estão aí trabalhando. Aliás, nós queremos os cobradores se aposentando. O projeto é bem claro, Presidente, o projeto é a extinção gradativa dos cobradores. Assim como aconteceu com telegrafista, assim como aconteceu com ascensoristas de

elevadores, assim como aconteceu com aquelas pessoas que acendiam e apagavam lampião na rua da Praia. As profissões se reacomodam, e ninguém aqui está despedindo, como, infelizmente, têm vereadores que sobem nesta tribuna e fazem uma fala factóide; *fake news* ao vivo aqui na Câmara de Vereadores. É um projeto que cuida sim das pessoas que estão trabalhando, que cuida sim da qualificação e capacitação dos cobradores para outras atividades, no administrativo, na garagem até mesmo, por que não como motoristas? Mas não venham falar mentiras aqui, é tão feio isso, e as pessoas lá na rua querem saber de verdades. Aliás, um milhão e meio quase, vereadores que estão hoje aqui nos abrilhantando com seus votos, um milhão e meio de pessoas querem saber da melhoria da mobilidade humana. E isso o Sebastião Melo e o Ricardo Gomes sabem fazer muito bem, Presidente. Então, jogar, ficar batendo aqui é tão feio, vamos falar das pautas, vamos falar de quem trabalha. Aliás, dos quatro anos que o senhor trabalhou, Ver. Jonas, os outros, de lá para cá, o senhor foi cedido para sindicato e para partido político. Que feio! Vamos trabalhar. Eu fiquei 28 anos trabalhando na Brigada Militar, prendendo muita gente que fazia coisa errada. Aliás, eu gosto de ver também os valores gastos nas campanhas políticas, fica aí a dica: pesquisem lá, que da outra vez eu venho contar, porque foi uma grana federal que aqueles que se dizem a favor do povo gastaram. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

**Vereador Jonas Reis (PT):** Uma questão de ordem, Presidente, eu fui citado. Só para dizer para a vereadora que está aqui o cartão Tri, eu a convido a nós fazermos o percurso na cidade juntos.

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** Citado não é questão de ordem, use o tempo na tribuna.

O Ver. Matheus Gomes está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 06, destacada, ao PLE nº 016/21.

**VEREADOR MATHEUS GOMES (PSOL):** Obrigado, Presidente Cecchim. Ver. Jonas, eu fico impressionado com alguns vereadores, liberais, que são contra os privilégios, são contra a aposentadoria dos trabalhadores, menos dos aliados deles; os aliados deles podem ter tudo que é tipo de privilégio, podem ter férias à vontade, podem ter salário daquilo, auxílio acolá, podem ter tudo, os aliados deles, tudo! É por isso que nós estamos votando essa questão hoje, porque é uma proposta do prefeito Sebastião Melo, que privilegia os empresários, que privilegia aqueles que lucraram milhões de reais em meio à pandemia. A emenda apresentada pela Ver.<sup>a</sup> Cláudia é uma emenda importante, nós vamos votar favoráveis a essa emenda, porque ela, na verdade, tenta garantir o mínimo. Eu creio que, com a votação desse projeto, sequer vai garantir, Ver.<sup>a</sup> Cláudia, por isso que esse projeto é nefasto e nós vamos votar contra; acessibilidade uma das funções mais importantes que as cobradoras e cobradores fazem no dia a dia do transporte público de Porto Alegre. A população da

nossa cidade deveria começar a imaginar, com o que vai ser votado aqui hoje, como que vai ficar na Av. Bento Gonçalves, na Av. Osvaldo Aranha, na Av. Farrapos, na Av. Assis Brasil, a dinâmica do transporte, que já é caótica, com o motorista tendo que parar o ônibus, se deslocar até o portão do meio para ajudar uma mulher ou homem em cadeira de rodas. Eu gostaria que os vereadores pensassem nisso também, mas eles não pensam, porque, de fato, há muito tempo andam de carros, estão deslocados da realidade da trabalhadora e do trabalhador. O cobrador é uma função importantíssima para a garantia de vários direitos de quem pega o transporte, acessibilidade é um deles, o outro, por exemplo, é a questão de segurança. Eu gosto de ver vereadores que vêm aqui falar em nome da segurança pública da cidade de Porto Alegre, agora não sabem que dentro do ônibus, uma mulher que sai do Triângulo, sai do Praia de Belas para pegar o T1 e atravessar a cidade, muitas vezes, senta ao lado do cobrador para se sentir mais segura e impedir tentativa de assédio sexual dentro de ônibus, o que ocorre muito, acontece muito isso, no dia a dia.

Mas os vereadores aqui não sabem e vêm com um discurso falso de modernização do transporte público. Olha, gente, qual é o projeto de modernização do transporte que o Melo está apresentando aqui para esta Câmara de Vereadores e para a cidade de Porto Alegre? Não há projeto de modernização, não há! Se existe, venham aqui e digam. Parem de ficar fazendo discursinho baixo aqui na tribuna e vamos debater transporte, que é o que a base governista tem medo de fazer. Eu não tenho dúvida disso. Secretário Cassio Trogildo, que está aqui acompanhando a nossa sessão, é responsável pela articulação, pelo debate com esta Casa: a Câmara de vereadores aprovou recentemente e sequer foi instalada uma especial para debater transporte público em Porto Alegre. Por que não se aguarda o andamento dessa discussão, invés de tocar esses projetos dessa forma? Descumprindo acordos, desconsiderando as opiniões não só da oposição, mas da própria categoria. Essa postura de vocês, aqui na Casa, pouco a pouco vai mostrar para vários segmentos da cidade que esse papo de Melo, como o homem do diálogo, o cara que escuta, que dá voz ao povo trabalhador, na verdade, não é bem assim. Municípios já provaram desse veneno, agora é a vez dos rodoviários; quem é o próximo? Qual é o próximo setor da classe trabalhadora de Porto Alegre que vai passar por essa situação, de achar que tem alguém pelo diálogo aqui, mas que se permite ser comandado nessa Casa por vereadores bolsonaristas, por vereadores que não querem diálogo com ninguém, essa é a verdade.

Eu quero dizer, e assim encerro, para vocês que acham que vão fazer o que quiserem aqui na Câmara de Vereadores e não vai ter impacto: eu acabei de receber mensagens de trabalhadores rodoviários que estão recolhendo seus ônibus e levando para a garagem, porque não vão aceitar calados a extinção de cobradores, não vão aceitar a privatização da Carris, não vão aceitar retirada de direitos em silêncio, vão protestar, vão fazer o que é o seu direito legítimo, que é lutar pelas suas condições de vida, é lutar por emprego e pelo transporte público na cidade de Porto Alegre. Essa é a opção do prefeito Melo, poderia dialogar, tem a comissão de transportes, tem o debate que a gente estava propondo na semana passada, tem várias opções, mas não quer

dialogar e vai levar a cidade de Porto Alegre a um grande problema no dia de amanhã, com a paralisação do transporte, culpa de vocês.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** A Ver.<sup>a</sup> Bruna Rodrigues está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 06, destacada, ao PLE nº 016/21.

**VEREADORA BRUNA RODRIGUES (PCdoB):** Primeiro, eu gostaria de cumprimentar o Ver. Robaina, pela emenda ao projeto. Um projeto que diversas vezes nós já nos manifestamos aqui contrariamente e a tudo o que ele representa. Eu não consigo imaginar que essa cidade, que já enfrenta tantos problemas, que já enfrenta o aprofundamento da crise econômica, uma crise que é civil, que é das pessoas, que é das pessoas que mais precisam, de quem vive o dia a dia da comunidade, de quem pega, de fato, o ônibus. Eu não consigo imaginar a possibilidade de mais de 3 mil famílias sem o sustento na mesa, sem a garantia do emprego. Eu quero cumprimentar o Ver. Robaina pela emenda, porque ela possibilita um processo de transição, que garante que os trabalhadores e as trabalhadoras sejam reinseridos, primeiramente, garantindo a modernização do transporte, garantindo o processo de readaptação da cidade, inclusive, para esse sistema, e, posteriormente, então, para execução, de fato, da retirada dos cobradores. Mas eu queria fazer também menção ao projeto da retirada das carroças, vereador... Desculpa, Ver.<sup>a</sup> Cláudia, eu fui induzida aqui ao erro, esta emenda é sua, acho que foi a minha assessoria que se enganou. Mas enfim, Ver.<sup>a</sup> Cláudia, eu quero dizer que a tua emenda, de fato, ela reduz os impactos e reduz, nesse momento, de crise para a cidade e de crise para o transporte, também dá ao Executivo a possibilidade de realocação dos trabalhadores e das trabalhadoras.

Em relação ao projeto das carroças, que quando extinguem as carroças e traz aí toda aquela discussão da reinserção das famílias e da readaptação dos trabalhadores, que isso não seja executou, por uma série de fatores, Ver. Cecchim, porque o Município não garantiu a efetividade dos cursos de qualificação, porque as indenizações não se realizaram; eu era liderança da minha região, eu era delegada do Orçamento Participativo e recebia diversas reclamações dos trabalhadores da região que não conseguiam participar do cadastramento, que não conseguiam se adaptar com a nova modalidade de emprego. Então, essa emenda estava mitigando os impactos do projeto. Quero encaminhar aqui que nós possamos aprovar essa emenda, porque é um processo importante para a garantia dos direitos, mas principalmente para minimização, nesse momento, de algo que é tão difícil para a cidade, que é a perda dos cobradores. E, mais uma vez, faço justiça aqui, que a emenda é da Ver.<sup>a</sup> Cláudia. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** Em votação a Emenda nº 06, destacada, ao PLE nº 016/21. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA.** Parabéns, vereadora.

Em votação o requerimento de autoria da Ver.<sup>a</sup> Comandante Nádia, solicitando a prorrogação da sessão por mais duas horas. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em verificação de votação o requerimento de autoria da Ver.<sup>a</sup> Comandante Nádia. (Pausa.)

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** (Após a chamada nominal.) **APROVADO** por 22 votos **SIM** e 10 votos **NÃO**, Sr. Presidente.

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB) – às 19h50min:** Declaro aprovada a prorrogação da sessão. Continuemos com a votação das emendas.

Em votação a Emenda nº 07, destacada, ao PLE nº 016/21. (Pausa.) O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como autor.

**VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL):** Esta emenda foi pensada pelo Prof. Alex Fraga, vereador do PSOL; só não pode falar aqui, porque está de suplente e, se falasse, provaria como este projeto é nefasto para a cidade de Porto Alegre. O vereador, dirigente do PSOL, Prof. Alex Fraga, bancada do PSOL, fez uma emenda que prevê.... Nós já falamos exaustivamente que estamos contrários ao projeto, vamos votar contra o projeto. Estamos, na verdade, fazendo emenda que, caso aprovada, permitiria que este terrível projeto só pudesse ser executado cinco anos depois da sua aprovação. Isso sim seria uma verdadeira transição. Se nós queremos falar em transição, tem que ter tempo; do contrário, o que a Câmara dos Vereadores vai estar votando é a demissão de cerca de 3 mil, na verdade, três mil e quinhentos cobradores que tem na cidade de Porto Alegre. E o projeto diz isso de modo explícito, tanto que o projeto prevê a extinção completa até 2026! É isso que diz o projeto, em 2026, termina, não tem nenhum mais. A nossa emenda é o oposto, nossa emenda define que a partir de 2026 começaria a ser aplicado. Isso é transição. Até porque o Sebastião Melo disse que era amigo dos rodoviários na campanha eleitoral; então, é bom que ele tenha esse tempo de transição para mostrar para todos que ele, na verdade, é inimigo dos rodoviários. Infelizmente, ganhou muitos votos dos rodoviários o Sebastião Melo, muitos votos, os rodoviários vão ter que pensar sobre isso. A categoria vai ter que tirar conclusão política sobre isso, porque a relação de forças aqui nesta Câmara de Vereadores, ela é dada pelo resultado da eleição. O Boneca, que está aqui, deve lembrar bem, e obrigado para o Boneca, durante a campanha eleitoral, porque o Boneca foi candidato a vereador. Boneca, se tu não entrares, entra outro no teu lugar. Quem é que entrou no teu lugar, Boneca? Jessé. Fizeste voto para ele, em quem que ele vai votar? Contra os cobradores. Olha como são as coisas, como é importante o problema ligado a quem a gente apoia. Fizeste mais de mil votos, não é, Boneca, e ele entrou com os teus votos também e agora está votando contra os cobradores. Por isso que eu chamo atenção; por isso,

aqueles que dizem: "ah, não, não importa o partido, não importa...". Importa, sim! Nisso, pelo menos, os rodoviários têm que tirar conclusões, porque essa luta aqui dos cobradores, para que nós pudéssemos vencer hoje, teria que ter uma paralisação na cidade de Porto Alegre. Só uma greve poderia garantir uma vitória dos trabalhadores. Não houve greve, não houve uma reação organizada, então, a relação de forças estabelecida é a relação de forças aqui dada pela eleição passada e, obviamente, nós não tivemos condições de alterar essa relação de forças no combate de rua. Porque, quando não tem relação de forças na Câmara dos Vereadores, e não tem uma relação de forças favorável ao povo, a única forma de alterar a relação de forças é de fora para dentro. Agora, se não tem pressão de fora... Por isso que é tão importante, eu quero agora falar para os trabalhadores da Carris, é tão importante o dia de amanhã, porque a Carris, eles ainda não levaram. Quanto aos cobradores, eles estão, por uma via de golpe, conseguindo a votação no dia de hoje. Amanhã, tem a luta da Carris. Nós, como disse várias vezes, vamos apoiar ativamente, e esta emenda é uma emenda que busca atenuar um projeto desastroso. Ela diz simplesmente isso: aplique-se este projeto, caso ele seja aprovado, cinco anos depois da sua votação. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(A Ver.<sup>a</sup> Comandante Nádia assume a presidência dos trabalhos.)

**PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM):** A Ver.<sup>a</sup> Laura Sito está com a para encaminhar a votação da Emenda nº 07, destacada, ao PLE nº 016/21.

**VEREADORA LAURA SITO (PT):** A emenda apresentada aqui pelo nosso colega Robaina, na verdade, ela é uma oportunidade, porque me parece que, em todo esse debate da mobilidade, há uma dificuldade do governo, na verdade, de pensar os processos. Para mim, é o que ficou evidente na apresentação sobre o tema da extinção dos cobradores. Esses cinco anos que permitem uma transição dialogam com a realidade de Porto Alegre; uma realidade em que nós, do início da crise econômica em 2016 até 2018, perdemos mais de 31 mil postos de trabalho; em que 18% desse montante buscam emprego há mais de dois anos. Foi dito aqui na tribuna que as pessoas que serão demitidas, que perderão os seus postos de trabalho, terão que virar Uber. Quem vira Uber com a gasolina a R\$ 7,00? Vinte e cinco por cento daqueles que foram para a uberização deixaram de ser Uber, porque não dão mais conta com o alto valor da gasolina. A política de Bolsonaro, representada aqui pelo governo Sebastião Melo, sustentada neste plenário por aqueles que fazem arruaça aqui com a bandeira do Brasil, é uma política que leva ao desemprego de quem já está desempregado. Essa é a verdade neste País. Quem já vive sob a precariedade do trabalho não tem mais postos de trabalho. A emenda apresentado aqui pelo Ver. Roberto Robaina é uma oportunidade, uma oportunidade para que a Prefeitura possa construir um processo de transição, o qual não foi pensado, porque, quanto à extinção gradativa, só foi apresentada para nós uma grade de horários de onde teria ou não teria cobradores. Mas o que que nós vamos fazer



com quase 3 mil desempregados na cidade? É disso que nós estamos falando. Porto Alegre, eu escrevi um artigo no início desta legislatura, falando sobre o tema da renda, sendo que nós tínhamos a terceira cesta básica mais cara do Brasil com quase R\$ 700,00. Fui buscar o meu antigo agora para resgatar alguns dados aqui para falar na tribuna e percebi que, entre janeiro e agora, agosto, a cesta básica está R\$ 1.200,00 – dobrou; em um semestre, dobrou, Ver. Moisés, o valor da cesta básica. Mas os nossos debates aqui são desconectados da realidade. Eu vejo aqui dancinhas, falando sobre o preço da gasolina, sobre a rodagem, de vereadores que nunca pegaram ônibus, nem para ir para o Anchieta. É disso que nós estamos falando, vereadores que vivem somente sustentados pelo Estado, e eu quero saber como progrediram para chegar no teto do funcionalismo público, levando mensalmente quase R\$ 50 mil para casa e vêm aqui fazer discurso, dancinha com a bandeira do Brasil para retirar direito de quem é pobre. Eu sou servidora da Prefeitura, meu salário é de R\$ 2.300,00; é isso. É isso que o trabalhador de verdade recebe; normalmente, menos do que isso, que é o salário mínimo. Não é como, na verdade, os marajás do Estado, como nós temos por aqui, e que, do alto dos seus privilégios, falam com uma tranquilidade sobre retirar direitos, acabar com postos de trabalho. É a mediocridade que nós vemos aqui tomar conta dos nossos debates. Quando nós falamos aqui sobre dar mais tempo para debater, Ver. Mauro Pinheiro, que trabalha aí com mercado sabe bem como está a vida dos trabalhadores, para conseguir se sustentar, quando nós falamos de ter mais tempo para o debate, nós estamos falando aqui não é de interditar a discussão, mas de construir alternativas que garantam a melhor condição de vida na nossa cidade. Porque o problema do número de passageiros, ele também é um problema do desemprego, do arrocho da vida dos trabalhadores, é disso que nós estamos falando. É sério, é sério o que nós estamos falando aqui. Nos vêm tabelas de cálculos contábeis que ignoram a organização estrutural da cidade e o direito de quem mantém a cidade viva. Falar em transporte é falar do direito de ir e vir, do direito a acesso à cidade, mas quem vê a cidade entre o Parcão e o Centro Histórico não tem ideia do que é isso. Não tem ideia, Ver. Jonas, do que é vir do Lami para trabalhar na Câmara. Não tem ideia do que é, Ver.<sup>a</sup> Daiana, Ver.<sup>a</sup> Bruna, rodar a periferia da cidade, não tem ideia do que é isso. Porque somente vem aqui tratar dos interesses dos empresários; é disso que nós estamos falando. "Ah, mas a democracia elegeru...". Também não é verdade! Está ali o nosso companheiro rodoviário, que foi candidato pelo Cidadania, elegeru o Jessé. É disto que nós estamos falando, de um sistema eleitoral que não deixa nítido para a população os projetos que estão em voga. Por isso que defendemos a emenda do Ver. Roberto Robaina, acreditamos que é uma oportunidade ao Poder Executivo.

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM):** O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 07, destacada, ao PLE nº 016/21, pela oposição.

**VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL):** Ver.<sup>a</sup> Comandante Nádia, que preside os trabalhos neste momento; vereadoras, vereadores; público que nos dá a honra da presença aqui; rodoviários; lutadores; o que que traz a emenda do Ver. Roberto Robaina para nós neste momento, Ver.<sup>a</sup> Laura Sito, que colocou muito bem o tema? É uma oportunidade, vereadoras, vereadores e o público que está nos assistindo pela TVCâmara, é uma oportunidade de transição, mas é uma extraordinária oportunidade, Ver. Roberto Robaina. Por quê? Porque isso nos remete, de fato, a uma discussão em que o governo tem um argumento de que esse ofício, esse posto de trabalho, o cobrador, o antigo trocador de dinheiro, que agora é imprescindível como um condutor auxiliar, digamos assim, dos ônibus... Mas é uma transição socialmente justa, humanitária, meu ex-vereador Emerson, amigo, porque ela remete, sim, a sociedade para uma reflexão. Ninguém nega que algumas coisas mudam, e elas mudam também no mundo do trabalho com as novas tecnologias, com os processos sociais em permanente ebulição. Ninguém nega que a questão do emprego formal sofre modificações, o que nós pregamos e exigimos são os períodos de transição. Não é possível que simplesmente seja abolido um determinado tipo de serviço que envolve inúmeros postos de trabalho, simplesmente, ao bel-prazer do governante de plantão. Há poucos dias, há cerca de um ano, era o prefeito Marchezan, que tinha projeto nesse sentido, mais moderado. Não tinha uma data-limite, de fato. Agora, o prefeito Melo coloca esse tema como algo peremptório e com data, com prazo. Ora, isso é um absurdo por vários e vários motivos, mas tem um que eu gosto de destacar sempre: é desnecessário! É desnecessário. Ele não tem impacto na tarifa de ônibus e, por outro lado, ele cria um problema social grave na medida em que desemprega. Amanhã, essas empresas de ônibus começam a demitir. Começam a demitir com essa notícia. Eu não tenho dúvida disso. Nem vai estar homologado e vão estar demitindo. E tem um problema social grave com outra repercussão maior ainda na sociedade, porque eu já disse aqui e todos sabem, as pessoas com dificuldade de locomoção – cadeirantes e com outras dificuldades – não poderão ser auxiliadas, a não ser pelo motorista. E, ora, o auxílio do motorista compromete a viagem, mas é evidente. Se o motorista para, é como num lotação, é o motorista que faz tudo. Bem, os lotações não têm parada por isso; se tiverem parada, os lotações, será um inferno, porque elas têm que parar a todo momento daí. Os ônibus sofrerão esse problema gravíssimo. Então, não resolve a questão tarifária, não tem impacto algum, e ainda cria um problema para a sociedade, brutal, além do desemprego para os trabalhadores do setor. Por isso, a emenda do Ver. Roberto Robaina, ela dá exatamente esse período de transição. Ela permite, jogando para cinco anos, que nós tenhamos um período de adaptação, Boneca, que mudaria de fato a vida das pessoas, não só da sociedade, como dos trabalhadores. Então, para nós, fica vital que seja aprovada. E se fosse aprovada esta emenda, se fosse aprovada esta emenda, vejam o desafio que eu lanço, eu lanço este desafio, nós poderíamos até votar o projeto, mas digo assim, se esta emenda fosse aprovada, falo com a responsabilidade de líder da oposição, nós poderíamos até aprovar o projeto! Se essa emenda dos cinco anos... (Problemas de conexão.) ...em vigor fosse aprovada. Vejam a importância disso, e jamais o governo imaginou que poderia ter unanimidade num projeto desses, mas com essa emenda

poderia ter. Então, é imprescindível que se aprove, e até há uma negociação em aberto a partir daí. Muito obrigado, Presidente. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM):** A Ver.<sup>a</sup> Daiana Santos está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 07, destacada, ao PLE nº 016/21.

**VEREADORA DAIANA SANTOS (PCdoB):** Como bem fala nosso líder da oposição, imprescindível que seja aprovada essa emenda. Quero aqui saudar o Ver. Pedro Ruas, que me antecedeu, pela belíssima fala e também o Roberto Robaina, por essa emenda. É necessário que a gente olhe isso, pensando justamente na forma e como vêm sendo organizados esses processos. A efetividade deste projeto fala diretamente da vida das pessoas. Nós estamos aqui diante de um cenário caótico, em que desrespeitam o trabalhador, desrespeitam a população e, justamente, aqueles que definitivamente não compreendem absolutamente nada. Aqueles, Ver.<sup>a</sup> Laura, que, como a senhora trouxe aqui, nem andam pelas periferias, que não sabem o valor da gasolina, que não têm no horizonte a construção de algo que seja muito mais substancial do que aquilo que eles compreendem como necessário e voltado para a população. Eu fico muito tocada, pensando em aqueles que definitivamente são os que mais sofrem com toda essa desconstrução, com todo esse revés, porque isso é a elite do atraso quem promove, de impacto aqui. É uma elite do atraso, definitivamente, é isso. Toda essa desconstrução das possibilidades reais que essa elite do atraso promove, quem sente isso, o povo que é penalizado sequer tem a possibilidade de mover-se diante disso. O aumento do desemprego, o aumento da fome, um salário mínimo que parece que tem uma projeção de R\$ 69,00 para um aumento no próximo ano, é isso. Esse é um alinhamento com o governo bolsonarista em que a gestão pública deste Município me parece que não consegue compreender o quão grave isso é. Talvez seja porque essa capitania hereditária não compreenda a possibilidade que tem nas mãos de estar promovendo política pública efetiva, impacto real na vida da população. Parece que fica sempre tangenciando em torno daquilo que lhes é importante, conivente para pagar e fechar os cálculos de um período eleitoral que ainda está aí fazendo a cobrança, batendo na porta. Nós, desde já, nós da bancada do PCdoB nos posicionamos, porque temos lado. E sabemos muito bem que o lado em que nos colocamos é o lado do povo, é o lado do trabalhador. Não negociaremos absolutamente nada do que vem a ser retirado de direito do povo, Ver. Pedro Ruas. É necessário que nós criemos esse debate com muita responsabilidade, e essa emenda fala desse período que se amplia, é isso. Nós precisamos desse período mínimo de cinco anos para que se tenha um debate qualificado. Chega! Mais uma vez eu digo, aqueles que são os inimigos do povo, essa capitania hereditária, a elite do atraso que se posiciona sempre contra toda e qualquer movimentação que pode, sim, se fosse utilizada com muita responsabilidade, poderia, sim, estar impactando de uma forma muito propositiva neste que é o período mais duro

da gestão, inclusive, da nossa gestão agora, entre 2021 até 2025, por conta da pandemia que se agrava profundamente. Nós estamos aqui falando de algo que é muito maior do que essa irresponsabilidade que os senhores trazem no tom dos seus discursos ou quando minimamente fazem o que estão fazendo agora: se ausentam dele. Se nós estamos aqui enquanto oposição fazendo esse debate é porque nós temos responsabilidade com essa classe, é porque nós sabemos o valor que tem esta defesa, é porque nós não vamos, Ver. Pedro Ruas, titubear. Nós não vamos nos furtar desta luta, que é minha, que é sua, mas que, principalmente, é da população de Porto Alegre. E assim a gente segue firmes, atentos, ativos. Parabéns mais uma vez Ver. Robaina, é necessário que a gente tenha esse período de ampliação, porque, caso contrário, estamos fadados a isto: a esse descaso que nos leva ao fracasso enquanto Legislativo. Porque nós nos mantemos firmes, mas estes que não compreendem a necessidade de um debate mais ampliado não reconhecem que esta pauta é fundamental para o desenvolvimento de uma cidade, que a mobilidade urbana. Eles que paguem a conta depois. Cobrem deles, não esqueçam, nome a nome, porque são nestes que nós devemos ficar em cima, são nestes que nós devemos ficar muito atentos. A responsabilidade é toda deles. Nós estamos aqui na luta e nós temos lado, nos posicionamos. Façam isto: não esqueçam. A elite do atraso é quem comanda, porque vem da capitania hereditária; nós somos da luta, do povo, da rua, nós sabemos o valor que isso tem.

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM):** Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Pedro Ruas, a Emenda nº 7, destacada, ao PLE nº 016/21. (Pausa.)

**SR. SANDRO PIRES BRENNER (Diretoria Legislativa):** (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) **REJEITADA** por 11 votos **SIM** e 22 votos **NÃO**.

**PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM):** Declaro rejeitada a Emenda nº 07 ao PLE nº 016/21.

Solicito que a Guarda Municipal se poste na entrada do plenário, por favor.

Em votação a Emenda nº 08, destacada, ao PLE nº 016/21. (Pausa.)

**SR. SANDRO PIRES BRENNER (Diretoria Legislativa):** (Procede à leitura da Emenda nº 08, destacada, ao PLE nº 016/21.)

**PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM):** O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, pela oposição.

**Vereador Pedro Ruas (PSOL):** Antes de encaminhar a matéria, eu quero fazer uma questão de ordem, para informar que há pessoas armadas passando pelo plenário. Eu não vou encaminhar a votação da matéria com pessoas armadas. O que está

havendo aqui? Certamente, V. Exa. sabe o que está havendo. As pessoas estão armadas passando pelo plenário.

**PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM):** Está encaminhado o seu pedido.

**Vereador Pedro Ruas (PSOL):** Mas eu não sei do que se trata, Presidente.

**PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM):** Seu tempo vai começar a correr para encaminhar a matéria. Por favor, vereador.

**Vereador Pedro Ruas (PSOL):** Não, não vou encaminhar, pois eu não sei o que é isso.

**PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM):** O senhor vai encaminhar a votação da emenda? (Pausa.) Então, eu vou pedir para o senhor descer e fazer o pedido da questão de ordem no microfone de apartes.

**Vereador Pedro Ruas (PSOL):** Presidente Comandante Nádia, eu tenho direito de fazer a questão de ordem na tribuna. Eu estou fazendo uma pergunta a Vossa Excelência: por que há pessoas armadas andando no plenário?

**PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM):** A arma faz parte do equipamento da Guarda Municipal, Ver. Ruas.

**Vereador Pedro Ruas (PSOL):** Por que estão dentro do plenário?

**PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM):** Porque teve uma correria e eu solicitei que a Guarda Municipal fechasse a entrada, para que a gente não tivesse uma invasão aqui na Câmara, tendo em vista a gritaria que aconteceu lá embaixo e nós estávamos aqui votando sem saber o que estava acontecendo.

**Vereador Pedro Ruas (PSOL):** Mas precisa passar pessoas armadas por dentro do plenário?

**PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM):** Olha, não tem outro jeito de eles passarem, vereador, que não seja por aqui. O senhor pode encaminhar matéria?

**Vereador Pedro Ruas (PSOL):** Eu vou aguardar o Ver. Mauro Pinheiro fazer a sua questão de ordem.

**PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM):** Vereador, questão de ordem?

**Vereador Mauro Pinheiro (PL):** Só para lembrar, Ver.<sup>a</sup> Nádia, que está presidindo a sessão, que, durante a reunião de líderes, nós recebemos uma ameaça de um vereador da oposição, dizendo que, se votássemos esse projeto, eles iriam invadir e quebrar tudo. Então, por isto que a guarda está aqui: para garantir a segurança do Ver. Pedro Ruas.

**PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM):** Muito obrigada, Ver. Mauro.

Vereador, o senhor pode encaminhar a votação da Emenda nº 08, destacada, ao PLE nº 016/21.

**VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL):** Obrigado, Presidente Comandante Nádia, vereadores, vereadoras, já digo ao Ver. Mauro Pinheiro que eu abro mão de qualquer segurança armada para mim. Se for para mim, como disse o vereador, eu abro mão; aliás, eu não aceito.

Com relação à Emenda nº 08, de autoria do Ver. Aldacir Oliboni e de vários outros vereadores, eu quero registrar que ela tem uma importância do ponto de vista democrático muito grande. Por que, Ver. Oliboni, e cumprimento Vossa Excelência? Porque ela nos traz a necessidade de uma consulta plebiscitária à população. Ou seja, num projeto como esse – vamos imaginar que ele seja necessário, só para comentar –, a população tem o direito de decidir, se quer ou não esse projeto. Afinal, as novas tecnologias, o novo modo operante em relação ao transporte coletivo impacta diretamente na população, e ela tem que ter o direito de opinar. Pois essa Emenda nº 08 nos traz exatamente isto, Ver.<sup>a</sup> Comandante Nádia, vereadoras, vereadores: a possibilidade de que a população impactada, que será, certamente, seja consultada de forma plebiscitária. Já explicamos diversas vezes os motivos, as funções do segundo condutor, a necessidade de manutenção desses postos de trabalho para a sociedade, pois, para além dos servidores, para além dos trabalhadores da cidade, vem a necessidade da sociedade. Ora, se a população vai ser impactada, a emenda é justa, é correta, pois ela leva à população, ela concede à população o direito inequívoco, não previsto em lei ainda, de decidir sobre o seu próprio destino. Quantas pessoas, quantas famílias precisam de fato usar o transporte coletivo, e tem um membro da sua família que não vai conseguir utilizar esse transporte, sem a ajuda de um profissional dentro do ônibus? Quantas famílias serão impactadas? Bem, o que a Emenda nº 08 traz? Dá a essas famílias o direito de decidir, o direito da decisão, o direito de votar "sim" ou "não" – e aqui estabelece, inclusive, as regras.

Então, eu cumprimento o Ver. Aldacir Oliboni, cumprimento a bancada do PT, cumprimento as vereadoras vereadores que elaboraram esta emenda. Porque ela é realmente democrática, ela faz diferença do ponto de vista da aplicação de qualquer lei; particularmente, uma legislação que vai, com certeza, trazer modificações enormes em

relação à maneira como nós vivemos hoje, como aqueles que, de uma forma ou de outra, dependem do transporte coletivo e tem na sua família, ou nos seus conhecidos, alguém que precisa da ajuda do profissional, o cobrador, também chamado, agora, de segundo condutor.

Então, o nosso encaminhamento é favorável. Nós gostaríamos que fosse aprovada, minha cara amiga Cláudia, que me honra sempre com sua atenção, a Emenda nº 08, porque ela faz diferença, de fato, no cotidiano da população de Porto Alegre. E, a partir disso, para nós, é imprescindível que toda e qualquer emenda, esse é o caso desta emenda, que amenize um projeto tão nefasto quanto esse, tão ruim quanto esse, possa ser aprovado; um projeto que, realmente, é muito negativo, seja para os trabalhadores do setor, seja para a sociedade como um todo, que pode ser amenizado por uma emenda. E esse é o caso. Porque, nesse momento, esta emenda possibilita que a sociedade decida, e nós vamos nos submeter a essa decisão, seja ela qual for. Com esses fundamentos, nós encaminhamos, pela oposição, pela aprovação da Emenda nº 08. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM):** O Ver. Jonas Reis está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 08, destacada, ao PLE nº 016/21.

**VEREADOR JONAS REIS (PT):** Eu venho até esta tribuna dizer que nós, do PT, não temos medo do povo, da população. Nós fizemos nesta cidade o Orçamento Participativo; todas as noites conversando com os moradores da cidade, de todas as regiões, para discutir como seria implementado o orçamento da cidade, as políticas que seriam ou não feitas. Mas este governo que aí está tem medo do povo. E nós estamos desafiando – esta emenda é a emenda do desafio – o Sebastião Melo e seus vereadores a aceitarem o plebiscito, para que a população seja consultada, Secretário Záchia. Quem tem medo do povo? Quem tem medo das e dos porto-alegrenses decidirem na urna o destino real do transporte de Porto Alegre?

Nós queremos também que tenha um estudo claro do impacto econômico dessa medida. Olha, eu fiz um cálculo por baixo do salário dos cobradores, que vão perder os seus empregos, e vai deixar de circular, mensalmente, na capital, em todos os comércios das zonas mais populares – porque os cobradores moram lá, os cobradores moram nas zonas populares – R\$ 700 mil a menos nos supermercados, nas farmácias, nos bares, enfim, ali onde as pessoas compram basicamente alimentos, remédios, um dinheiro que gera outros salários, outros empregos. A gente fala aqui, Oliboni, que esse projeto vai impactar nos cobradores, que eles vão perder seus empregos, mas o desemprego que o Melo está criando é muito mais do que se pode ver. Os salários dos cobradores não são iguais a fortuna dos empresários do transporte, uma fortuna investida na Bolsa de Valores, uma fortuna que rende para os EUA; aqui, o salário gera outros empregos, quais sejam, para os que trabalham nos supermercados, nos setores de

serviços. Porque o cobrador vai lá e parcela uma televisão, parcela o refrigerador, e a aqueles que trabalham lá no comércio precisam do dinheiro desse cobrador para que o seu emprego seja mantido. Só que os nobres vereadores, aqui, os paladinos não se importam com a palavra desemprego, porque o deles cai todo mês, sagrado, dinheiro público, agora, eles não querem que os cobradores continuem fomentando a economia do município, porque eles fomentam a economia! Eu vejo que vereadores nem gastam o dinheiro, aqui, tem gente que compra vinho importado, o dinheiro vai direto para o exterior, já compra em dólar, Ver. Matheus, agora, o cobrador vai na padaria e paga em real. Mas eles não estão se importando com a padaria de bairro, com o mercadinho, com o comércio, com serviços; não, eles não se importam com a vida de quem trabalha, porque quem trabalha não vem negociar com eles. É porque os cobradores não vieram oferecer o que eles queriam, porque os cobradores não têm para oferecer, os cobradores querem só que o seu emprego seja preservado, que as suas famílias não caiam na miséria. Por isso, é preciso consultar o povo, para ver se o povo concorda que a miséria seja ampliada para mais essa categoria na cidade. Não basta aqueles carrinheiros que o Melo desempregou, ele quer desempregar mais, não basta os empregos que ele deixa de gerar, como o dos professores que não vão ser nomeados, porque, agora, vai até 60 anos para se aposentar, mais dez anos na Prefeitura, e aí não terão vagas. São mais de 1.200 vagas de professores que o Melo não abrirá, e ele quer fechar mais as vagas de cobradores. Porque o prefeito é do desemprego, é da crise econômica. Este é o prefeito de alguns, não é o prefeito de todos. E é isso. Lamentavelmente, esse é o tipo de escolha, é o que o chamado estelionato eleitoral gera. As pessoas não dizem, na eleição porto-alegrense o que vão fazer, eles não dizem, eles simplesmente pedem votos e está aí o resultado. Votaram, e agora os cobradores irão para a rua da amargura. Por isso essa emenda, para chamar o povo para o debate e para que o povo decida: plebiscito já! Não tenham medo de Porto Alegre, não tenham medo de 1.500.000 eleitores da capital.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM):** A Ver.<sup>a</sup> Daiana Santos está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 08, destacada, ao PLE nº 016/21.

**VEREADORA DAIANA SANTOS (PCdoB):** O que vem sendo proposto, aqui, através dessa emenda é justamente isto: que o povo participe da construção. Inclusive, para tornar-se um pouco mais evidente e de fácil compreensão, Ver. Matheus, eu vou trazer um exemplo. Neste exato momento, estávamos nós, ali em frente, prestando solidariedade a uma vereadora que sofreu um ataque dentro dessa Casa, um ataque machista, misógino. Pensem, atentem-se aqueles que acham que não tem uma ligação direta. Como agem as mulheres dentro do transporte público sendo assediadas, sem a segurança do olhar daquele que pode, e já fez, por muitas vezes, o primeiro amparo? O cobrador está muito além do que um simples cobrador; é ele quem está atento, é ele quem auxilia, é ele quem presta um serviço fundamental. Quando falamos



dessa ligação direta com a violência das mulheres, nesses espaços, os assédios – e os trabalhadores estão aqui e podem trazer relatos muito mais contundentes do que este que eu vos trago –, é por conta disso. Precisamos pensar que a participação popular, e por isso é fundamental essa emenda, a aprovação dela aqui nesta Casa, vem trabalhada, permeada, na verdade, com a realidade, muito mais veemente do que essas pequenas explanações que alguns vereadores trazem de cunho muito particular e com uma lógica centrada naquilo que lhes se interessa. É preciso que a gente olhe de forma mais ampla. Isso é cuidar da população, isso é olhar com muito respeito, muita responsabilidade, para as mulheres, para as crianças. E a gente fala dessas violências, dessas microviolências, nesses espaços, pois é importante trazer isso aqui. A consulta do povo, a consulta popular para que seja aprovado esse plebiscito, para que venha através de plebiscito, é porque a participação tem que se dar dessa forma, e a nossa responsabilidade é garantir que aqueles que nos pagam, que aqueles que subsidiam esse espaço tenham efetiva participação. Não é crível que nós estejamos construindo esses espaços de diálogos sem a participação popular. E é por isso que o PCdoB se posiciona a favor, porque nós construímos com o povo, nós construímos com a população, pois nós entendemos que esse diálogo é muito mais amplo, e que ele se dá por meio de uma construção com a população. Não pode ser diferente. Se nós estamos aqui hoje, na Casa do Povo, representando o povo, é porque nós compreendemos essa relação. Mas aqueles que não compreendem, aqueles que definitivamente se alinham a essas políticas higienistas, aqueles que têm como centralidade uma forma única de conduzir essas ações, de forma unilateral, é porque não têm a menor vontade política de criar um debate que tencione esses espaços. Nós não deixaremos passar barato, porque sabemos bem dessa responsabilidade que temos com a população, com o trabalhador, mas, principalmente, com quem subsidia, e mais uma vez digo isso, esses espaços, com quem mantém esta Casa, que é o povo, é o dinheiro do povo que está aqui. Por respeito a essa população é que nós votamos a favor, nós encaminhamos a favor, porque compreendemos que, definitivamente, se é a Casa do Povo, o povo precisa participar ativamente desse espaço e tem que ter voto, tem que ter voz, precisa estar aqui.

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM):** O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 08, destacada, ao PLE nº 016/21.

**VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL):** Vereadores, vereadoras, Ver. Ruas, Ver. Leonel, Ver. Oliboni, Ver. Matheus Gomes, Ver. Jonas, Daiana, Bruna, Laura, nós estamos dando a batalha aqui por uma questão básica: o direito de a população decidir, é disso que trata a proposta de emenda, que se tenha um plebiscito para decidir esse assunto. Mas nós já sabemos: essa direita bolsonarista e esse Centrão, porque isso é o governo de Porto Alegre, viu Matheus? O governo de Porto Alegre é uma aliança entre o Centrão e o bolsonarismo. E o Melo é um candidato a Bonaparte,

garantindo a estabilidade dele na Câmara através da distribuição de cargos no governo, porque tem gente aqui que, quando era o governo Marchezan, votou contra este projeto. O governo Marchezan distribuía menos cargos do que o governo Melo, disso eu estou convencido. O governo Marchezan atacava os trabalhadores também, e atacava tanto que os projetos do Melo são os mesmos projetos do prefeito Marchezan. Aliás, ele só disputou a eleição para poder ter esse poder, porque ele não tem ideia nova nenhuma. É só distribuição de cargos, elaboração política mesmo, já o governo anterior tinha elaboração. Contrária à nossa por quê? Porque nós defendemos a democracia, portanto estamos defendendo essa emenda do plebiscito; porque nós defendemos que faz sentido a existência dos cobradores para ajudar na qualificação do transporte, porque nós não defendemos o lucro dos empresários, esse lucro exorbitante. Os empresários da ATP estão numa aliança sólida com o Melo, sólida. Os empresários da ATP sempre dominaram a Câmara de Vereadores. Nunca dominaram a oposição, conosco, não! Mas os vereadores da base do governo, não sei qual é a exceção, estão sendo representantes dos interesses desses empresários que, durante 30 anos, exploraram o sistema de transporte com gestões fraudulentas, com lucros exorbitantes, e agora que a crise veio... A crise veio por gestões fraudulentas desses empresários, e a crise veio também por gestões fraudulentas do MDB, não vamos esquecer isso. O MDB, quando esteve na gestão da Carris, teve escândalos de corrupção enormes, foram vários casos de polícia. Aliás, a gestão do MDB tem muitos casos de polícia. Esse projeto é o projeto do plebiscito, a proposta de emenda que nós temos é do plebiscito. Como eu disse antes, nós não confiamos que a maioria dos vereadores tenha o espírito público de defender que um tema como este seja debatido publicamente e, muito menos, que tenha a decisão da população através de um plebiscito. Nós não estamos confiando nisso, infelizmente. Eu já disse que o resultado aqui, a relação de forças nesta Câmara de Vereadores é contrária, é uma relação de forças desfavorável, contrária aos interesses populares, razão pela qual a população, se quiser influenciar, se quiser fazer com que a Câmara de Vereadores vote a favor dos seus interesses, necessita, inevitavelmente, se mobilizar na rua, para fazer a pressão externa, porque esta Câmara de Vereadores só vai funcionar a serviço do povo com pressão externa, e muita. Por isso, amanhã vai ter a greve da Carris. A greve da Carris é a resposta necessária, que deveria ter sido dada no início da semana, porque o Melo não tem palavra e mostrou isso no dia de hoje, tentando impor este projeto. Pela relação de forças da Câmara, o que nós vemos é que o governo tem a maioria para votar, caso contrário, não levaria à votação. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM):** O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 08, destacada, ao PLE nº 016/21, pelo governo.

**VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB):** Sra. Presidente, Comandante Nádia; senhoras e senhores vereadores; eu não deveria nem falar, mas a provocação é

tanta... O Robaina deitou falasções hoje aqui, Robaina, e veja a diferença sua do seu líder Pedro Ruas. V. Exa. ofende todo mundo, o senhor poderia falar com mais respeito, eu não bebo água na sua moringa! Eu não bebo água na sua moringa! O senhor não vai dizer como eu devo votar, se eu tenho coragem ou não. O senhor cuide de quem votou no senhor e na sua turma; da minha turma, eu cuido. São pessoas decentes, e os vereadores da base são decentes, tanto ou mais do que o senhor. O senhor pare com essa bobagem de vir aqui dizer que somos covardes; não, nós temos posição. Só que a nossa posição, graças a Deus, não é sua. A população de Porto Alegre elegeu 26 vereadores que não são da sua comunhão, e o senhor respeite a população de Porto Alegre, como diz o Jonas. Respeite a população. A população de Porto Alegre não é só aquela que votou na oposição, a população de Porto Alegre é aquela que elegeu o prefeito e que elegeu o dobro e mais um pouco das bancadas que V. Exa. tem na oposição. Eu faço questão de dizer que os vereadores da oposição, nem todos fazem igual ao que V. Exa. faz aqui na tribuna: ofender, ofender e ofender. Por isso talvez o senhor não ganhe as votações aqui. Muitas emendas e sugestões dos vereadores da oposição até são boas, mas o time está ganhando de três a zero, V. Exa. faz dois pênaltis e um gol contra e perde com esse seu discurso radical. Falar em seriedade, V. Exa., que foi puxadinho o tempo todo do governo do PT? Saíram para fazer de conta, naquela época, não foi por isso. Eu acredito que saíram do PT, porque não concordaram, mas, depois, ficaram de puxadinho. Então, vamos ter respeito com esta base do governo Melo, ele tem palavra, sim, senhor. Quem desmanchou a palavra foi aquele pessoal que invadiu a Câmara hoje. Não se votaria hoje isso aqui, não se votaria. Agora veio uma turma de mal-educados, xingando vereador, ofendendo vereador, aí a base fez muito bem em pedir para se votar esse projeto. O prefeito Sebastião Melo nem sabia que seria votado hoje, não sabia e não pediu. Não precisa pedir. Esta base tem cabeça, tem crânio, tem voz, tem direito e tem opinião. V. Exa., quando falar...

(Manifestações nas galerias.)

**VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB):** Quando o senhor quiser falar, o senhor se eleja vereador e entre aqui, senão fica com respeito. Vocês são culpados dessa votação. A população vai saber que mal-educado aqui dentro perde, e vocês perderam pela educação, pela falta de respeito. É isso, isso é a tua turma, Robaina, essa é a tua turma. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM):** Em votação nominal, solicitada por esta presidência, a Emenda nº 08, destacada, ao PLE nº 016/21.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) **REJEITADA** por 11 votos **SIM** e 23 votos **NÃO**.

**PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM):** Declaro rejeitada a Emenda nº 08 ao PLE nº 016/21.

Em votação a Emenda nº 09, destacada, ao PLE nº 016/21. (Pausa.) A Ver.<sup>a</sup> Laura Sito está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

**VEREADORA LAURA SITO (PT):** A nossa emenda vem no sentido de ressignificar o papel dos cobradores e para que eles mantenham uma função, compreendendo que a sua função não é unicamente cobrar o valor das passagens, sabem por quê? Porque Porto Alegre, só no ano de 2020, foi a 5ª capital do Brasil que mais perdeu postos de trabalho. Foram 23 mil postos de trabalho a menos em Porto Alegre. Nós estamos falando aqui de três mil pessoas que ficarão com seu emprego sob risco, inclusive nenhum vereador do governo veio aqui dizer por que não estaria sob risco. Nós afirmamos que estão sob risco, e aqui propomos uma medida para mitigar o impacto da proposição do governo. Quero compartilhar com vocês, porque, de fato, nós temos aqui um debate em que parece que a realidade passa à margem desta Casa Legislativa. Esses dias, estava eu zapeando o Instagram e vi uma postagem do vice-prefeito – era Dia dos Pais, eu acho – com um vinho, um vinho que é que nem caviar, nunca vi nem comi, ouvi falar pelo Instagram dele: Don Melchor. Uma garrafa desse vinho, eu fui olhar no Google, fui dar um *google* para ver quanto custava, custa R\$ 999,90, o preço da cesta básica. O vinho do Dia dos Pais do vice-prefeito era o preço da cesta básica. É um crime ele beber um vinho caro? Não. Se pode pagar, não é um crime. Mas eu quero ver, Byl, como é que se explica, lá no Mário Quintana, para quem trabalha de cobrador, que o vice-prefeito quer tirar o emprego dele, mas toma vinho de mil reais. Quero ver, Ver. Mauro, se os mercados de bairro vendem vinho desse valor; quero ver explicar que o que um trabalhador não consegue comprar, mensalmente, para sustentar sua família, o nosso vice-prefeito bebe no almoço. Eu vi uma garrafa, não sei se tinha mais, eu não posso dizer, só vi uma postagem. De fato, o que nós estamos debatendo aqui é uma questão de valores. A forma como o debate está sendo feito aqui, ou melhor, não está sendo feito, nós estamos aqui protelando, para poder debater um pouco, instigar o assunto, aqui é proposto que ele passe a toque de caixa. Esta Casa, na verdade, é sabem o quê? Ela é um cartório do governo, esta Casa se transformou numa chancela das proposições. Não há discussão de verdade, é trator: vem, propõe por requerimento, porque a reunião de líderes não serve para nada, e passa, passa, passa. Enquanto isso, a cidade se destrói. Eu sei que nem todos os membros do governo acham que essa deveria ser a melhor forma de tratar, eu entendo isso. Nós, inclusive, propomos emendas, fazemos debates, invertemos a forma de diálogo desde o início desta gestão, já que o prefeito estava tomando posse na perspectiva de debater alternativas para o desenvolvimento de Porto Alegre. Mas, de fato, não há disposição de diálogo, inclusive, porque tem uma turma aqui que faz questão de fazer dancinha com o dono da Havan, de andar por aí fantasiado de Zé Carioca, de desrespeitar os símbolos nacionais, faz aqui chacota do povo, faz chacota do povo! Eu fico imaginando: vocês, rodoviários, muitos são idosos, vão conseguir emprego onde? Onde vão conseguir? Porto Alegre teve um aumento de 194% de idosos que têm que trabalhar. Quem nunca trabalhou talvez não

saiba o que é isso, mas os idosos que têm que trabalhar, talvez não tenha mais onde o mercado os posso absorver. Sabem por quê? Sessenta por cento do total desses idosos na cidade são mulheres que trabalham no trabalho doméstico. Mas, aqui, nada importa. Inclusive, é um debate que traz prejuízo ao próprio processo econômico da cidade: mais gente desempregada, menos dinheiro circulando. Também não resolve, secretário Záchia, o próprio problema do transporte, de quem acessa o transporte, pois quem não tem onde trabalhar não tem por que circular. A nossa proposição, mais uma, é uma proposição no sentido de mitigar a proposição da extinção dos vereadores, desculpa, dos cobradores. Alguns vereadores talvez até pudessem, realmente, não fazem muito sentido, porém, dos cobradores. Nós queremos mitigar a extinção dos cobradores no sentido de preservar empregos, preservar famílias, enfrentar a crise. Portanto, convocamos aí os colegas que votem favorável à nossa emenda.

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM):** O Ver. Matheus Gomes está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 09, destacada, ao PLE nº 016/21.

**VEREADOR MATHEUS GOMES (PSOL):** A Ver.<sup>a</sup> Laura Sito acabou de trocar cobrador por vereador, mas eu quero te dizer, Laura, que amanhã, quando a população de Porto Alegre vir o que foi votado aqui hoje à noite, ela não vai entender nada, porque num contexto em que o Rio Grande do Sul tem mais de 500 mil desempregados – esse é o dado divulgado esta semana, mais de 500 mil desempregados no Rio Grande do Sul –, a Câmara de Vereadores está votando um projeto que tende a ampliar o desemprego. Isso é incompreensível. A vontade que boa parte da população de Porto Alegre vai ter ao olhar o resultado dessa votação é essa de não entender qual é o papel da Câmara de Vereadores. Eu queria comentar um pouco o que o Ver. Cecchim, como líder do governo, acabou de falar, porque o que eu entendi da tua fala, Cecchim, é que a votação está ocorrendo aqui hoje como uma espécie de vingança pelo fato de os rodoviários terem vindo à Câmara de Vereadores, para dialogar sobre o projeto do transporte público. Foi o que eu compreendi. Está aqui o secretário Záchia. Na semana passada, nós nos reunimos, os rodoviários estavam presentes, foi pedido um tempo. A gente colocou propostas na mesa, a oportunidade do diálogo foi a proposta que os rodoviários fizeram para a Prefeitura, foi essa a proposta, inclusive, em reunião com o prefeito Sebastião Melo na segunda-feira da semana passada. Então, não é a categoria que não quer dialogar. Outra coisa que tem que ser explicada para a população de Porto Alegre com relação ao que está sendo debatido hoje é por que a Prefeitura e os vereadores governistas que, desde o início do ano defenderam, mesmo no auge da pandemia, que tinha que abrir tudo, que não podia ficar fechado nada, mas o único lugar de Porto Alegre que não pode abrir, de jeito nenhum, é a galeria da Câmara de Vereadores? Isso é incompreensível. As escolas abriram, como bem disse agora a professora Neiva, os ônibus ficaram lotados por meses, teve ação no Ministério Público,

denúncia na imprensa, nas redes sociais, aos montes, todos os dias. Agora, o único lugar da cidade que não pode ter povo é a galeria da Câmara de Vereadores. Isso é absolutamente incompreensível. Na verdade, a gente tem que dizer o porquê. É um governo que não está trabalhando com base no diálogo. Infelizmente, essa é a realidade, e a ficha vai começar a cair para mais gente da população trabalhadora de Porto Alegre, porque o impacto dessa política hoje vai ser sentido nas comunidades da nossa cidade. O Melo tem que saber o seguinte: todo morador de bairro popular de periferia em Porto Alegre conhece alguém que trabalha ou já trabalhou dentro dum ônibus, todo morador conhece. São milhares de pessoas que têm identidade com esses trabalhadores. A partir de amanhã, a discussão que vai acontecer é que o prefeito da cidade de Porto Alegre extingue empregos sem apresentar alternativa alguma para o transporte na nossa cidade. Não há alternativa sendo apresentada neste momento que não seja destruir direitos, destruir postos de trabalho, privatizar ou extinguir a Carris. Agora, o que fazer com a situação de dificuldade enfrentada, no dia a dia, pela população que pega ônibus em Porto Alegre ou por aqueles que hoje nem podem mais pegar ônibus, porque tem localidades da nossa cidade, como o morro da Vila Maria da Conceição, onde, no final de semana, já não tem mais ônibus para subir o morro, são bairros da cidade de Porto Alegre que estão desassistidos, para esse segmento da nossa população, não há proposta alguma, no momento, colocada na mesa pelo governo. Mas, para acabar com postos de trabalho, para desrespeitar quem vem aqui exercer o seu direito legítimo de manifestação, há muita disposição do governo em agir. Isso é um equívoco, é uma situação de desrespeito com a democracia na cidade de Porto Alegre e com a garantia de direitos sociais, como é o transporte público.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM):** Em votação nominal, solicitada por esta presidência, a Emenda nº 09, destacada, ao PLE nº 016/21.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) **REJEITADA** por 11 votos **SIM** e 22 votos **NÃO**.

**PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM):** Declaro rejeitada a Emenda nº 09 ao PLE nº 016/21.

Em votação a Emenda nº 10, destacada, ao PLE nº 016/21. (Pausa.) O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, pela oposição.

**VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL):** Ver.<sup>a</sup> Comandante Nádia, que preside os trabalhos, vereadoras, vereadores, público que nos dá a honra da presença; a presente emenda, na verdade, ao contrário de algumas, e eu digo isso com o maior respeito pelo autor da emenda, Ver. Alvoni Medina, ela não aperfeiçoa o projeto, ela cria uma consequência a mais do ponto de vista negativo, porque quando ela coloca

essa possibilidade de descentralização nesses termos, ela termina por aumentar o desemprego. Não é uma emenda que traga de fato, como outras que nós já encaminhamos favoravelmente aqui, Ver. Radde... Esta emenda, por óbvio, o vereador tem as suas razões, que eu respeito, mas do nosso ponto de vista ela cria um desemprego maior ainda do que o projeto já cria. Vejam bem, este projeto tem várias marcas negativas – várias! –, eu já falei sobre elas exaustivamente aqui, vários vereadores e vereadoras também falaram sobre isso, mas uma das marcas mais negativas é justamente o desemprego. A situação é dramática nesse sentido, é dramática. Essa ATP forma, há muitos e muitos anos, uma verdadeira máfia em Porto Alegre. Uma verdadeira máfia. Eu combato esses empresários do transporte coletivo há muitos anos e posso afirmar isso, inclusive como fato. Em 2013, Ver. Roberto Robaina, quando nós conseguimos diminuir o valor das tarifas em R\$ 0,20, V. Exa. vai lembrar, o aumento do então prefeito entrou em vigor no dia 22 de março de 2013, a medida liminar que reduziu as tarifas entrou em vigor, Emerson, no dia 4 de abril, então, entre 22 de março e 4 de abril, os ônibus rodaram cobrando uma tarifa R\$ 0,20 maior, Ver. Claudio Janta, do que deveriam – veja vossa excelência o cálculo. O que aconteceu? O Judiciário, em 1º Grau, reduziu o valor das tarifas R\$ 0,20; a Prefeitura recorreu, a ATP também recorreu, mas eles perderam os recursos. Então transitou em julgado uma tarifa menor, uma tarifa R\$ 0,20 menor. Ora, entre 22 de março de 2013 a 4 de abril de 2013 os empresários cobraram a mais. Se a tarifa, considerada legal e definitivamente julgada, foi R\$ 0,20 a menos – na verdade ficou em R\$ 2,85 na época, era R\$ 3,05 e ficou em R\$ 2,85 –, esse valor, que são milhões de reais, deveria ser devolvido ao usuário, evidentemente. Aí diriam, como disseram: “Mas isso é impossível”. Eu argumentei isso na época. Eu me lembro que aqui na Casa, eu e a Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna argumentamos isso. Eles diziam: “Mas é impossível devolver aos usuários”. Então devolvam ao Erário Municipal, devolvam aos cofres públicos. São alguns milhões de reais, de 12 de março a 4 de abril. Jamais a Prefeitura cobrou esse valor. Jamais! Nós tentamos cobrar. O que o Judiciário decidiu? Que nós não tínhamos legitimidade, como vereadores, para fazer essa cobrança. De fato, não éramos parte no processo, nós não éramos parte nessa questão, não era nosso o valor. Então, esses empresários, que ao longo dos anos devem para a população, inclusive esse dinheiro de 2013, que está no bolso deles ilegalmente, ele foi furtado, querem também, e a ideia é deles, extinguir postos de trabalho, e, lamentavelmente, a emenda não ajuda o projeto, o que é muito ruim. Eu encaminho, então, contrariamente à sua aprovação. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM):** O Ver. José Freitas está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 10, destacada, ao PLE nº 016/21.

**VEREADOR JOSÉ FREITAS (REP):** Boa noite, colegas vereadores, público que nos assiste. Ver. Pedro Ruas, esse sistema já existe há 10 anos em São Paulo, em vários municípios do Estado de São Paulo, Curitiba já é com esse sistema.

Emenda nº 10, art. 1º (Lê): "Inclua-se onde couber: Poderá ser instituído o Sistema Colaborativo de Recarga do Cartão do Sistema de Transporte Integrado (Tri) no Município de Porto Alegre. Parágrafo único. O Sistema instituído no caput deste artigo visa a descentralizar os locais em que são realizadas recargas do cartão do Tri." Esta emenda pretende facilitar para os usuários do Sistema de Transporte Público de Porto Alegre a realização da recarga do cartão do Sistema de Transporte Integrado, mediante a sua descentralização, permitindo que possa ser realizada em farmácias, drogarias, casas lotéricas, bancas de jornais e revistas, bares e restaurantes, além dos locais já existentes.

A pessoa, com essa emenda aprovada, poderá abastecer o Tri em vários locais. Vai gerar emprego, vai girar a economia e, diga-se de passagem, que hoje somente 15% dos usuários é que pagam em dinheiro. Então isso vai facilitar a vida das pessoas. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM):** O Ver. Leonel Radde está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 10, destacada, ao PLE nº 016/21.

**VEREADOR LEONEL RADDE (PT):** Boa noite, Presidenta; boa noite colegas vereadores e vereadoras; nós temos uma emenda que trata da recarga do nosso cartão Tri, mas que está inserida numa discussão maior, que é a extinção dos cargos ou da função de cobrador. Poucos sabem, e eu gosto de frisar isso porque isso tem relação direta com a pauta do momento: motoristas de ônibus, cobradores, entre outras profissões – mas trabalhando especificamente com essas duas profissões, já que estamos falando de cobradores –, tiveram aumento de mortes em 60%. Este ano tivemos mais, entre o ano passado e este ano, de 60% de aumento de mortes vinculadas à covid, e em nenhum momento a Prefeitura de Porto Alegre buscou vacinar esses profissionais, nem motoristas, nem cobradores, mas ao mesmo a Prefeitura de Porto Alegre exigiu, obrigou que eles não paralisassem. Mesmo nos momentos de fechamento de comércios, de distanciamento social, essa categoria não parou; essa categoria seguiu prestando o seu serviço em um ambiente confinado, com redução de horários, e que por mais que tenham dito que estavam cuidando a quantidade de ocupantes nas viagens, nós sabemos que isso não foi suficiente para proteger a vida desses trabalhadores e trabalhadoras. Temos vários casos de mortes, de adoecimento, de familiares que se contaminaram porque seu parente estava trabalhando naquela função, e o resultado disso é que no dia de hoje estamos votando a extinção desse cargo, colocando para a rua esses trabalhadores. Ao invés de nos preocuparmos em dar melhores condições de trabalho, de valorizarmos o salário, nós optamos por simplesmente fazer uma economia, uma



economia que é sustentada através da lógica de triturar a carne desses trabalhadores. Não falamos em ATP, não falamos em *blazers* que são lavados com dinheiro público, dos proprietários dessas grandes empresas, não falamos de estacionamentos de carros importados que esses proprietários das empresas de transporte usam e cobram do dinheiro público o pagamento dessas suas vantagens, não abrimos as caixas-pretas, não dialogamos em relação a isenções, que talvez pudessem ser debatidas, não as que estão trazendo aqui, atacamos as pessoas com HIV, atacamos estudantes, atacamos as pessoas que mais necessitam do transporte público, mas não atacamos aqueles que lucram, não atacamos um sistema que não dá resposta e nem dá um transporte de qualidade para nossa população, e a solução sempre estoura na parte mais frágil, no mais vulnerável, naquele que necessita do ganha-pão e o ganha-pão vem daquela profissão. São os proletários, são aqueles que só têm a sua força de trabalho e nada mais. E como eu já falei na minha outra intervenção, estamos aumentando a quantidade de desempregados, estamos extinguindo postos de trabalho, esses postos de trabalho não serão reabertos, são menos espaços para porto-alegrenses buscarem o seu sustento e a sua subsistência. E é por isso que estaremos votando contra este projeto e estaremos sempre na luta com todos aqueles que dão o seu máximo, que dão o seu empenho para melhor desempenhar a sua atividade, que é o caso dos nossos cobradores e cobradores. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM):** O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 10, destacada, ao PLE nº 016/21.

**VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL):** Eu creio que esta emenda do Ver. José Freitas, na verdade, atrapalha a construção de uma política pública em relação ao tema do transporte e à distribuição ligada à capacidade da população de realmente ter acesso a esse sistema, comprar os bilhetes, o que é, na minha opinião, inadequada, porque ela realmente coloca um nível de desorganização nessa distribuição que não é apropriado. O governo precisa de fato ter uma boa política que não é via farmácias, é um sistema público que garanta uma boa distribuição, no caso, que garanta a compra dos bilhetes, de modo eficaz, mas com um tipo de relação com a população que seja uma relação especializada, não num tipo de comércio que tem outras finalidades. Então eu creio que esta emenda realmente não corresponde, razão pela qual nós estamos encaminhando contra, porque se vocês forem ver, qual é o esforço que nós, do PSOL, estamos fazendo - também a bancada do PT, a bancada do PCdoB -, para reduzir o dano desse projeto terrível que extingue a categoria dos cobradores até 2026. Em 2026, por isso que eu tenho dito, até alguns vereadores que eram da base do prefeito Marchezan me comentaram "eu estou achando o Marchezan melhor que o Melo", não é isso, mas de fato esse projeto do Melo é pior do que o Marchezan. Por que ele é pior do que o do Marchezan? Porque esse projeto do Melo prevê que até 2026 não tenha mais cobradores, é demissão! E se vocês forem ver, algumas das propostas que reduziam esse

impacto, algumas emendas, não foram aprovadas, porque o objetivo do governo é esse. E a ATP, os empresários que muito bem foram denunciados pelo Ver. Ruas, os empresários que durante 30 anos fizeram uma gestão mafiosa do sistema de transporte, os empresários estão em conluio com o governo, amarrados com o governo. Essa é a explicação para que o governo atue como está atuando, uma atuação desleal com a categoria rodoviária, que não sabia que eles iam dar esse golpe e votar no dia de hoje. Isso é um golpe que eles deram porque eles têm medo do debate público. E agora que eu estou vendo gente da Carris aqui, que heroicamente entrou, amanhã... Vocês estão de parabéns, porque eu sei que os trabalhadores da Carris fizeram uma mobilização, uma mobilização sozinhos, por sinal, estão se auto-organizando; os funcionários da Carris estão se auto-organizando, sozinhos, sem mais ninguém. Eu falei para eles que eu achava melhor que tivessem começado na segunda, porque eu sabia que o governo não tinha palavra quando disse "não, nós não vamos levar esses projetos adiante." Um governo mentiroso, desleal, covarde, porque é covarde um governo que não tem a dignidade de fazer com que esse debate seja um debate público, então eles fazem essa manobra, de votar hoje, com as galerias vazias, porque se a categoria rodoviária soubesse, tivesse sido informada desse debate, essas galerias... Não seriam as galerias que estariam lotadas, seriam as ruas de Porto Alegre que estariam lotadas, mas como esse governo é um governo contra os rodoviários, contra os cobradores, eles fazem desse jeito. E como muito bem disse a Laura, os vereadores da base do governo acham que a Câmara de Vereadores é um cartório para aprovar os projetos do governo. É isso que eles acham. É muito cargo de confiança distribuído para esses vereadores para eles atuarem de modo tão desleal com a categoria rodoviária. É isso.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM):** Em votação nominal, solicitada por esta presidência, a Emenda nº 10, destacada, ao PLE nº 016/21.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) **APROVADA** por 24 votos **SIM** e 10 votos **NÃO**.

**PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM):** Declaro aprovada a Emenda nº 10 ao PLE nº 016/21.

Tendo em vista ter encerrado o tempo regulamentar da sessão ordinária prorrogada, encerro a sessão e convoco todos os vereadores para a 20ª Sessão Extraordinária.

Estão encerrados a Ordem do Dia e os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 21h36min.)

\* \* \* \* \*